

 <p>UnB Universidade de Brasília</p>	 <p>UFPB Universidade Federal da Paraíba</p>	 <p>UFRN Universidade Federal do Rio Grande do Norte</p>
<p>Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis</p>		

THAISEANY DE FREITAS RÊGO

**O PERFIL DOS EGRESSOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
CONTÁBEIS DA UFRN: a relação entre o Projeto Político-pedagógico e o campo de
atuação**

**NATAL
2009**

THAISEANY DE FREITAS RÊGO

**O PERFIL DOS EGRESSOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
CONTÁBEIS DA UFRN: a relação entre o Projeto Político-pedagógico e o campo de
atuação**

Dissertação apresentada ao Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Linha de Pesquisa: Impactos da Contabilidade para a Sociedade

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Erika dos Reis Gusmão Andrade

NATAL

2009

R343p Rêgo, Thaiseany de Freitas

O perfil dos egressos do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN: a relação entre o Projeto Político-pedagógico e o campo de atuação / Thaiseany de Freitas Rêgo - Natal, 2009.

123 f. il.:

Orientador: Prof^a. Dr^a. Erika dos Reis Gusmão Andrade

Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1. Formação em Contabilidade 2. Projeto Político Pedagógico 3. Campo de atuação I.Título.

BS/UFRN

CDU: 657:378(043)

THAISEANY DE FREITAS RÊGO

**O PERFIL DOS EGRESSOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
CONTÁBEIS DA UFRN: a relação entre o Projeto Político-pedagógico e o campo de
atuação**

Dissertação apresentada ao Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis, para a seguinte comissão examinadora:

Natal, 22 de maio de 2009

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Erika dos Reis Gusmão Andrade
Orientadora – UnB/UFPB/UFRN

Prof.^a Dr.^a Aneide Oliveira Araújo
Membro interno – UnB/UFPB/UFRN

Prof. Dr. Marcos Laffin
Membro externo – UFSC

Dedico o presente trabalho aos meus pais, Maria das Graças e Severino, ao meu irmão Theandro, aos meus avôs Maria, Gelon (*in memoriam*), Petronila e Antônio (*in memoriam*), pelo exemplo de luta, força, perseverança, paciência, carinho e amor sempre demonstrados, bem como por toda a dedicação e apoio ofertado nos momentos de dificuldade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a DEUS por tudo que me ofereceu sem nada me pedir em troca, principalmente pela família que me deu! Família essa que é exemplo de luta e amor a vida, que me ensinou a sonhar e a acreditar que meus sonhos podiam se tornar reais, desde que me esforçasse o suficiente para isso.

Agradeço imensamente aos meus pais, Maria da Graças e Severino, e ao meu irmão Theandro, pois acompanham a minha trajetória desde pequena. Em especial agradeço aos meus pais por sonharem junto comigo e por me ensinarem desde cedo que a vida não é fácil e que precisamos lutar e estudar para alcançarmos os nossos objetivos.

Agradeço ao meu grande amigo David Galdino, que soube segurar a barra das minhas ausências e que sempre esteve ao meu lado me ajudando, dando força, incentivando-me e sonhando junto comigo, para que jamais desistisse e sempre encarasse tudo com coragem.

Agradeço aos meus avôs, Maria, Gelon (*in memoriam*), Petronila e Antônio (*in memoriam*), que, de uma forma ou de outra, sempre estiveram participando da minha vida, pegaram-me no colo, ajudaram-me a andar e me ensinaram por meio de seus olhos cansados que a vida vale à pena, mesmo que às vezes ela possa nos parecer ingrata.

Sei que as vidas dos meus avôs e dos meus pais não foram das mais fáceis e que eles tiveram que lutar e suar a camisa para conseguir ter o pão de cada dia, ainda que esse fosse incerto. Devo muito a vocês que, mesmo diante das dificuldades do sertão, da necessidade de lavar roupa para fora, de plantar e colher feijão e algodão, não tiveram medo de enfrentar a vida, batalhar e de correr atrás de um futuro melhor.

Agradeço aos meus tios e tias, Cícero, Assis, José, Antônio, Francisco (*in memoriam*), Maria Vilani, Antônia, Salete e Irani, bem como aos meus primos e primas, pelas palavras amigas, orações e carinhos transmitidos nos momentos de encontro e pela enorme torcida para que meus sonhos se tornassem reais.

Agradeço ainda aos meus amigos, Anny Every, Aurélio, Kenneth, Maria de Fátima, Adriano, Juliana Figueiredo, Renato Henrique, Áquila Milca, Maria Raquel, Antônio Jr, Janaina Karla, Maria Cláudia, Cleide, Sales, Daniele Rocha, João Ricardo, Dulce Kelly,

Adelimara Gomes, Françoise Lima, Amadeu Jr, Priscilla Pimenta, Aline Priscila, Daniel Galdino, Janaina Galvão, Edzana Roberta, Débora Martins, Thiago Azevedo, Bruno Drummond, Clenilson Lima (*in memoriam*), Glauco Melo, Paulo Eduardo e a tantos outros, que mesmo distantes estiveram comigo por meio de pensamentos e mensagens de carinho, dando-me força e incentivando-me a alcançar meus sonhos.

Agradeço aos meus alunos da Prática de Ensino em Perícia Contábil da UFRN, 2008.1 (noite), pela oportunidade de criar um momento de aprendizado mútuo, pois me incentivaram a vencer a timidez, buscar cada dia mais novos conhecimentos e preparar aulas que fossem condizentes com as necessidades deles.

Agradeço saudosamente aos amigos que fiz na Paraíba, Edna, Elinaldo, Eliedna, Elisângela e Thiago, que abriram as portas de sua casa para me receber, e me fizeram sentir-se em casa, mesmo estando longe, e me tratam com tanto carinho e respeito.

Agradeço aos professores da graduação, Prof. Msc. Anailson Márcio Gomes, Prof. Msc. José Vicente de Assis e Prof. Dr. Victor Branco de Holanda, que me apresentaram a vida acadêmica de uma forma especial, introduzindo em minha vida a idéia da iniciação científica, incentivando-me a produzir e a querer adquirir cada dia mais conhecimentos.

Aos demais professores do quadro do DCC/UFRN, Prof. Msc. Luiz Vieira de Oliveira Sobrinho, Prof. Msc. Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira, Prof. Esp. Antônio Sales Mascarenhas, Prof. Msc. Edimilson Jovino de Oliveira, Prof. Esp. Paulo Américo dos Santos Costa, Prof. Msc. Domingos Carvalho de Souza, Prof. Msc. Francisco Neves Oliveira, Prof. Msc. Marise Magaly Queiroz Rocha, Prof. Msc. Erivan Ferreira Borges, Prof. Msc. Halcima Melo Batista, dentre tantos outros mestres que se fizeram presentes em diversos momentos de minha vida acadêmica, transmitindo-me seus conhecimentos de forma a me tornar uma egressa com habilidades e competências necessárias para a atuação profissional.

Agradeço aos meus professores do mestrado, Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama, Prof. Dr. Paulo Amilton Maia Leite Filho, Prof.^a Dr.^a Aneide Oliveira Araújo, Prof. Dr. Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante, Prof. Dr. Paulo Aguiar do Monte, Prof. Dr. José Dionísio Gomes da Silva, Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva, que mostraram-me a cada dia que podemos ser grandes e aprender muito com os livros, mas que jamais saberemos tudo e que se não tivermos humildade suficiente não poderemos crescer e nos tornar mestres.

Faço ainda um agradecimento especial a minha orientadora, Prof. Dr. Erika dos Reis Gusmão Andrade, que de forma atenciosa e paciente sempre se mostrou cuidadosa em me

transmitir o que realmente era importante entender, pegando na minha mão quando preciso e dando os puxões de orelha necessários.

Agradeço às funcionárias da UFRN, Artemísia da Silva Lucena, Maria Ivaneide da Rocha e Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara, que sempre demonstraram muita torcida pelo meu sucesso e carinho, bem como a Ridan Borges do Nascimento, que com sua paciência e dedicação esteve sempre ali, pronta para nos ajudar e auxiliar nos momentos de dificuldade e alegria, transmitindo-nos muita força e confiança quanto à capacidade de superar limites.

Aos amigos que fiz em minha turma do mestrado, Eliedna de Sousa Barbosa, Isabelle Carlos Campos Rezende, Pedro Lopes de Araújo Neto, Ivan Alves do Nascimento, Antônio Marcos Soares Brasil, Orleans Silva Martins, Carlos Pedroza Neto, Ricardo Ferreira Dantas, Adriana Fernandes de Vasconcelos, Maria Vanessa de Souza, Valdério Freire de Moraes Júnior, com quem dividi dificuldades, somei alegrias, compartilhei momentos de tensão, e passei tempos importantes de crescimento, tanto como pessoa, quanto como estudante.

Agradeço, ainda, aos amigos, funcionários e professores da UFCG, em especial aos professores Josicarla Soares Santiago e Luiz Gustavo de Sena Brandão Pessoa, que me acolheram com muito carinho, incentivaram-me e proporcionaram-me momentos importantes para o meu crescimento profissional, bem como aos alunos da disciplina de Contabilidade Internacional (2008.2), com quem aprendi que posso ser do tamanho do que quiser e basta apenas querer para vencer os desafios.

Enfim, agradeço a todos que, de uma forma ou de outra, fizeram-se presentes em minha vida, ensinando-me a sonhar, ser feliz e a alcançar meus objetivos sem precisar machucar ninguém e nem se valer das conquistas alheias para crescer.

Seja forte em sua caminhada pelo tempo.
As estradas da vida nem sempre são planas e lisas. Há subidas e descidas, retas e curvas,
poeira e cascalhos, noites e tempestades.
Há despeitos e invejas, malquerentes e maldizentes, faladores e hipócritas.
Mas, você que caminha, vá em frente. Não olhe para trás, nem para os lados. Se ouvir, não dê
ouvidos. Vá em frente, pensando que DEUS é o Pai que lhe dá o seu amor, e que a sua
consciência é o termômetro da sua dignidade.

RESUMO

O Ministério da Educação, Cultura e Desportos (MEC) tem se mostrado preocupado com a qualidade do ensino oferecido aos egressos dos cursos de graduação das universidades públicas e privadas do Brasil, propondo condições de igualdade entre os conteúdos ministrados. A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como uma dessas Instituições de Ensino Superior (IES), tem se preocupado em seguir as resoluções emitidas pelo órgão, de modo a adequar o processo de ensino-aprendizagem as necessidades da sociedade e ao campo de atuação profissional. Diante disso, o objetivo do estudo consistiu em evidenciar qual o perfil dos egressos do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN, em relação ao que determina o Projeto Político-pedagógico (PPP) e o campo de atuação desses profissionais, que obtiveram junto à referida IES o título de Bacharel em Ciências Contábeis entre os anos de 2003 e 2007. Para tanto, o presente estudo configura-se como um levantamento, baseado em uma pesquisa do tipo exploratória, descritiva e bibliográfica, que se utiliza de elementos relacionados à pesquisa do tipo quantitativa e qualitativa, haja vista a aplicação de um questionário de caracterização via correio eletrônico, que utilizou de ferramentas estatísticas (descritiva, correlação e regressão múltipla) para sua análise, e a realização de uma entrevista semi-estruturada, sob a qual se fez necessário proceder com uma análise de conteúdo. Constatou-se com o estudo que 57,42% dos egressos do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN são do gênero masculino, bem como que 50,58% dos respondentes possuem de 21 a 28 anos de idade, que 50% dos egressos escolheram o curso devido às perspectivas de empregabilidade oferecida pela área, que 58,14% afirmaram que dentre as maiores dificuldades vivenciadas no exercício da profissão se deu em relação à baixa remuneração e a falta de valorização profissional. No que diz respeito à análise de correlação, observou-se que há uma forte relação entre o exercício profissional e campo de atuação (0,7049), bem como que há uma relação negativa entre o mercado de trabalho e a carga-horária (-0,6784). Com a realização da análise descritiva e o cálculo das correlações, procurou-se ainda verificar quais das variáveis estudadas poderiam estar influenciando nas mudanças ocorridas na renda mensal dos egressos, por meio da adoção da análise de regressão, sob o qual se constatou que 61,50% das mudanças ocorridas são justificadas com o modelo matemático constituído, que observam variáveis tais como: gênero, ano de formação, faixa etária, inserção de novos cursos, mercado de trabalho, tipo de instituição em que trabalha e carga-horária semanal. Por fim, com as respostas obtidas nas entrevistas realizadas e a utilização da análise de conteúdo, verificou-se que 28,89% dos egressos entendem que a formação inicial recebida deixa a desejar em relação ao exercício profissional, haja vista a predominância de conteúdos teóricos junto às disciplinas ministradas no curso, o que acaba por demonstrar a necessidade dos cursos de graduação em se adequar ao campo de atuação.

Palavras-chave: Formação em Contabilidade. Projeto Político Pedagógico. Campo de atuação.

ABSTRACT

The Ministry of Education, Culture and Sports (MEC) has been concerned about the quality of education offered to graduates of the graduate programs of public and private universities in Brazil, offering a level playing field between the content taught. The Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), such as a Higher Education Institutions (HEIs) has been concerned to follow the resolutions issued by the body in order to bring the process of teaching-learning needs of society and the field of professional practice. Thus, the objective of the study was to show that the profile of graduating students of Science degree in Accounting from UFRN, for determining the Political-Pedagogical Project (PPP) and field of expertise of these professionals, who were close to that IES the title Bachelor of Science in Accounting from the years 2003 and 2007. Thus, this study has become a survey, based on a type of exploratory research, descriptive and literature, which is used for items related to the research of quantitative and qualitative kind, there is the application of a questionnaire for characterization via mail, which was used for statistical tools (descriptive, correlation and multiple regression) for its analysis, and implementation of a semi-structured interview, in which was necessary to proceed with an analysis of content. It is the study that 57.42% of the graduating students of Science degree in Accounting from UFRN are male, and that 50.58% of respondents have 21 to 28 years of age, 50% of graduates chose the course because of job opportunities offered by the area that 58.14% said that among the greatest difficulty experienced in the exercise of the profession was in relation to low pay and lack of recovery work. Regarding the analysis of correlation, showed that there is a strong link between professional practice and field of activity (0.7049), and there is a negative relationship between the labor market and the load-time (-0, 6784). With the completion of the descriptive analysis and calculation of correlations, it was still checking the variables that could influence is the change in monthly income of graduates, through the adoption of the regression analysis, under which was found that 61.50 % of changes are justified by the mathematical model consists note that variables such as gender, year of training, age, inclusion of new courses, job market, type of institution where work and load-time weekly. Finally, with the responses obtained in interviews and use the content analysis it was found that 28.89% of graduates believe they received the initial training leaves much to be desired in relation to professional practice, given the predominance of theoretical content from the disciplines taught in the course, which ultimately demonstrate the need for graduate programs fit in the field of action.

Keywords: Training in Accounting. Political Pedagogical Project. Field of action.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Classificação dos egressos por gênero.....	65
Gráfico 2 – Distribuição dos respondentes por gênero e ano de conclusão da formação.....	66
Gráfico 3 – Distribuição dos egressos por faixa etária	67
Gráfico 4 – Distribuição dos egressos por estado civil dos egressos.....	70
Gráfico 5 – Distribuição dos egressos por número de dependentes	71
Gráfico 6 – Distribuição dos egressos quanto à formação acadêmica recebida.....	74
Gráfico 7 – Distribuição dos egressos quanto ao exercício profissional	78
Gráfico 8 – Distribuição dos egressos quanto ao posicionamento no mercado de trabalho ...	79
Gráfico 9 – Distribuição dos egressos quanto a trabalhar e estudar durante a realização do curso.....	80
Gráfico 10 – Distribuição dos egressos quanto à principal fonte de sustento durante o curso	81
Gráfico 11 – Distribuição dos egressos quanto à carga-horária semanal.....	85
Gráfico 12 – Distribuição dos egressos quanto à renda mensal	86
Gráfico 13 – Distribuição dos egressos quanto à proficiência em idiomas (inglês).....	87
Gráfico 14 – Distribuição dos egressos quanto à proficiência em idiomas (espanhol)	88

LISTA DE QUADRO

- Quadro 1** – Relação entre a formação recebida na universidade e a prática (Pergunta 1 – Apêndice B) 92
- Quadro 2** – Relação entre as características positivas que a sua formação na UFRN trouxe para o seu desenvolvimento acadêmico e sua conseqüente atuação profissional (Pergunta 2 – Apêndice B)..... 93
- Quadro 3** – Lacunas formativas deixadas pela estrutura curricular do curso, percebidas quando inseridos no campo de atuação (Pergunta 3 – Apêndice B) 93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de IES no Brasil em 2006.....	23
Tabela 2 – Número de cursos de nível superior no Brasil no ano de 2006.....	25
Tabela 3 – Número de egressos do Curso de Ciências Contábeis da UFRN (2003-2007).....	57
Tabela 4 – Número de egressos x respondentes (2003-2007).....	58
Tabela 5 – Número de respondentes por gênero e faixa etária (2003-2007).....	68
Tabela 6 – Número de egressos x ingressos (2003-2007).....	68
Tabela 7 – Estado civil dos egressos por gênero (2003-2007).....	69
Tabela 8 – Motivos enumerados pelos egressos quanto à escolha do curso.....	72
Tabela 9 – Motivos enumerados pelos egressos quanto à escolha da UFRN.....	73
Tabela 10 – Dificuldades encontradas pelos egressos no exercício da profissão.....	75
Tabela 11 – Nível de aderência dos egressos quanto aos cursos de graduação e/ou Pós-Graduação.....	76
Tabela 12 – Nível de aderência dos egressos quanto a estarem trabalhando.....	78
Tabela 13 – Principal fonte de sustento dos egressos (2003 – 2007).....	82
Tabela 14 – Principais campos de atuação profissional dos egressos.....	82
Tabela 15 – Tipos de instituições na qual os egressos atuam.....	83
Tabela 16 – Renda mensal dos egressos por gênero.....	86
Tabela 17 – Correlação entre a Renda média mensal e os dados pessoais.....	89
Tabela 18 – Correlação entre a renda média mensal e outros itens.....	90
Tabela 19 – Correlação entre o exercício profissional e outros itens.....	90
Tabela 20 – Correlação entre o posicionamento no mercado de trabalho e outros itens.....	91
Tabela 21 – Motivos relacionados pelos egressos quanto às dificuldades da formação inicial e o enfrentamento da prática profissional.....	94
Tabela 22 – Motivos relacionados às características positivas da UFRN.....	99
Tabela 23 – Motivos relacionados às lacunas formativas.....	102

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

AECC	Accounting Educational Change Commission
ANPCONT	Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPC	Comissão de Educação Profissional Continuada
CES	Câmara de Educação Superior
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CFE	Conselho Federal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONSUNI	Conselho Universitário
CORCON	Coordenação do Curso de Ciências Contábeis
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENC	Exame Nacional de Cursos
FCEA	Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas
FEA	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
FURB	Universidade Regional de Blumenau
IASB	International Accounting Standards Board
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
ISAR	Intergovernmental Working Group on experts on International Standards on Accounting and Reporting
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB	Lei das Diretrizes e Bases Nacionais
MEC	Ministério da Educação, Cultura e Desportos
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NIC	Normas Internacionais de Contabilidade
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PPP	Projeto Político-pedagógico
RN	Rio Grande do Norte
UERN	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA	18
1.2	OBJETIVOS	19
1.2.1	Objetivo geral	19
1.2.2	Objetivos específicos	19
1.3	JUSTIFICATIVA.....	20
1.4	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	21
2	FORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR	23
2.1	PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	27
2.2	HABILIDADES E COMPETÊNCIAS	31
3	A CONTABILIDADE, O MUNDO DO TRABALHO E A FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	36
3.1	FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL.....	39
3.2	O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFRN	46
3.2.1	Mudanças na estrutura curricular	48
3.2.2	Mundo do trabalho	50
4	APROXIMANDO-SE DO CAMPO DE ESTUDO	54
4.1	A ABORDAGEM METODOLÓGICA	54
4.2	TIPO DE PESQUISA.....	55
4.3	APRESENTANDO OS PARTICIPANTES DA PESQUISA	56
4.4	ACESSANDO O MATERIAL DE PESQUISA.....	59
4.5	APROXIMANDO-SE DO MATERIAL ACESSADO	61
5	APRESENTANDO OS ACHADOS DA PESQUISA	65
5.1	DADOS PESSOAIS.....	65
5.2	FORMAÇÃO ACADÊMICA.....	71
5.3	ATUAÇÃO PROFISSIONAL.....	77
5.4	SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA	84

5.5	ANÁLISE DE ESTATÍSTICA.....	88
5.6	ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	92
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
	REFERÊNCIAS.....	113
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	119
	APÊNDICE B – PROTOCOLO DA ENTREVISTA	127

1 INTRODUÇÃO

O Ministério da Educação, Cultura e Desportos (MEC), com o intuito de melhorar a qualidade do ensino oferecido aos discentes dos cursos de graduação das universidades públicas e privadas do Brasil, bem como proporcionar condições de igualdade entre os conhecimentos adquiridos pelos discentes, elabora resoluções que contemplam os conteúdos mínimos necessários a formação acadêmica, possibilitam com isso, mudanças nos currículos e nos Projetos Político-pedagógico (PPP) do ensino superior, de forma a adequá-los as necessidades da sociedade e ao campo de atuação.

O MEC busca então desenvolver instrumentos que visam melhorar a formação oferecida aos discentes que pretendem se inserir no mercado, com o intuito de adequá-los às novas necessidades formativas voltadas a resolução de situações-problema, além de lhes proporcionar uma maior aproximação entre os conteúdos ministrados nas universidades e o campo de atuação, bem como buscando fornecer à sociedade, profissionais capacitados para lidar com suas necessidades.

Com a finalidade de oferecer aos estudantes, dos cursos de graduação, as habilidades e competências necessárias para a atuação profissional, faz-se necessário que os gestores das Instituições de Ensino Superior (IES) realizem estudos periódicos de acompanhamento de seus egressos, de modo a observar suas perspectivas formativas, bem como verificar quais as deficiências e contribuições dos currículos de seus cursos para o processo de formação, e com isso propor condições de ajustes e melhoramento para as metodologias de ensino-aprendizagem.

O curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) foi instituído no Rio Grande do Norte (RN), no ano de 1962, por meio da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais de Natal, todavia só no ano de 1980 é que foi criado o Departamento de Ciências Contábeis da UFRN. Por sua vez, o referido curso foi organizado com o propósito de formar profissionais capacitados para atuar e enfrentar as dificuldades do campo de atuação, vivenciadas na época, com as práticas de comércio.

Nesse contexto, com o intuito de contribuir com os estudos na área de ensino da contabilidade, este trabalho pretende delinear o perfil dos egressos do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN frente ao que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais

(DCN), com a Lei nº. 9.394/1996, e as contribuições advindas do Conselho Nacional de Educação (CNE) com a Resolução do MEC nº. 10/2004, observando a relação que se estabelece entre a formação recebida e as atividades desenvolvidas em seu campo de atuação. Por sua vez, entende-se como campo de atuação profissional para os egressos, os ambientes nos quais os mesmos possam desenvolver as habilidades e competências dadas pela formação profissional, sob a qual, os mesmos podem atuar como assistentes de contador, contadores, analistas contábeis, *controllers*, auditores, peritos, dentre outros.

O estudo tem como objeto de pesquisa os egressos do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN, que obtiveram junto a essa IES, o título de bacharel entre os anos de 2003 e 2007, cujo corte temporal, se deu em virtude da disponibilidade dos contatos dos mesmos para a realização do estudo, de modo a permitir evidenciar o seu perfil face às exigências do campo de atuação.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

O ensino superior em contabilidade surgiu no Brasil por meio do Decreto-lei nº. 7.988, de 22 de setembro de 1945, mas só com a promulgação do Decreto nº. 813, de 10 de março de 1962 é que o funcionamento do curso de graduação em contabilidade se instituiu no Estado do RN, por meio da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais de Natal.

Com a Lei nº. 5.702, de 14 de setembro de 1971, a referida faculdade foi federalizada, sendo posteriormente reconhecida através da sanção do Decreto nº. 80.352, de 19 de setembro de 1977, quando passou a ser denominada de Faculdade de Ciências, Administrativas e Contábeis. No ano de 1970, o curso de graduação em Ciências Contábeis foi transferido para o Campus Universitário da UFRN e em 1980, por meio da Resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) nº. 127, de 21 de outubro de 1980, se estabeleceu o atual Departamento de Ciências Contábeis.

Nesse período, os cursos superiores oferecidos na área eram regidos pela Lei nº. 4.024/1961, que traçava os currículos mínimos exigidos para a formação do contador, com o intuito de preparar e habilitar seus egressos para o exercício da profissão. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais, por meio da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, mudou essa característica, acreditando que o profissional contábil a ser formado não deveria apenas está apto ao exercício profissional, mas que deveria encontrar-se em um contínuo processo de

aprendizagem.

No ano de 2004, com a promulgação da Resolução nº. 10, de 16 de dezembro, o MEC tenta modificar a perspectiva formativa dos egressos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, sugerindo que os mesmos se tornem profissionais aptos a se adequarem as mudanças sofridas pela sociedade, bem como desenvolver as habilidades e competências requeridas para a realização de suas atividades.

Com isso, propõe-se a seguinte questão de pesquisa: “Quais as características do perfil dos egressos do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN, que obtiveram o título de bacharel entre os anos de 2003 e 2007, em relação ao que determina o PPP do curso e ao campo de atuação?”.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo do estudo consiste em caracterizar o perfil dos egressos do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN, que obtiveram o título de bacharel entre os anos de 2003 e 2007, em relação ao que determina o PPP e ao campo de atuação.

1.2.2 Objetivos específicos

Com o intuito de alcançar o objetivo geral, fez-se necessário o seu desmembramento, conforme expresso nos pontos a seguir:

- Apresentar alguns aspectos do ensino superior no Brasil;
- Caracterizar a formação em Ciências Contábeis na UFRN;
- Identificar no PPP do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN, as características da formação da figura do bacharel em contabilidade;
- Analisar o perfil dos egressos do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN, de 2003 a 2007;
- Averiguar se há algum tipo de correlação entre as variáveis estudadas e quais os itens que influenciam a composição da renda média mensal dos egressos.

1.3 JUSTIFICATIVA

A globalização tem aproximado os mercados, o que acaba por estimular que a sociedade demande por profissionais que estejam preparados para enfrentar desafios, e sejam passíveis ao processo de adaptação a novas situações-problema, devendo os mesmos encontrar-se em estágio de atenção sobre as mudanças ocorridas ao seu redor, além de se mostrarem preocupados com o contexto sócio, político e econômico em que se encontram inseridos.

Nesse sentido, conforme trata Veiga (2004), a comunidade acadêmica, por meio das IES, tem a função de priorizar o desenvolvimento humano e profissional de seus discentes, com vias a contribuir para a formação dos egressos, que são exigidos para atender as necessidades da sociedade, devendo a mesma ser provedora deles, uma vez que essa é a instituição responsável pela produção e disseminação de conhecimentos que possam vir a auxiliar a comunidade na resolução de seus problemas.

Com o intuito de contribuir com a sociedade, o MEC emitiu a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (LDB) nº. 9.394/1996 e a recente Resolução do MEC/CNE nº. 10/2004, com vias a organizar os currículos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis existentes no Brasil. Dessa forma, a presente pesquisa se justifica, uma vez que se dispõe a realizar um estudo sobre o perfil dos egressos do curso de graduação em Ciências Contábeis, em relação ao que determina o PPP do curso e ao campo de atuação, observando-se para isso quais as habilidades e competências que os mesmos necessitam dispor para atuarem no campo de atuação.

O mercado, segundo Nunes, Pfitscher e Alberton (2006), vêm exigindo, ao longo dos anos, que os egressos da área contábil obtenham uma formação baseada em conhecimentos amplos, que lhes permita trabalhar em seu campo de atuação, de forma a propiciar oportunidades de enfrentar as dificuldades do dia-a-dia, bem como atender as expectativas das organizações.

Além disso, conforme trata Lousada e Martins (2005), o conhecimento da trajetória profissional dos egressos dos cursos de graduação representa um fator interessante para que os gestores das IES possam inferir, quanto às contribuições e deficiências que seus cursos e respectivos currículos podem estar trazendo à formação dos discentes, e com isso proporcionar ajustes ao processo de ensino.

Por sua vez, a falta desse tipo de informação nas IES pode acabar por incorrer em deficiências nos currículos dos seus cursos e na metodologia de ensino adotada para transmitir

os conhecimentos necessários à formação, além da falta de conhecimento quanto a retornos positivos que propiciem o *marketing* da instituição sobre a qualidade do curso diante das demais IES.

Ainda, segundo Lousada e Martins (2005), a adoção de sistemas que permitam o acompanhamento dos egressos pode funcionar como um termômetro que permite a avaliação institucional de como estão sendo conduzidos os cursos de graduação da IES, bem como servindo de base para a análise dos aspectos qualitativos e acadêmicos. No estudo realizado pelos referidos autores, verificou-se que os dirigentes das instituições estudadas consideram que o acompanhamento e estudo dos egressos dos cursos de graduação trazem contribuições interessantes para a melhoria de seus cursos, além de deixar as IES mais próximas da realidade e das perspectivas do campo de atuação.

De acordo com Watson et. al. (2007) a realização de estudos sobre os egressos não se configura apenas como uma discussão nacional, haja vista que algumas pesquisas que abordam questões relacionadas à satisfação dos egressos já foram realizadas a nível internacional, tais como o estudo desenvolvido por Broome e Morris (2005)¹ e Nouri, Parker e Sumanta (2005)², que trata sobre a relação percebida entre a atividade prática e o processo de ensino-aprendizagem, o que sinaliza que a discussão sobre a educação em contabilidade já detém a atenção de estudiosos no âmbito nacional e internacional.

Por fim, acreditando-se que os currículos contribuem para a formação profissional e acadêmica dos discentes, em especial os do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN, bem como sabendo que os egressos devem estar preparados para enfrentar os desafios ensejados pela sociedade, é que se desenvolve essa pesquisa para que se possa conhecer o perfil dos egressos, frente às perspectivas formativas e ao campo de atuação.

1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O campo de estudo e as informações necessárias para a obtenção do resultado esperado, quanto à caracterização do perfil dos egressos do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN, pressupõe algumas delimitações a serem apresentadas a seguir:

¹ BROOME, O.W.; MORRIS, M.H. Multi-entity partnering in accounting education: Narrowing the gap between the professional and academia, **Advances in Accounting Educatio**, n 7, 2005, p. 81–107.

² NOURI, H.; PARKER, R.J.; SUMANTA, S. Students' perceptions of work in public accounting and employment preferences. **Accounting Education** 14, 2005, p. 293–311.

- A IES escolhida como objeto de estudo foi a UFRN, em virtude de essa entidade ser a maior e mais antiga IES, formadora de profissionais do Estado do RN, e frente à necessidade de conhecimento das atividades que são exercidas pelos seus egressos, possibilitando uma reflexão sobre a ação formativa oferecida pelo curso de graduação em Ciências Contábeis;
- Os dados referentes ao estudo são relativos aos discentes que obtiveram o título de bacharel em Ciências Contábeis na UFRN, entre os anos de 2003 e 2007, e esse corte temporal se deu em virtude da disponibilidade, por parte da coordenação do curso dos cadastros dos egressos, que contemplam informações sobre seus contatos.

2 FORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2008), instituição vinculada ao MEC e responsável pela realização de estudos, pesquisas e avaliações relativas ao Sistema Educacional Brasileiro (da educação infantil ao ensino superior), o número de IES no Brasil aumentou 2,54 vezes em quinze anos, saindo de um total de 893 no ano de 1991, para 2.270 no ano de 2006. Desse total, observou-se que o número de IES públicas (municipal, estadual e federal) teve um aumento de 11,71% nesse período, enquanto que o número de IES privadas (particular, comunitária e filantrópica), saltou de 671 IES em 1991, para 2.022 no ano de 2006, o que representa um aumento de 201,34% no número de entidades privadas.

Conforme trata Sguissardi (2000), o número de IES públicas e vagas permaneceu praticamente inalterados entre os anos de 1980 e 1998, diferentemente do setor privado que saiu de um total de 773 para 842 entidades, e cuja maior concentração se deu na região sudeste, que detém cerca de $\frac{2}{3}$ do total de IES, oferecendo cursos de graduação aos candidatos que desejam obter um diploma dentre as diversas áreas do conhecimento.

Para Moreira (2003), a expansão no número de IES privadas vem acontecendo desde os anos 70, quando 80,4% das entidades encontravam-se relacionadas à iniciativa privada e cujo aumento se deu em decorrência do crescimento no número de cursos de graduação oferecidos por essas instituições na área das Ciências Sociais, uma vez que esse campo formativo abarca cursos que necessitam de pouco investimento e que possuem uma boa demanda de procura.

Diante disso, e do total de 2.270 IES registradas pelo senso do INEP no ano de 2006, percebe-se que 89,07% das IES são mantidas por entidades da iniciativa privada (particular ou filantrópica), conforme pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 – Número de IES no Brasil em 2006

REGIÃO	PÚBLICA	PRIVADA	TOTAL
Norte	18	117	135
Nordeste	63	349	412
Centro-oeste	18	225	243
Sul	40	347	387
Sudeste	109	984	1093
TOTAL	248	2022	2270

Fonte: MEC/INEP – 2006.

Verifica-se, ainda na Tabela 1, que dessas IES, o maior número de instituições, ou seja, 65,20% encontram-se localizadas entre o eixo sul-sudeste, que concentram 1.480 instituições, sendo 89,93% delas de caráter privado. A região nordeste ocupa o segundo lugar no *ranking* em termos de quantidade de IES, haja vista que 84,71% delas são de cunho privado e 51,7% encontram-se localizadas nas capitais nordestinas.

De acordo com os dados do INEP (2008), a região norte possui o menor número de IES, 135 instituições, sendo 86,67% delas de cunho privado e 63,7% distribuídas entre as suas capitais. A região centro-oeste ocupa o penúltimo lugar em termos de número de instituições que oferecem formação em nível superior, com 243 IES, sendo 47,74% localizadas nas capitais dos estados dessa região e 92,59% de cunho privado.

Um fator que justifica o aumento no número de IES no Brasil pode ser observado quanto à necessidade crescente de se atender aos anseios da sociedade quanto à inserção na educação superior, uma vez que a mesma tem procurado por profissionais com formação superior que estejam cada vez mais bem preparados para a resolução de situações-problema.

Contudo, analisando o comportamento das IES privadas e a criação de novos cursos, percebe-se que, no longo prazo, a sua sobrevivência pode ser prejudicada caso não haja progressos em termos de qualidade no ensino, no que diz respeito à construção de currículos que permitam a flexibilização, bem como a conseqüente capacitação do corpo docente e a melhoria das condições de infra-estrutura (biblioteca, laboratórios, dentre outros).

Para Moreira (2003), esse fato pode se tornar realidade, com a percepção dos seus próprios discentes quanto à qualidade no ensino e as dificuldades encontradas quando do processo de atuação profissional, atrelada ao desaquecimento da demanda, e que acaba por eliminar as instituições com poucos atributos formativos e solidificar aquelas que procuram melhorar o processo de ensino.

As instituições privadas, prevendo esse tipo de problema e com o propósito de se manter no mercado, têm começado a se preocupar cada vez mais em buscar alternativas que possam melhorar o ensino oferecido pelas IES aos discentes que desejem uma formação acadêmico-profissional em nível de graduação. Formação essa, que assim como nas entidades públicas, deve ser condizente com as perspectivas do campo de atuação, de modo a atender as necessidades atuais e potenciais da sociedade.

Por sua vez, segundo Moreira (2003), essa tarefa não se configura como uma das mais fáceis de serem realizadas, haja vista que uma instituição pode até conseguir melhorar em curto prazo toda a sua estrutura física e o corpo docente, mas isso nem sempre se reflete, de forma satisfatória, em mudanças imediatas e na mesma proporção no nível ou na qualidade

dos alunos que estão na instituição ou serão seus potenciais ingressos.

Tal processo é lento e necessita de tempo para se consolidar, uma vez que, no curto prazo, o máximo que a entidade pode conseguir é que, na medida em que a qualidade do ensino oferecido aos discentes das IES for melhorando, os indivíduos que irão procurar por cursos oferecidos por essas entidades, que possuem atributos qualitativos mais condizentes com as suas perspectivas formativas poderá aumentar de forma gradativa.

Entre as medidas que podem ser adotadas nas IES privadas para melhorar a qualidade no ensino oferecido pelas IES, destacam-se a adoção de um processo que garanta uma satisfatória interligação entre ensino, pesquisa e extensão, de forma a possibilitar condições adequadas ao bom desenvolvimento do ensino-aprendizagem, bem como de elaboração de um PPP flexível, que possa responder as necessidades do campo de atuação.

Além disso, outros fatores podem ser levados em consideração, tais como: proporcionar um maior controle das freqüências dos alunos nas aulas, aumento da quantidade e qualidade dos conteúdos trabalhados pelos professores, melhorias nas condições de avaliação do nível de conhecimento, disponibilização de condições de aperfeiçoamento para os professores e a exigência de uma média maior para a aprovação.

O INEP (2008) observou, ainda, que no ano de 2006 existiam 22.101 cursos de nível superior credenciados junto ao MEC e que se encontravam distribuídos entre os vinte e seis estados brasileiros mais o Distrito Federal, sendo a maioria desses cursos de graduação, 70,37%, oferecidos por entidades de caráter privado, como pode ser visualizado na Tabela 2.

Tabela 2 – Número de cursos de nível superior no Brasil no ano de 2006

REGIÃO	PÚBLICA	PRIVADA	TOTAL	%
Norte	961	688	1649	7,46
Nordeste	2258	1686	3944	17,85
Centro-oeste	745	1281	2026	9,17
Sul	1097	3044	4141	18,74
Sudeste	1488	8853	10341	46,79
TOTAL	6549	15552	22101	100
%	29,63	70,37	100	

Fonte: MEC/INEP – 2006.

Face ao conteúdo da Tabela 2 e diante do aumento no número de IES de caráter privado, Sguissardi (2000) afirma que o ensino superior vem se mostrando cada vez mais elitista e privatizado e que, embora o número de vagas oferecidas por essas instituições sejam cada vez mais crescentes, elas ainda não conseguem suprir de forma satisfatória a demanda de

candidatos que buscam uma vaga junto as IES e são recém formados dos cursos de ensino médio ou que se configuram como indivíduos remanescentes que concorreram a vestibulares anteriores e ainda não chegaram a ser absorvidos por tais entidades (públicas e/ou privadas).

Contudo, dentre o número de cursos observados na Tabela 2, que se encontram oferecidos pelas IES públicas e privadas, o INEP (2008) os classifica em oito grandes grupos, a saber: Educação; Humanidades e Artes; Ciências Sociais, Negócios e Direito; Ciências, Matemática e Computação; Engenharia, Produção e Construção; Agricultura e Veterinária; Saúde e Bem-estar Social; e Serviços.

Do montante de cursos de ensino superior oferecidos pelas IES, percebe-se que 46,79% deles encontram-se localizados na região sudeste, número esse que se reflete de forma direta na quantidade de cursos de Pós-Graduação *scripto sensu* e de docentes com o título de mestrado e doutorado concentrados nessa região, e que representam 22,3% do número total de docentes com esse nível de titulação, distribuídos pelo Brasil no ano de 2006.

Seguindo o *ranking* no número de cursos oferecidos pelas IES, distribuídas pelo país, observa-se que a região sul fica em segundo lugar e conta com 18,74% deles, a região nordeste vem em seguida com 17,85%, a região centro-oeste em penúltimo com 9,17% e a região norte em último lugar com 7,46%. Outro fator interessante a ser observado, diz respeito ao número de vagas distribuídas por turno, uma vez que se mostra crescente a quantidade de cursos que oferecem vagas no turno noturno, conforme dados do INEP (2008) e que no ano de 2006 representavam 65,78% do total de vagas oferecidas pelas IES aos discentes que desejavam ingressar no ensino superior.

De acordo com o INEP (2008), percebe-se que 87,41% do número de vagas oferecidas pelas IES são de caráter privado e que apenas 27,95% do total de indivíduos que se candidataram ao vestibular no ano de 2006, conseguiram angariar uma vaga nos cursos de graduação oferecidos por tais entidades. Observa-se ainda, que nesse mesmo período, as IES de caráter privado chegaram a colocar no campo de atuação, mais de 75% do total de egressos das IES distribuídas pelo Brasil, e que 40,64% deles se graduaram na área das Ciências Sociais, Negócios e Direito.

Corroborando com esse entendimento, Sguissardi (2000) afirma que, desde o ano de 1997, percebe-se um aumento no número de egressos dos cursos de graduação em Direito, Pedagogia, Ciências Contábeis, Engenharia, Medicina e Comunicação Social, oferecidos pelas IES (pública e privada), que se concentram nas áreas de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Ciências da Saúde, fator esse que vem sendo incentivado desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), e que centra na

possibilidade de aumento no número de vagas desses cursos com o propósito de maximizar a utilização dos recursos de infra-estrutura e pessoal já disponíveis nas IES.

2.1 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Segundo Veiga (2004), a construção do PPP tem sido objeto de estudo e preocupação da educação básica à de nível superior e tem despertado o interesse de professores, pesquisadores e entidades educacionais, a nível nacional e internacional, no que diz respeito à necessidade de melhorias na qualidade do ensino oferecido pelas escolas, centros de formação, faculdades, universidades, dentre outros estabelecimentos voltados à formação.

Por sua vez, ao se deflagrar o processo de construção do PPP, não se busca apenas agrupar conteúdos, planos de ensino ou atividades complementares, mas sim antecipar ao presente as expectativas formativas que podem vir a atender as demandas profissionais a serem exigidas pela sociedade no futuro, e devendo o mesmo ser construído e vivenciado por todos que fazem parte do processo educativo (alunos, professores, funcionários, comunidade).

Face ao exposto, a formulação de um PPP que seja condizente com as necessidades da sociedade tem representado um dos maiores desafios que os educadores têm enfrentado ao longo dos anos, em virtude de questões relacionadas às mudanças conjunturais vivenciadas nas esferas sociais, culturais, políticas e econômicas. Diante disso e da urgência em satisfazer as necessidades da sociedade, as instituições de formação inicial, com o propósito de reunir esforços no sentido de vencer esse desafio e com o papel de disponibilizar ao mercado profissionais cada vez mais preparados para o campo de atuação, vêm buscando reformular os cursos de forma a possibilitar respostas positivas a tais demandas.

Almeida (2000a) levanta alguns pontos, um deles relacionados ao compromisso da universidade com a sociedade, e outros que se pautam no conhecimento e apreensão sobre o mundo contemporâneo, além do reconhecimento de sua missão diante da comunidade, bem como a re-estruturação dos currículos, por meio de PPP voltados à tríade educativa, que engloba a relação entre ensino, pesquisa e extensão.

Ainda, de acordo com Almeida (2000a), essa última dimensão pressupõe cinco estágios nos quais se deve vincular a questão do ensino, pesquisa e extensão ao papel social da universidade, bem como a integração entre tais elementos, a observância da infra-estrutura da universidade, a relação entre teoria e prática frente à avaliação e aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem, e a permanente condição de atualização do curso às

demandas do campo de atuação.

Elaborar os PPP dos cursos de graduação exige que as IES possuam uma maior integração com as demandas nacionais e internacionais, advindas do mundo do trabalho, sem deixar de lado a relação entre teoria e prática, que segundo Ramos (2002) deve permitir a construção de uma reflexão crítica sobre a realidade e a formação do caráter profissional dos egressos.

Para Veiga (2004), a elaboração de um PPP representa o traçar de uma diretriz voltada ao ensino e que deve ser flexível, ou seja, encontrar-se em permanente estágio de discussão, sensível e readaptável às mudanças sofridas na sociedade, de forma a atender aos princípios que norteiam o projeto, além de se encontrar relacionado à questão da igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade e valorização do magistério.

Além desses fatores, outro ponto de orientação para a elaboração de um bom projeto está relacionado com o comprometimento dos gestores pedagógicos dos cursos de graduação, junto aos professores, alunos, pesquisadores e especialistas da área, de forma a contribuir com o seu desenvolvimento e proporcionar aos estudantes uma formação que seja condizente com a realidade do campo de atuação.

A elaboração de novos PPP ou mesmo a re-formulação dos já existentes deve segundo Veiga (2004), romper com as práticas iniciais e unir os aspectos teóricos sobre o assunto, as determinações práticas exigidas pelo campo de atuação para o qual os discentes estão sendo formados, aliando teoria e prática, bem como propiciando a qualidade formal do ensino oferecido e estimulando aos mesmos o desenvolvimento de condições que lhes permitam ampliar suas potencialidades criativas e críticas.

Face ao exposto e diante das diretrizes, os cursos de graduação que já se encontram em andamento devem, a princípio, se preocupar em atender as suas determinações, buscando a partir daí, re-elaborar seus currículos de acordo com as necessidades do campo de atuação e as perspectivas da profissão sobre a qual pretende formar.

No entanto, conforme Almeida (2000a), embora a construção dos PPP considere o que determina as DCN e as práticas recomendadas pelo MEC, à elaboração do projeto deve ser autônoma, no sentido de ousar e utilizar metodologias criativas que possibilitem a melhor formação possível aos seus discentes. Assim, a preparação desse instrumento necessita de uma maior atenção às perspectivas e ao contexto do mundo do trabalho, uma vez que deve antecipar ao presente as necessidades formativas do futuro, no que diz respeito à composição das habilidades e competências necessárias a formação.

A adoção dessa prática recai sobre as possibilidades de dificuldades e de acertos a

que se depara, haja vista que se faz necessário antecipar as perspectivas futuras da profissão, antes mesmo que o discente chegue a se tornar um egresso do curso de graduação, bem como trabalhe em seu campo de atuação e perceba quais os conhecimentos necessários para a realização de suas atividades.

As mudanças nos projetos devem, então, basearem-se em pressupostos teóricos e metodológicos que possam permitir o adequado desenvolvimento das habilidades e competências necessárias à formação de seus discentes, valendo-se, para isso, de uma organização estrutural e funcional dos currículos, que sejam condizentes com as intenções formativas propostas pelo MEC.

Diante disso, as diretrizes sobre a organização dos currículos devem englobar questões relacionadas: aos objetivos do curso, ao perfil desejado aos egressos, as competências e habilidades necessárias ao desenvolvimento profissional, à estrutura curricular mínima que deve ser preenchida (conteúdo de formação básica, profissional e teórico-prático), às metodologias de ensino a serem adotadas, bem como à sistemática de avaliação para a questão do ensino-aprendizagem, à composição do corpo docente do curso e à infra-estrutura mínima necessária a formação dos discentes.

Essa necessidade de mudanças no PPP está relacionada, segundo Almeida (2000a), à questão da necessidade de melhoria na qualidade de ensino a ser oferecido à comunidade acadêmica, que precisa passar por constantes renovações para atender às necessidades formativas e às novas tecnologias que vem se desenvolvendo ao longo dos anos, bem como proporcionar aos estudantes a possibilidade de readaptações a novas situações advindas das demandas profissionais.

A construção de um projeto voltado para o ensino superior não representa apenas um mero instrumento, mas um documento capaz de traduzir as características e objetivos do curso, que funciona como um direcionador para as perspectivas e necessidades da sociedade diante das inovações tecnológicas, e cujos instrumentos devem ser flexíveis e passíveis a ajustes, de forma a proporcionar qualidade ao ensino oferecido aos estudantes e a formação profissional dos egressos.

Para Veiga (2004), o currículo representa um elemento importante para as entidades escolares, uma vez que prima pela construção e organização dos conhecimentos a serem transmitidos pelos docentes aos discentes, não representando um instrumento neutro e conservador, que observa a fragmentação do conteúdo a ser transmitido, mas que deve estar situado histórico e culturalmente com as mudanças sofridas na conjuntura social.

De acordo com Ramos (2002), a possibilidade de flexibilização dos currículos,

relacionada à valorização do saber-ser e saber-fazer visa aproximar os conhecimentos teóricos e as normas relativas à formação por competências à realidade profissional dos egressos, que se validam das práticas que podem ser vivenciadas no campo de atuação.

A formação por competências preocupa-se em explicar o porquê da realização de cada atividade, visando unir teoria e prática de forma a proporcionar aos alunos o conhecimento necessário para a resolução de situações-problema reais ou próximas do que possam vir a vivenciar quando da atuação profissional, o que acaba por permitir uma formação reflexiva e crítica sobre a prática de trabalho e não apenas o exercício de uma ocupação.

Para Almeida (2000b), a construção de currículos por competências no ensino superior funciona como uma estrutura básica necessária para a elaboração dos PPP dos cursos e tem se revelado como um fator interessante para o dinamismo, flexibilidade e socialização do processo de ensino-aprendizagem que devem ser oferecidos aos estudantes.

O currículo deve, então, funcionar como um documento orientador, que seja passível a rupturas e reconstruções constantes, além de possibilitar a construção reflexiva das experiências práticas aos ditames teóricos e a conseqüente introdução de novas tecnologias. A flexibilidade dada aos currículos possibilita a organização dos conteúdos voltados a produção e disseminação de conhecimentos e saberes, que estejam comprometidos com a formação dos discentes, de forma que esses fiquem cientes de seu papel na sociedade, bem como que se encontrem preparados para atender as perspectivas de seu campo de atuação profissional.

Para Almeida (2000b), o currículo pode ser compreendido como um agente orientador voltado à ação educativa, que deve englobar os esforços dos componentes institucionais da universidade para a construção de significados sociais, culturais e políticos voltados à ação pedagógica da formação de cidadãos atuantes. A organização dos currículos tem o propósito de permitir a seleção e esquematização dos conhecimentos necessários a serem adquiridos para a formação profissional e humana dos estudantes.

Diante disso, Almeida (2000b) afirma que o MEC, por meio de suas resoluções e determinações, busca definir, a nível nacional, as áreas de conhecimento de caráter obrigatório que todas as instituições de ensino devem oferecer aos seus discentes, desde a educação fundamental até o ensino superior, sem deixar de lado o atendimento das perspectivas regionais, o que garante aos discentes uma formação mínima, na qual não haja impedimentos de se inserirem e/ou readaptarem a outros mercados.

Entretanto, o currículo não se configura como um instrumento de ação educativa neutro, mas como um elemento que permiti priorizar as atividades sociais e possibilitar a

compreensão de conteúdos mínimos a todos os estudantes, situados nos mais diversos níveis de educação e que contemplem elementos essenciais à formação de cidadãos socialmente responsáveis. Para isso, a formação deve observar a questão da interdisciplinaridade, que funciona com a organização dos conteúdos por meio de disciplinas, que possibilitem a interatividade no processo de ensino-aprendizagem, por meio do estabelecimento de tramas entre os conteúdos ministrados e as diversas disciplinas que compõem os currículos.

Almeida (2000b) apresenta algumas compreensões sobre o processo de formação dos currículos que envolvem: a questão da reforma do pensamento, a abordagem da educação sistêmica e o conceito da criação de redes conceptuais (metáforas). Nessa perspectiva, a reforma do pensamento reside na construção de uma maneira diferente de pensar e agir sobre os conhecimentos adquiridos, e cujos pensamentos se encontram organizados de forma a se relacionarem com as questões de causalidade que envolve a interdisciplinaridade e a consequente compreensão da realidade.

Nesse contexto, a construção do conhecimento fugiria do problema da memorização e partiria para a compreensão interdisciplinar dos conteúdos, em que se observa a ligação dos assuntos de acordo com o estágio de aprendizado (infantil, fundamental, médio, superior), sem a necessidade de haver quebras e/ou rupturas que possam prejudicar o seu processo de construção do conhecimento.

No que diz respeito à criação de redes conceptuais (metáforas), o conhecimento seria reagrupado de forma a possibilitar aos indivíduos que o torne apto a enfrentar e se adaptar as realidades e situações mutativas de acordo com seu tempo, de forma a proceder com a discussão e construção progressiva do aprendizado, bem como superar as concepções conservadoras da formação profissional.

Segundo Ramos (2002), os currículos devem então estabelecer as táticas necessárias para que os estudantes e potenciais profissionais possam construir sua capacidade de aprender e adquirir experiências concretas focadas na realização das atividades reais de trabalho.

2.2 HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

A educação encontra-se marcada por mudanças no seu contexto estrutural que se deram em virtude de fatores como o avanço tecnológico e a criação de novas organizações de trabalho, e que vem exigindo dos atuais e potenciais profissionais um maior esforço e aprofundamento sobre o conhecimento, de forma a tornarem-se cada vez mais atuantes e

aptos a atenderem as necessidades da sociedade.

Segundo Perrenoud (1999), o desenvolvimento de tais conhecimentos, junto aos discentes que se encontram entre os mais diversos níveis de ensino, tem se mostrado como um dos temas mais discutidos no contexto educacional, haja vista que os conhecimentos adquiridos em sala de aula não se mostram como suficientes para permitir uma formação reflexiva e crítica.

Nesse sentido, Oliveira (2002) afirma que a definição do que seria a formação por competências a serem descritas nos PPP dos cursos, da educação básica até a superior, deveriam ser voltadas à formação profissional de recursos humanos qualificados e aptos a darem respostas positivas às perspectivas da sociedade quanto à resolução de situações-problemas.

A construção dos currículos por competência visa, então, preparar os atuais e potenciais profissionais por meio de uma orientação teórica e prática ministrada por docentes qualificados junto aos cursos de Pós-Graduação do tipo *scripto sensu*, de forma a atuarem como agentes facilitadores no processo de ensino e acesso ao conhecimento.

Segundo Ramos (2002), esse processo de facilitar o acesso as mais diversas formas de conhecimento, funcionaria como uma espécie de ensaio as necessidades práticas do dia-a-dia, em que os estudantes passariam a adaptar e transformar o que aprenderam em sala de aula para a resolução de problemas práticos, que possam chegar a ser vivenciados no processo de execução de suas atividades. No entanto, conforme afirma Perrenoud (1999), faz-se necessário compreender que a inserção das competências na formação dos discentes não é uma discussão recente e que sua aplicação vem sendo discutida desde a escola básica até a formação profissionalizante.

Com base nessa perspectiva, os estudantes não seriam preparados apenas para mudarem o seu nível de aprofundamento nos estudos, passando da educação infantil a fundamental, e dessa para o ensino médio, até chegar à formação profissional e universitária, mas sim para aprenderem formas de aplicar os conhecimentos adquiridos no seu cotidiano escolar de forma a resolver os problemas existenciais.

Diante disso, as resoluções de ensino foram constituídas com um propósito de contextualização que recai mais sobre a construção dos PPP, com vias a proporcionar à elaboração de currículos voltados a formação de profissionais baseados no desenvolvimento de habilidades e competências, que possibilitem condições reais para solucionar problemas do dia-a-dia, ou pelo menos próximas as que poderão vir a ser vivenciadas na prática.

O entendimento das competências vai além da construção do conhecimento

puramente transmitido pelos docentes e passa à questão de proporcionar estímulos e a preparação dos discentes a formação de pensamentos que possam auxiliar de forma reflexiva e crítica na sua atuação profissional. O seu desenvolvimento junto aos discentes que estão sendo preparados e formados podem, de acordo com Oliveira (2002), ser entendido por meio da contextualização das atividades práticas, que se utilizam do embasamento teórico e das habilidades adquiridas com a experiência para a resolução de atuais e potenciais dificuldades.

A perspectiva formativa com base na consolidação das competências atende, segundo Perrenoud (1999), a concepção da construção da capacidade reflexiva dos discentes, com vias a uma formação profissional desenvolvida mediante estudos teóricos e conhecimentos conjuntos aptos à aplicação prática, e que possam vir a permitir um desenvolvimento prospectivo de suas habilidades em executar as tarefas requeridas pelo campo de atuação.

Dessa forma, os agentes educativos (professores, pesquisadores e entidades educacionais) têm procurado elaborar PPP que possam articular satisfatoriamente às habilidades e competências que um indivíduo necessita para o desenvolvimento de suas atividades profissionais, unindo a teoria aprendida nos bancos escolares à prática e criatividade que possam vir a ser necessárias ao campo de atuação.

Contudo, Ramos (2002) afirma que os profissionais que estão no mercado ou se preparando para atuar nele devem desenvolver competências suficientes para compreender suas atribuições no campo de atuação, bem como serem capazes de argumentar suas atitudes e as razões reais pelas quais podem tomar qualquer tipo de decisão.

Para Oliveira (2002), o desenvolvimento das competências pode ser entendido por meio do processo de enriquecimento do intelecto, em que se mobilizam os seus mais diversos saberes na resolução de uma dificuldade, e que as habilidades devem ser observadas quando da aplicação das práticas inerentes à execução de uma atividade. Diante disso, o desenvolvimento das competências, junto aos indivíduos, reage como um desafio que exige criatividade e esforços mútuos, que os auxilie a efetuar análises aprofundadas sobre as situações vivenciadas, bem como que o capacite à reflexão sobre suas ações, de forma justificada e consciente.

Diante disso, e com o propósito de atender as perspectivas advindas do campo de atuação e da sociedade, observa-se que os profissionais que se encontram trabalhando estão caracterizando-se pela busca por novos conhecimentos mediante a leitura e comunicação com outros profissionais que possuem formação diversa.

A formação inicial do indivíduo deve, segundo Perrenoud (1999), promover

elementos ligados direta ou indiretamente ao seu desenvolvimento e desempenho profissional, transformando suas capacidades e valores em entes cooperativos com o progresso individual, que sejam capazes de orientá-lo nas escolhas quanto ao seu processo de formação.

Dessa forma, o desenvolvimento das competências é estratégico, e não deve ser visto como um fim em si mesmo, mas como um processo que se encontra em constante formação e no qual o indivíduo não é obrigado a entender em sua plenitude, isso porque cada ser compreende um assunto de uma forma diferente, e a solução dada a um problema resolvido agora nem sempre terá a mesma eficiência e eficácia, se for utilizada em outro período.

Nesse contexto, conforme afirma Oliveira (2002), quando um profissional está em processo de aprendizagem e se depara com uma dificuldade ele deve ter o cuidado em observar o processo que se fez necessário para a resolução do problema e até mesmo sugerindo outras, criando assim, uma postura crítica e enriquecida sobre o fato, o que acaba por possibilitar o desenvolvimento de suas próprias competências.

A questão das competências tem sido amplamente discutido no âmbito educacional, isso porque o que interessa a sociedade é saber se os profissionais que estão sendo formados hoje e se inserindo no campo de atuação encontram-se preparados para solucionar os problemas cotidianos, em tempo hábil, sem a necessidade de incorrerem em erros ou proporcionar condições que venham a acarretar prejuízos.

Entretanto, esse processo esbarra na questão da transferência dos saberes, uma vez que, segundo Perrenoud (1999), a preocupação dos antigos docentes costuma centrar-se mais no incremento de novos conteúdos aos saberes dos discentes, do que na união desses saberes com vias a auxiliar no processo de formação profissional, e esse fato se dá principalmente devido à necessidade de especialização dos profissionais das áreas de formação, que possam vir a contribuir para a aprendizagem dos discentes de forma interdisciplinar e não fragmentar dos conteúdos.

Segundo Oliveira (2002), ao se apreender o conceito das competências para um adequado desenvolvimento profissional, os indivíduos necessitam que os formadores estejam antenados com as mudanças ocorridas no conjuntura social, buscando com isso a interdisciplinaridade e a contextualização do ensino as perspectivas do campo de atuação, de forma a permitir o acompanhamento do progresso dos discentes, bem como observar seu desempenho mais como um facilitador do que como um transmissor do conhecimento.

Para isso, faz-se necessário que os formadores trabalhem buscando o desenvolvimento de currículos que sejam baseados no conceito das necessidades de competência, capazes de promover o conhecimento e estimular os discentes a atuarem de

forma ativa na sociedade, melhorando e construindo seu intelecto sob a percepção do mundo e aplicando os conhecimentos adquiridos em sala de aula junto aos problemas propostos pelo dia-a-dia, de forma racional e simplista.

3 A CONTABILIDADE, O MUNDO DO TRABALHO E A FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

De acordo com Marion (2001), a história da contabilidade é tão antiga quanto à origem do homem, e sua principal finalidade é mensurar a riqueza gerada pelo processo produtivo e acompanhar a sua evolução ao longo do tempo. Para Iudícibus (2004), o homem primitivo, ao inventariar seus instrumentos de caça e pesca, bem como o rebanho, já estava manifestando, mesmo que de forma rudimentar, a prática da contabilidade e desde 2000 a.C. a preocupação sobre como mensurar a riqueza era uma atitude constante.

A origem da contabilidade, segundo Mulatinho (2007), se deu em virtude da necessidade de se registrar os fatos negociais que ocorriam desde a época dos homens primitivos, com o intuito de proteger e controlar o patrimônio dos indivíduos, por meio de técnicas primitivas e especializadas que tinham o propósito de preservar os bens. O desenvolvimento da contabilidade e seu processo evolutivo remontam à história do progresso intelectual e social da humanidade, suas perdas e glórias, que pode ser observado nos registros financeiros encontrados em pedreiras, urnas e documentos antigos.

Conforme trata Hendriksen e Van Breda (1999) existem indícios históricos que confirmam a origem da contabilidade a cerca de 4.000 a.C., por sua vez, tem-se conhecimento sobre o sistema de escrituração contábil na Itália, desde o século XIV, sendo Frei Luca Pacioli considerado por muitos dos estudiosos da área como o pai da contabilidade, devido a sua atuação na promoção e divulgação das ferramentas contábeis existentes na época e que conhecemos até os dias atuais.

Ao remontar-se a história da contabilidade, percebe-se que o mundo foi se transformado, por sua vez, com a decaída de algumas cidades italianas (Gênova, Veneza, Florença), como grandes centros econômicos e políticos, passou-se a abrir espaço para a divulgação do Método das Partidas Dobradas entre os mais diversos continentes, e o mesmo consiste no conceito de dualidade tratado por Hendriksen e Van Breda (1999), no qual se devem reconhecer os dois lados de uma transação, e com isso proporcionar condições de registrar os débitos e créditos das empresas.

Ainda de acordo com Hendriksen e Van Breda (1999), nessa mesma época, muitos navegadores, estimulados pelas dificuldades de comercialização impostas pelo poder exercido junto às cidades-estados, saíram pelo mundo para explorar as novas economias. Contudo, na

época em que ocorreu a Revolução Industrial, observou-se uma baixa no preço dos alimentos, dada em virtude do aumento da produção e da qualidade de armazenamento e distribuição a sociedade, que começou a desfrutar de melhores condições de nutrição e saúde.

Segundo Mulatinho (2007), com o passar do tempo, às organizações cresceram e o sistema econômico se tornou mais complexo, o que refletiu em um processo evolutivo da contabilidade quanto à incorporação de instrumentos legislativos, que pudessem auxiliar no processo de bem servir a sociedade. Nesse contexto, a área da contabilidade reúne uma gama de conhecimentos técnicos e científicos, no sentido de propiciar aos usuários da informação, elementos suficientes para o processo de tomada de decisão.

Com a percepção de algumas alterações nas formas de organização do trabalho, observa-se que o mercado passou a exigir dos indivíduos, a disponibilidade de se especializarem em uma área de conhecimento, de modo a possibilitar melhores condições de evidenciação das informações que pudessem auxiliar na manutenção e aprimoramento do processo produtivo.

Em se tratando da evolução histórica do ensino da contabilidade no Brasil, Peleias (2006) afirma que a mesma se iniciou entre o século XIX e a segunda metade do século XX, com a criação das aulas de comércio, passando pela implantação de um instituto voltado ao ensino comercial, e a sua posterior abrangência, que culminou com a criação de cursos profissionalizantes, bem como de entidades educativas voltadas ao ensino superior e a Pós-Graduação do tipo *scripto sensu*.

Para Peleias et. al. (2007), o surgimento do ensino comercial e de contabilidade, no Brasil, iniciou-se com a vinda da Família Real Portuguesa ao país, por volta do século XIX, no ano de 1808, e que introduziu de forma tímida, as aulas de comércio às atividades cotidianas da época. Mulatinho (2007) afirma que o ensino da contabilidade no Brasil surgiu efetivamente em meio ao desenvolvimento do comércio, em 1856, com a criação do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, que primava pelo ensino preparatório para o exercício de atividades administrativas e comerciais.

De acordo com Laffin (2005), no início do século XX, no ano de 1902 surgiu a Academia de Comércio do Rio de Janeiro e a Escola Prática de Comércio de São Paulo, sendo influenciadas pela escola italiana. Segundo Marion (2001), a criação da Escola de Comércio Álvares Penteado, denominada anteriormente de Escola Prática de Comércio de São Paulo, foi fundada visando atender as perspectivas sociais da época, que exigiam profissionais capacitados para atuarem na prática de comércio.

A Escola de Comércio Álvares Penteado, segundo Laffin (2005), proporcionou na

primeira década do século XX, o ensino comercial voltado a formar os “guarda-livros”, que, posteriormente, passou a propor cursos profissionalizantes de nível técnico voltados para a prática mercantil e cujos diplomas foram reconhecidos em 1905, por meio do Decreto Federal nº. 1.339.

Em 1923, essa mesma escola acrescentou em sua conjuntura o desejo de desenvolver um curso voltado ao ensino superior na área contábil, passando a denominar-se de Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, entidade essa que foi a pioneira na criação do curso de graduação em Ciências Contábeis no Brasil, no ano de 1949, após a aprovação em 1945 do Decreto-lei nº. 7.988, que dispõe sobre o ensino superior na área contábil e encontra-se inteiramente influenciada pela escola italiana de contabilidade. A influência dessa escola pode ser verificada no ensino da contabilidade, com o advento do Decreto-lei nº. 2.627 no ano de 1940, antiga Lei das Sociedades por Ações, que era inteiramente influenciada pela escola européia e primava pelo ensino do débito e crédito, bem como dos processos de ajustes e escrituração.

De acordo com Marion (2001), com a fundação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA), atual Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo (USP), no ano de 1946, e com a conseqüente instalação do curso de graduação em Ciências Contábeis e Atuariais, os professores transmitiam apenas o que tinham aprendido com a escola italiana. Contudo, com a oportunidade de dedicação integral à faculdade os docentes da área contábil começaram a realizar pesquisas e assim substituir a influência italiana pela norte-americana.

Em 1946, segundo Iudícibus (2004), foi instalado na FEA/USP o primeiro núcleo de pesquisas em contabilidade do país, que juntamente com as empresas de auditoria que acompanhavam as multinacionais recém chegadas ao Brasil, começaram a traçar o caminho da escola norte-americana. Entretanto, conforme trata Moraes (2005), a influência da escola norte-americana na metodologia de ensino da contabilidade, que prima pelo ensino didático e o desenvolvimento do raciocínio contábil dos estudantes de graduação para o processo de tomada de decisão, só foi percebida e praticada pelos profissionais que exerciam a atividade acadêmica, a partir do ano de 1960.

No ano de 1976, por meio da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro, percebe-se uma maior influência da escola norte-americana nos diplomas legais, uma vez que traz disposições sobre a Lei das Sociedades por Ações, com contribuições advindas do processo de inserção de empresas multinacionais de auditoria norte-americanas, recém chegadas ao Brasil. Para Iudícibus (2004), com o surgimento das grandes corporações, aliado ao desenvolvimento do

mercado de capitais nos Estados Unidos, bem como ao respeito adquirido pelos norte-americanos com a tradição no campo da auditoria, verificou-se influências positivas sobre os procedimentos contábeis e as legislações pertinentes.

Com o advento da Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007, criada com o propósito de atender as perspectivas de harmonização das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), junto as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), por meio da alteração e revogação de alguns dispositivos relacionados à Lei nº. 6.404/1976 percebe-se um maior distanciamento das normas norte-americanas e aproximação às normas internacionais que, segundo Niyama (2005), propõe-se a reduzir as diferenças internacionais, bem como permitir melhores condições de confiabilidade quanto aos procedimentos contábeis e comparabilidade entre entidades de mesma natureza, que atuam em diferentes continentes.

Esse fato, segundo Iudícibus (2004), ocorreu em virtude das necessidades informativas exigidas pela globalização da economia, em que se busca aproximar as escolas desenvolvidas, nos mais diversos continentes, a adoção e interpretação de elementos contábeis de uma forma harmônica, que não provoque prejuízos de interpretação e nem perdas de informações, que possam influenciar de forma negativa no processo de tomada de decisão.

3.1 FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL

De acordo com o INEP (2008), o curso de graduação em Ciências Contábeis, encontra-se classificado na área das Ciências Sociais, Negócios e Direito, subárea de Contabilidade e Tributação e que no ano de 2006 formou no Brasil, um total de 28.931 discentes.

Diante disso, Peleias (2006) afirma que juntamente com as alterações sofridas na legislação do ensino superior no ano de 1960, percebe-se que há uma maior preocupação com a formação dos discentes dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, principalmente quanto ao atendimento das expectativas das entidades em absorver profissionais preparados, que detenham todo o conhecimento técnico e científico necessários para a resolução de potenciais situações-problema.

Nesse sentido, de acordo com Moraes (2005) as diretrizes dos cursos de graduação são de responsabilidade do CNE e da Câmara de Educação Superior (CES), que contam com o auxílio de comissões de especialistas de cada área de formação para sua construção. Por sua vez, as referidas diretrizes representam leis de fundamentação teórica, essenciais para cada

área de conhecimento e visam servir de modelo, para que os agentes envolvidos no contexto educacional da região possam traçar, de forma adequada, as metas e objetivos dos cursos.

Para Peleias (2006), as diretrizes foram criadas com o propósito de servir como um ponto de referência para que as IES pudessem elaborar seus currículos, de forma a possibilitar a flexibilidade quanto aos conhecimentos necessários à formação, observando o contexto no qual se encontram inseridos e apresentando para isso aspectos informativos de como o curso deve se organizar, qual o perfil formativo desejado aos egressos, os tipos de habilidades e competências necessárias para a atuação profissional, bem como os conteúdos, formas de organização dos currículos, e as metodologias de acompanhamento e avaliação a serem adotadas no decorrer do curso.

Segundo Mulatinho (2007), no ano de 1945, o ensino superior, na área contábil, foi estabelecido e distribuído em quatro séries, com disciplinas relacionadas à análise matemática, estatística geral e aplicada, matemática financeira, organização industrial e agrícola, instituições de direito civil e comercial, matemática atuarial, legislação tributária e fiscal, organização e contabilidade de seguros, dentre outras.

Laffin (2005) complementa que no ano de 1992, por meio da Resolução do Conselho Federal de Educação (CFE) nº. 3, criou-se o currículo mínimo necessário para a formação do contador, que propunha uma carga-horária de 2.700 horas/aula. Na época o curso deveria ter duração de pelo menos quatro anos para os discentes que ingressassem a partir do ano de 1994, bem como a contemplação de atividades obrigatórias e eletivas, que permitissem a abrangência de conhecimentos de formação geral, profissional e complementar, de forma a relacionar a teoria transmitida pelos livros às práticas laboratoriais necessárias a atuação profissional.

Contudo, conforme trata Mulatinho (2006), no ano de 1996, com a aprovação da Lei nº. 9.394 e a inserção da LDB, as IES passaram a ter mais autonomia quanto à elaboração de seus currículos, passando a compreender a formação de nível superior como um processo permanente, fundamental para o desenvolvimento de habilidades e competências, que permitam a adaptação de seus discentes a novas situações.

Sob esse aspecto, Trajano (1998) afirma que a referida lei foi estabelecida com a finalidade de proporcionar aos discentes uma perspectiva formativa voltada ao mercado de trabalho, que incentiva a promoção da educação continuada e a difusão dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos produzidos pela classe contábil.

Todavia, no ano de 1997 o MEC convidou as IES a proporem diretrizes curriculares voltadas às necessidades formativas dos discentes da área contábil, que deveriam apresentar

qual o perfil desejado, bem como as habilidades e competências, duração do curso, conteúdos curriculares, estrutura modular, estágios e atividades complementares que deveriam estar relacionados com o processo de avaliação institucional realizado pelo Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).

Com o propósito de atender de forma satisfatória a essas exigências, Trajano (1998) relata que, em 13 de outubro de 1998, foi realizada uma Jornada de Contabilidade na cidade de Brasília, que se propunha a tratar sobre as novas perspectivas curriculares solicitadas pelo MEC e que contou com a participação de profissionais de diversas áreas do conhecimento. Em meio a essa reunião, o resultado foi à definição do perfil a ser alcançado pelos egressos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, os quais deveriam caracterizar-se como profissionais críticos, com percepções éticas, capacitados para planejarem e liderarem atividades de gerenciamento.

No entanto, o CNE por meio da Resolução CNE/CES nº. 10/2004 apresenta as diretrizes que deverão ser observadas pelas IES quando da implantação e organização dos currículos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, haja vista que os mesmos devem considerar conteúdos relacionados ao cenário econômico e financeiro, tanto a nível nacional quanto internacional.

De acordo com Peleias (2006), a inserção dessa nova resolução trouxe uma maior mobilidade no que diz respeito à construção do conhecimento, de modo a permitir que a própria instituição pudesse ajustar seus currículos às demandas do campo de atuação, bem como trazendo condições que pudessem tornar os conteúdos mais flexíveis, oportunizando despertar os mais diversos tipos de vocações e formar profissionais com habilidades e competências suficientes para a resolução de situações-problemas.

Para Mulatinho (2007), a posição da Organização das Nações Unidas (ONU) quanto à elaboração de currículos mundiais na área da contabilidade, que garantam a qualificação desses profissionais sob as perspectivas da economia global, por meio da criação do *Intergovernmental Working Group on experts on International Standards on Accounting and Reporting (ISAR)*, entidade responsável pela elaboração e organização das diretrizes de ensino voltadas para a qualificação dos profissionais de contabilidade, tem grande influência na elaboração desta nova resolução. Entretanto, de acordo com Marion (2001), para se atingir o ponto ideal na educação contábil, faz-se necessário efetuar mudanças não só nos currículos, mas que se crie e implante métodos de ensino mais atraentes, que possam envolver o discente no processo de ensino-aprendizagem sem provocar traumas ou restrições no processo de ensino.

Segundo Pereira et. al. (2005), o ISAR caracteriza-se como uma entidade não-governamental, que se encontra vinculada a Conferência das Nações Unidas, composta por um grupo de especialistas de várias regiões do mundo responsáveis por estudos relacionados à contabilidade e auditoria, que acredita que a adoção das NIC está vinculada a existência de profissionais com qualificações condizentes para tal atividade, e cuja preocupação se dá desde o ano de 1999.

De acordo com Marion (2001), nos Estados Unidos, as IES que possuem cursos de graduação na área contábil estão preocupadas em atender as necessidades relacionadas ao exercício da profissão e ao campo de atuação, com o propósito de promover mudanças na estrutura dos programas de graduação de forma a condicioná-las a realidade da região na qual a instituição encontra-se inserida e não com o contexto internacional.

Para Mulatinho (2007), os atuais e potenciais discentes da área contábil devem desenvolver, não apenas habilidades e competências, mas aptidões de cunho intelectual, de relacionamento interpessoal, de comunicação e sobre tecnologia da informação de forma a nortear o exercício profissional do contador.

Diante disso, conforme trata Marion (2001), foi criada nos Estados Unidos a *Accounting Educational Change Commission* (AECC), com o propósito de atuar como uma entidade responsável pelas mudanças na estrutura dos programas de graduação de contabilidade a nível internacional, no sentido de proporcionar aos discentes uma preparação acadêmica e profissional condizente com o campo de atuação. Os cursos de graduação em contabilidade no contexto brasileiro devem, por sua vez, possibilitar a formação profissional dos discentes obedecendo às determinações do art. 5 da Resolução CNE/CES nº. 10/2004, no que diz respeito à organização curricular e aos conteúdos a serem ministrados junto aos discentes, abrangendo conhecimentos relacionados à formação básica, profissional e teórico-prática.

- I Conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas de conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;
- II Conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;
- III Conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Práticas em Laboratório de Informática utilizando *softwares* atualizados para Contabilidade.

Magalhães e Andrade (2006), em um estudo realizado no Estado do Piauí, quanto às perspectivas de convergência internacional dos currículos, constataram que os cursos de graduação em Ciências Contábeis localizados nessa região não acompanham integralmente as expectativas internacionais, uma vez que de um total de 26 disciplinas sugeridas, uma média de 40% delas não se encontram listadas, e que a maioria dos cursos nem ao menos oferecem a disciplina de Contabilidade Internacional.

Por sua vez, esse fato torna-se um fator preocupante para a formação dos discentes, haja vista que com o esforço despendido pelos órgãos de classe internacionais quanto à possibilidade de harmonização contábil, acaba por dificultar o estabelecimento de elementos que propiciem isso, fazendo com que os indivíduos, que não angariaram esse tipo de conhecimento, necessitem esforçar-se um pouco mais para poderem se adequar as normas internacionais que estão sendo implantadas junto às práticas contábeis brasileiras.

Com isso, percebe-se que há uma necessidade de que os currículos da área contábil se adéquem de forma satisfatória as perspectivas internacionais e as determinações do MEC. Segundo Moraes (2005), as IES que possuem cursos de graduação na área contábil, devem começar a se preocupar com o processo de ensino-aprendizagem, com o intuito de possibilitar aos discentes o desenvolvimento de sua capacidade crítico-analítico, e permitir a adequação dos conhecimentos transmitidos pelos docentes para a solução de potenciais situações-problema.

Nesse contexto de mudanças e readaptações dos cursos as perspectivas legislativas nacionais e internacionais verifica-se que após a formação dos discentes em nível de graduação, os egressos têm a oportunidade de realizar cursos que propiciem a educação continuada, como a promovida pela Comissão de Educação Profissional Continuada (CEPC), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), ou ainda, as realizadas por alguns cursos de Pós-Graduação do tipo *latu sensu* e/ou *scritto sensu* recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Segundo Avelino Jr (2005), o CEPC foi instituído com o propósito de despertar o interesse dos profissionais da área contábil, que estão no mercado, quanto à necessidade de manterem-se atualizados, de forma a aprimorar os conhecimentos dos profissionais que possuem registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Paralelo as atividades promovidas pelo CFC, de acordo com informações extraídas da CAPES (2008), a área das Ciências Contábeis conta com um total de 18 programas de Pós-Graduação, sendo 11 deles relacionados unicamente ao mestrado acadêmico, 4 voltados ao mestrado profissional e 3 programas oferecendo cursos em nível de mestrado e doutorado acadêmicos.

Por sua vez, conforme pode ser observado em Peleias (2006), com o propósito de acompanhar o ritmo de crescimento do número de cursos de graduação oferecidos na área contábil, bem como em atender a demanda social por profissionais preparados para atuarem no meio acadêmico e nos demais campos, o número de programas de Pós-Graduação se modificou. Segundo a CAPES (2008), o número de programas saiu de um total de quatro, no período de 1945 a 1999, entre mestrado e doutorado acadêmicos, para 18 programas no ano de 2008, revelando um aumento de 4,5 vezes em um período de 10 anos, o que em média observa a criação de quatro novos programas a cada 3,5 anos.

Um destaque merece ser dado em relação ao aumento no número de cursos de Pós-Graduação oferecidos em nível de doutorado, haja vista que, conforme registros da CAPES (2008), entre os anos de 1978 e 2007, só havia um único curso no Brasil, realizado na USP e que ministrava aulas voltadas aos discentes que buscavam obter o título de doutor em Ciências Contábeis.

A partir do ano de 2008, com o apoio da CAPES e o empenho das IES em promover a criação de novos cursos em nível de doutorado, houve a inclusão de mais dois novos cursos, um oferecido pela Universidade de Brasília (UnB), em convênio com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e UFRN, por meio do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, que conta com dois núcleos, o Núcleo Brasília e o Núcleo Nordeste, e outro pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), que, segundo informações da CAPES (2008), encontra-se até o mês de julho de 2008, em estágio de projeto, aguardando homologação do CNE.

Com o aumento percebido no número de programas de pós-graduação e com o propósito de fortalecer a questão educativa e a pesquisa na área contábil, os professores e pesquisadores dessa área de conhecimento se uniram e criaram no ano de 2007, a Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT), entidade essa que visa proporcionar à classe contábil condições de representatividade junto à comunidade, governo e órgãos de classe, bem como a realização de cursos, palestras e eventos que possam promover condições adequadas para a disseminação do conhecimento e a propagação dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos pelos professores, pesquisadores e alunos da área contábil.

Além desses cursos, que contam com o apoio e colaboração da CAPES e do CFC, o CFC (2008) atua promovendo eventos paralelos voltados à educação profissional continuada, oferecendo e realizando cursos de extensão, seminários, palestras, congressos, simpósios, encontros, dentre outros, com o intuito de atualizar e aprimorar os conhecimentos dos

contadores e auditores independentes que atuam na área, de modo a permitir o adequado exercício de suas atividades.

Nesse contexto, conforme trata Avelino Jr (2005), os profissionais da área contábil precisam se preocupar não apenas com a formação profissional adquirida em nível de graduação, junto aos mais diversos tipos de IES, mas também se preocupar em atender as perspectivas da educação continuada que prima pela atualização constante desses profissionais diante das mudanças ocorridas no ambiente no qual se encontram inseridos.

Para Nunes (2006), com o aumento do número de IES que oferecem aos seus ingressos cursos de graduação em Ciências Contábeis, a busca por profissionais cada vez mais preparados tem aumentado, o que requer dos profissionais atuais, a busca pela diferenciação no campo de atuação, que com a implantação de políticas voltadas à educação continuada, acaba por promover as práticas contábeis.

Os profissionais da área contábil devem, então, buscar adquirir conhecimentos relacionados às tecnologias da informação e a legislação pertinente, que possibilitem aos mesmos proceder com o fornecimento de relatórios contábeis e gerenciais em tempo real, de forma a proporcionar aos usuários da informação contábil, condições adequadas ao processo de tomada de decisão.

Outro ponto que deve ser observado, segundo Marion (2001), é o desestímulo que pode ser percebido em alguns dos profissionais acadêmicos da área contábil, que costumam adotar anotações antigas para ministrar suas aulas, e que acabam por criar uma barreira que impede a realização de atividades que propiciem atualizações e acompanhamento das mudanças conceituais e legislativas.

Face ao exposto, percebe-se que há a necessidade de que os profissionais da área contábil voltem a procurar às salas de aula, para acompanharem as mudanças ocorridas no ambiente em que se encontram, sejam por meio da participação em eventos promovidos pelo CFC ou por entidades acadêmicas.

Segundo Tostes (2005), em seu estudo sobre a formação do contador, em uma visão comparativa entre França, Estados Unidos e Brasil, observou-se que no Brasil só há uma forma de um profissional obter o direito de atuar na área contábil e esta se encontra condicionada à conclusão do curso de graduação em Ciências Contábeis junto a uma IES credenciada ao MEC, atrelada a respectiva solicitação de registro ao conselho de classe.

Todavia, diferentemente da realidade brasileira, na França os estudantes que desejam atuar na área contábil encontram-se sujeitos a uma formação contábil mais flexível e a obtenção de diplomas intermediários, que possibilitem o exercício de atividades dosadas de

acordo com o conhecimento adquirido, o que requer um processo mais longo de formação, que precisa contar com a persistência e a vocação do estudante para atingir níveis formativos mais sólidos.

Nos Estados Unidos, conforme trata Tostes (2005) a obtenção do título de contador requer um esforço ainda maior, no sentido de que os estudantes que desejem atuar na área contábil devem passar por uma bateria de testes, voltados a área de auditoria, legislação, ambiente empresarial, contabilidade, relatórios contábeis, dentre outros, bem como participarem de cursos voltados à educação continuada, o que resulta na formação de profissionais atualizados e bem preparados para a atuação profissional.

3.2 O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFRN

A profissão contábil está voltada à área das Ciências Sociais Aplicadas, encontrando-se pautada por princípios, leis e normas advindas de suas relações com as pessoas e instituições públicas e privadas, cujo objeto de estudo centra-se no patrimônio das pessoas físicas e jurídicas. O ensino da contabilidade no Estado do RN originou-se, segundo Mulatinho (2007), com a Escola de Comércio de Natal, criada pelo Professor Ulisses de Góis e que posteriormente passou a denominar-se de Escola Técnica de Comércio, por meio de Decreto-lei nº. 6.141/1943, oferecendo o ensino técnico da prática contábil.

De acordo com Gomes (1996), só no ano de 1962, com a promulgação do Decreto-lei nº. 813, o curso de contabilidade de nível superior foi autorizado a funcionar no Estado do RN, por meio da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais de Natal, e que posteriormente foi anexada à UFRN por meio de um convênio firmado em 27 de setembro de 1965.

Com o advento da Lei nº. 5.702 de 14 de setembro de 1971, a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais de Natal federalizou-se e os diplomas dos alunos dos cursos de graduação foram registrados, sendo a mesma reconhecida por meio do Decreto nº. 80.352, de 19 de setembro de 1977, quando passou a ser denominada de Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis.

Segundo o PPP (2007), nos anos 70 o curso de graduação em Ciências Contábeis foi transferido para o Campus Universitário da UFRN e por meio da Resolução CONSUNI nº. 127, de 21 de outubro de 1980, o mesmo foi desmembrado do Curso de Administração, a partir do qual se constituiu o atual Departamento de Ciências Contábeis da UFRN, que

proporciona aos seus egressos o título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Nesse contexto, o curso de graduação em contabilidade oferecido pela UFRN visa formar profissionais com capacidade crítico-analítico, promovendo a compreensão dos fenômenos que afetam o patrimônio, bem como instrumentalizá-los para que atuem como indivíduos adaptáveis a novas situações-problemas, a fim de proporcionar o desenvolvimento econômico e social da sociedade.

Para tanto, os profissionais que são formados pela área contábil podem atuar nas empresas como contador geral, *controller*, auditor interno, planejador tributário, analista contábil-financeiro ou atuário; ser autônomo e trabalhar como auditor independente, consultor, perito ou empresário; atuar na área de ensino e trabalhar como professor, pesquisador ou conferencista; ou até mesmo, na esfera pública, por meio de cargo concursado.

O referido curso configura-se como o único curso de Ciências Contábeis do Estado do RN, que no ano de 2006 obteve o conceito 5 no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), exame esse que visa avaliar o desempenho dos estudantes (ingressos e egressos) dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes, bem como suas habilidades e competências para compreender e acompanhar as perspectivas do campo de atuação.

Ainda segundo o INEP (2008), antes do ENADE, os processos de ensino-aprendizagem promovidos pelos cursos de graduação da Educação Superior eram avaliados por meio do Exame Nacional de Cursos (ENC), ou denominado “Provão”, que foi aplicado junto aos egressos dos cursos de graduação de todo o Brasil durante oito anos, no período de 1996 a 2003, e cuja última edição contou com a participação de mais de 470 mil estudantes, dentre os quais foram inclusos os egressos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis.

Contudo, segundo Moraes (2005), os egressos da área contábil, que tinham o interesse em atuar, deviam, conforme estabelecido no Decreto-lei nº. 9.295/1946, obter o registro junto ao órgão de classe até o ano de 1999, e estando o seu registro no CFC condicionado à obtenção de um diploma em nível de graduação, junto a uma IES reconhecida pelo MEC. No entanto, com a instituição do Exame de Suficiência como critério para obtenção do registro junto ao conselho, por meio da edição da Resolução do CFC nº 853/1999, os recém-formados que desejassem atuar, deveriam comprovar, mediante a realização do exame, que detinham de todos os conhecimentos necessários para a atuação profissional.

Segundo o CFC (2008) o referido exame foi instituído devido a uma necessidade prevista pela classe contábil em tentar encontrar meios que possibilitassem resguardar a

qualidade dos serviços prestados por esses profissionais, aos seus mais diversos usuários. Por sua vez, conforme informações extraídas do referido órgão, uma decisão judicial proferida pela 14ª Vara Federal do Distrito Federal e da Justiça Federal de Florianópolis e pelo comunicado do CFC de 31 de agosto de 2006, tornaram extinto o Exame de Suficiência.

Diante disso, não se fez mais necessário à aprovação no Exame de Suficiências para a obtenção do registro e conseqüente exercício da profissão, bastando apenas que os egressos interessados obtivessem o diploma de graduação junto a uma IES credenciada ao MEC e que solicitassem o seu registro ao CRC. Porém, com a extinção do referido exame, compreende-se que a classe acabou por perder a oportunidade de cobrar das IES um posicionamento mais eficiente e eficaz sobre a formação auferida aos seus discentes.

3.2.1 Mudanças na estrutura curricular

As IES em face do acelerado desenvolvimento das necessidades da sociedade e com o propósito de solucionar seus problemas, têm unido esforços no sentido de colocar profissionais qualificados para ingressarem junto ao seu respectivo campo de atuação, propondo aos responsáveis por cada curso que se atualizem e/ou adaptem seus currículos.

Por sua vez, os agentes universitários devem se preocupar em atender as determinações das diretrizes, de forma a reconhecer suas deliberações, sem esquecer-se de antecipar-se ao futuro, bem como observar as exigências do campo de atuação e as perspectivas da profissão sobre a qual pretende formar, de modo a agregar organizadamente todos os conhecimentos necessários a formação acadêmica.

Para tanto, o PPP do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN, vigente desde 2006, tem o propósito de definir as diretrizes políticas, pedagógicas e técnicas do curso, com vias a modificar a realidade e melhorar as possibilidades de formação de seus discentes, bem como suprir a carência de alguns conteúdos sugeridos pelo MEC, permitindo uma maior flexibilidade do currículo e a inclusão de atividades complementares.

A re-estruturação mais recente do PPP do curso de Ciências Contábeis da UFRN surgiu devido à necessidade de mudança proposta pelo MEC, por meio da Resolução do MEC/CNE nº. 10/2004, que previa o redimensionamento dos currículos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis no Brasil.

De acordo com o PPP (2007), o projeto anterior do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN configurava-se como um instrumento frágil quanto à consolidação das

disciplinas, que acabava por impossibilitar uma melhor articulação entre os conteúdos ministrados, além da ausência de práticas contábeis e estágios supervisionados, que demonstrava pouca ênfase dada à área pública e a rigidez da grade curricular com relação às atividades de ensino, pesquisa e extensão, nas quais os alunos poderiam vir a participar.

Por sua vez, os docentes, pesquisadores e discentes envolvidos no processo de modificação do projeto, perceberam que não bastaria apenas mudar ementas, criar novas disciplinas ou dar novas denominações as já existentes, o que se precisava de fato seria modificar todos os elementos, de modo a extinguir possíveis vieses deixados pelo projeto antigo e possibilitar que coisas novas pudessem ser inseridas.

A estrutura curricular do curso foi então organizada de modo que os conhecimentos dos discentes pudessem partir de conhecimentos amplos, até chegar às peculiaridades, sem perder conteúdos importantes para a continuidade dos estudos e possibilitando, com isso, o desenvolvimento de todas as habilidades e competências necessárias à formação dos discentes e sua atuação no campo profissional.

Diante disso, a estrutura curricular do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN, constituído sob a perspectiva da Resolução do MEC/CNE nº. 10/2004 se propõe a tornar o currículo mais flexível, possibilitando com isso o desenvolvimento de conteúdos voltados à formação básica, profissional e teórico-prático, necessárias a atuação profissional.

Pires e Ott (2008) afirmam que a mudança dos currículos proposta pela Resolução do MEC/CNE nº. 10/2004 se deu em decorrência da necessidade de adequação ao atendimento das perspectivas dos órgãos internacionais quanto à formação de profissionais com habilidades e competências desenvolvidas, de forma condizente com a realidade do campo de atuação e ao atendimento das necessidades tecnológicas, que possibilitam o melhoramento do desempenho profissional.

Além desses fatores, conforme pode ser observado junto ao PPP (2007), o processo de mudança, elaboração, re-elaboração e implantação de novos currículos, encontram-se condicionados à necessidade de melhorias no ensino do curso de graduação em Ciências Contábeis, bem como de se evitar a sobreposição de conteúdos, obterem melhores condições de formação para os discentes, suprir às ausências de disciplinas e conteúdos necessários a formação.

O currículo do curso de contábeis da UFRN, elaborado sob as perspectivas da LBD nº. 9.394/1996, e sob o qual se observa o presente estudo, teve o objetivo de preparar seus discentes para exercerem atividades profissionais tanto na área pública como na privada (indústria, comércio, serviços), de modo a organizar e executar todos os tipos de serviços de

natureza contábil, como: escriturar, elaborar as demonstrações. Nesse contexto, o perfil formativo desejado aos egressos volta-se a formação de profissionais plenamente capacitados e passíveis as inovações tecnológicas, que estejam preparados para a compreensão dos aspectos científicos, técnicos, sociais, econômicos e financeiros da instituição.

Por sua vez, de acordo com o PPP (2007), a nova estrutura curricular foi instituída com o propósito de contornar a fragilidade do projeto anterior, haja vista o problema de consolidação e articulação entre as disciplinas, a ausência de conteúdos considerados pelos professores, pesquisadores e alunos da área como fundamentais para a formação, bem como a falta de flexibilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e ao problema de sintonia entre o currículo desenvolvido e o campo de atuação.

Nesse contexto, Watson et. al. (2007) afirma que há estudos a nível internacional, que se preocupam com as necessidades de mudanças nos currículos, e que observam as transformações ocorridas em virtude do processo de globalização, em que se percebe uma maior aproximação entre os mercados e a necessidade de melhoria no processo de comunicação, conforme estudos levantados por Carr e Mathews (2004)³, Stout e DaCrema (2005)⁴.

Todo esse processo de mudanças acaba por estimular a adoção de disciplinas que possam atender as necessidades dos alunos quanto à formação prática e o conhecimento de assuntos ainda pouco explorados (contabilidade internacional, contabilidade ambiental, atuária), tudo isso por meio da inserção de disciplinas que possibilitassem a aproximação dos estudantes com as atividades práticas vivenciadas no exercício profissional.

3.2.2 Mundo do trabalho

Ultimamente, o mundo do trabalho vem se mostrando cada vez mais competitivo e exigente frente à formação oferecida, o que acaba por solicitar de seus discentes, um maior empenho quanto à busca por qualificação e atuação ativa na resolução de situações-problemas. Para Leite e Santoro (2003), o perfil dos profissionais que o mercado vem exigindo encontra-se em constante transformação, uma vez que novas atividades e

³ CARR, S.; MATHEWS, M.R., Accounting curriculum change and iterative programme development: A case study. *Accounting Education* 13, Suppl. 1, 2004, p. 91–116.

⁴ STOUT, D.E.; DACREMA, J.J. A writing-improvement module for accounting education. *Advances in Accounting Education* 7, 2005, p. 307–328.

possibilidades de atuação requerem maior nível de qualificação.

Diante disso, Iudícibus (2004) afirma que do ponto de vista financeiro, as perspectivas relacionadas ao campo de atuação está começando a ser percebida pelos gestores como um instrumento que pode os auxiliar no processo de tomada de decisão, e que o número de profissionais com habilidades e competências voltadas a gestão financeira, de modo a permitir atuar como diretores financeiros, controladores, peritos, chefes de departamento de custos e auditores.

O campo de atuação dos contadores está, por sua vez, trazendo boas perspectivas profissionais, proporcionando-lhes trabalhos na área de ensino, bem como oportunidades de atuar no setor de comércio, serviços e indústria. Nesse contexto, com a globalização da economia, o mundo dos negócios está sendo afetado e os gestores das entidades públicas e privadas estão cada vez mais interessados em obter informações mais corretas, precisas e oportunas de forma a proporcionarem tomadas de decisões acertadas. Entretanto, conforme afirmam Carvalho, Silva e Holanda (2006), a inserção de novos profissionais no campo de atuação, tem acarretado em algumas dificuldades em relação ao exercício da profissão.

Ainda de acordo com Carvalho, Silva e Holanda (2006), além do despreparo com que alguns egressos estão se inserindo no mercado, um problema paralelo pode está sendo desenvolvido, e relaciona-se a desvalorização da profissão contábil frente a outras categorias que exercem atividades afins. Diante disso, Cheibub (2003) afirma que a análise e o conhecimento sobre o que o campo de atuação vem exigindo dos egressos, vêm revelando-se como um passo importante para que os docentes possam desenvolver junto aos discentes as habilidade e competências que os futuros profissionais da contabilidade devem possuir para exercerem suas atividades.

Diante disso, em um estudo realizado por Lagioia et. al. (2007), constatou-se que as perspectivas de 41,4% dos discentes entrevistados, que ingressaram no ano de 2006, nas Universidades Federais localizadas na região Nordeste do Brasil no curso de graduação em Ciências Contábeis, tinham a perspectiva de ingresso na via pública mediante concurso, fato modificado, quando perguntado aos discentes de turmas mais avançadas, cujo percentual de mudança relativo às expectativas profissionais ao ingressarem no curso foi de 35,3%.

Contudo, a formação dos discentes em contabilidade garante o título de bacharel em Ciências Contábeis, sendo a possibilidade de atuação profissional atrelada ao registro no órgão de classe competente (CRC). Todavia, há estudos, como o de Diehl e Souza (2007), que afirmam que embora seja interessante que os profissionais aperfeiçoem e aprendam novos conhecimentos, 72,8% dos profissionais entrevistados acreditam que o mercado não

reconhece a certificação profissional dos seus colaboradores quando do momento de sua contratação ou definição da remuneração.

De acordo com Cheibub (2003), esses acontecimentos, relacionados ao perfil dos contadores que já se encontram em atuação profissional, vêm sendo utilizados como parâmetro para subsidiar a estruturação dos currículos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, bem como auxiliar no delineamento do perfil desejado aos egressos.

Mulatinho (2007) afirma que a preparação dos egressos para o processo de atuação não se restringe apenas à reprodução de métodos e técnicas, mas a formar o saber-reflexivo dos egressos e contadores em potencial, de modo a propiciar aos mesmos, condições ao desenvolvimento das habilidades e competências requeridas quando do exercício da profissão.

O que se espera com isso, é que os egressos atuem como agentes flexíveis, capazes de se adaptarem e re-adaptarem as mudanças exigidas pelo campo de atuação, de forma a agirem em consonância com os anseios da sociedade e as inovações tecnológicas, bem como que tenham consciência de que os conhecimentos adquiridos são passíveis a mudanças e que os mesmos necessitam participar de cursos que possibilitem a Educação Continuada.

Por sua vez, em um estudo realizado por Carvalho, Silva e Holanda (2006), verificou-se que, na opinião de 42% dos egressos entrevistados, a habilidade profissional que foi mencionada com maior veemência e considerada como a mais importante foi à capacidade de solucionar problemas e trabalhar em equipe, fato esse que se encontra em consonância com o propósito formativo do profissional-reflexivo sugerido pelo MEC, por meio da Resolução do MEC/CNE nº. 10/2004.

Nesse contexto, o profissional da contabilidade opera no mercado como um ente que organiza os documentos e movimentações de uma empresa, de forma a transformar todos os atos e fatos contábeis em informações que possam auxiliar os seus usuários no processo de tomada de decisão. Cabe frisar, ainda, que o campo de atuação pode funcionar como um termômetro, que mede como os profissionais estão sendo aproveitados, e como podem ser preparados pelos docentes das IES para atuarem dentro dos preceitos que norteiam as habilidades e competências necessárias à profissão.

Para tanto, conforme trata Leite e Santoro (2003), na nova economia o profissional em potencial ou aquele que atua na área contábil deve se caracterizar como um indivíduo que conhece a fundo as premissas da profissão e que possui habilidades tecnológicas suficientes para o auxílio do desenvolvimento de seu trabalho. O perfil desejado aos egressos do curso de graduação em Ciências Contábeis, segundo a Resolução do MEC/CNE nº. 10/2004 deve atender as demandas do campo de atuação como agentes capazes de entender e atuar nos

âmbitos científicos, técnicos, sociais, econômicos e financeiros, tanto a nível nacional quanto internacional.

Nesse contexto, o Estado do RN se mostra como um dos lugares que mais vem atraindo investimentos de empresários nacionais e estrangeiros no Brasil, conforme pode ser observado no PPP (2007), que atrelado a outros fatores, tais como a localização privilegiada, infra-estrutura e recursos, tem possibilitado a abertura de portas no campo de atuação profissional do contador.

Diante desses fatores, o perfil esperado dos egressos dos cursos de graduação, em Ciências Contábeis, volta-se para que os mesmos atuem como agentes críticos-reflexivos, bem como que sejam capazes de se adaptarem a novas situações e atender às demandas da sociedade.

4 APROXIMANDO-SE DO CAMPO DE ESTUDO

O delineamento da metodologia configura-se como o momento no qual são traçados os caminhos e práticas que se fazem necessárias para atingir os objetivos de um estudo e deve ser definida com base no problema de pesquisa, devendo obedecer a uma seqüência lógica de idéias e pensamentos a respeito do assunto abordado.

Segundo Gil (1995, p. 147), a metodologia representa “a parte mais complexa na redação de um projeto de pesquisa” e isso acontece porque esse se caracteriza como o tópico no qual se abrange um grande número de elementos necessários para a elaboração de um estudo de natureza acadêmica.

Para Lakatos e Marconi (2001), nesse momento, devem ser apresentados o método de abordagem, os procedimentos e as técnicas que se farão necessárias para resolver o problema de pesquisa, bem como a delimitação do universo, o tipo de amostragem e o tratamento que será dado aos resultados encontrados.

Dessa forma, a metodologia representa um instrumento de comando que auxilia o pesquisador no desenvolvimento de seu trabalho, evidenciando, em seu conteúdo, os passos que devem ser dados até atender aos objetivos do estudo e responder de forma clara ao problema de pesquisa.

4.1 A ABORDAGEM METODOLÓGICA

A metodologia de pesquisa adotada para responder ao problema de estudo não pode ser entendida como uma mera técnica de trabalho, uma vez que a técnica varia conforme a natureza da atividade que está sendo desenvolvida e, diferentemente disso, metodologia representa uma abordagem que auxilia o pesquisador no processo de obtenção de novos conhecimentos.

Conforme as afirmações de Lakatos e Marconi (2001), a metodologia de pesquisa escolhida para compor um estudo se modifica de acordo com o raciocínio desenvolvido pelo pesquisador quanto à aproximação compreensiva do problema de estudo.

A abordagem metodológica da pesquisa a ser adotada será o do tipo indutivo, que, ainda de acordo com Lakatos e Marconi (2001), parte de observações particulares sobre o assunto buscando uma compreensão mais consistente sobre o tema ao qual o estudo se propõe

a desenvolver.

4.2 TIPO DE PESQUISA

Segundo Beuren (2004), são inúmeros os tipos de pesquisa que podem ser adotados no estudo das Ciências Sociais Aplicadas, mas apenas alguns se relacionam à área contábil, e os mesmos podem ser divididos em três grandes grupos, a saber: quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos, e quanto à abordagem do problema.

Para tanto, o tipo de formatação adotado na pesquisa pode ser entendido, quanto aos objetivos, como uma pesquisa exploratório-descritiva, uma vez que se faz necessário um estudo aprofundado sobre o conteúdo desenvolvido e a conseqüente descrição da população foco de estudo.

De acordo com Gil (1995, p.45), a pesquisa exploratória “na maioria dos casos assume a forma de pesquisa bibliográfica ou estudo de caso”, os materiais necessários para a sua realização são comumente extraídos de visitas a *web sites*, periódicos, anais de congressos e livros, devendo o seu conteúdo fundamentar e ampliar os conhecimentos a respeito do assunto estudado.

No que diz respeito a sua caracterização como uma pesquisa de cunho descritiva, Beuren (2004) afirma que é por meio desse tipo de trabalho que se podem descrever as características e aspectos inerentes à população foco de estudo, utilizando-se para isso de instrumentos de coleta e técnicas estatísticas que possam validar os resultados da pesquisa.

Quanto à abordagem do problema, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa de cunho qualitativo que, segundo Beuren (2004), são oriundas de uma maior aproximação do objeto de estudo, destacando-se as características e a natureza dos fenômenos que estão em processo de conhecimento. Além de ser um estudo quantitativo, que visa comprovar mediante técnicas estatísticas a validade dos dados e as possíveis correlações entre os itens analisados, faz-se necessário ainda, adotar o coeficiente de correlação e da análise de regressão múltipla.

A pesquisa pode ser caracterizada, ainda, quanto aos procedimentos como um levantamento, haja vista que se utiliza de instrumentos para coleta das informações pertinentes a caracterização do perfil dos egressos, tais como a aplicação de um questionário (Apêndice A) e de algumas perguntas para a realização de entrevistas semi-estruturadas (Apêndice B), de modo a auxiliar no processo de coleta das informações necessárias à fundamentação teórica do estudo e a conseqüente análise e interpretação dos dados.

Para Beuren (2004, p. 86), o levantamento “é utilizado, geralmente, quando a população é numerosa e, por conseguinte, há impossibilidade de estudar detalhadamente cada objeto ou fenômeno específico”, de modo a permitir riqueza de detalhes sobre a população em estudo. Com isso, busca-se conhecer quais as atividades que os egressos do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN estão exercendo depois que concluíram seus estudos, bem como sobre quais são suas perspectivas profissionais e de educação continuada.

Quanto à caracterização da pesquisa em bibliográfica e documental, Gil (1995) afirma que a primeira é obtida por meio de estudos relativos ao material já elaborado sobre o assunto, como livros e artigos (anais de eventos e periódicos), já o segundo se dá mediante estudos sobre materiais que ainda não receberam nenhum tratamento analítico ou estatístico adequado.

Diante disso, no que diz respeito à realização da pesquisa documental, o presente estudo buscou analisar o PPP do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN que se encontra de acordo com as perspectivas da Lei nº. 9.394/1996, vigente de 1998 a 2006, sobre o qual os egressos de 2003 a 2007 receberam seus ensinamentos e o elaborado mediante as recomendações da Resolução do MEC/CNE nº. 10/2004, vigente de 2006 até os dias atuais, que visa atender as atuais demandas estabelecidas pelo MEC quanto ao campo de atuação, bem como as necessidades atuais e potenciais requeridas pela sociedade em relação à formação dos egressos.

4.3 APRESENTANDO OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Têm-se como participantes desse estudo os egressos do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN (Campus Central), que obtiveram o título de Bacharel, seja por meio de colação de grau individual ou coletiva, junto à referida IES entre os anos de 2003 e 2007.

Os referidos egressos foram formados sob as perspectivas do PPP advindo da Lei nº. 9.394/1996, de modo a atender a atual perspectiva formativa, visando o desenvolvimento profissional por meio de habilidades e competências, bem como à busca constante por atualizações.

Contudo, o estudo iniciou-se com o propósito de realizar uma pesquisa do tipo censitária, haja vista que a base de dados encontra-se apoiada junto às fichas de atualização cadastral preenchidas pelos egressos quando do período de conclusão do curso, junto à

Coordenação do curso de graduação em Ciências Contábeis (CORCON) da UFRN, e que se formaram entre os anos de 2003 e 2007, nos turnos matutino e noturno, englobando os dois períodos letivos, conforme pode ser observado na Tabela 3, apresentada a seguir:

Tabela 3 – Número de egressos do Curso de Ciências Contábeis da UFRN (2003-2007)

ANO	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	TOTAL	%
2003	53	34	87	18,43
2004	43	52	95	20,13
2005	42	59	101	21,40
2006	41	64	105	22,25
2007	31	53	84	17,80
TOTAL	210	262	472	100
%	44,49	55,51	100	

Fonte: Elaboração própria – Cadastro do CORCON/UFRN – 2008.

Face ao exposto na Tabela 3 e diante do total de 472 egressos no curso de graduação em Ciências Contábeis, entre os anos de 2003 e 2007, percebe-se que semestralmente a UFRN forma uma média de 47 novos profissionais na área das Ciências Contábeis, para o campo de atuação, estando o maior número desses discentes, residentes no segundo semestre letivo de cada ano, uma vez que nesse período são formadas duas turmas de ingressantes (manhã e noite), enquanto que no primeiro semestre só há o egresso de uma turma no período noturno.

Com a disponibilização dos dados cadastrais, por parte da CORCON/UFRN, constituiu-se um banco de dados, via planilha eletrônica do EXCEL (Office versão 2007) com os nomes dos egressos, correio eletrônico e telefones, de forma a possibilitar o contato junto aos mesmos para a aplicação de um questionário de caracterização sobre o perfil dos egressos, e posterior realização de uma entrevista do tipo semi-estruturada.

De posse de tais informações e após o estabelecimento do primeiro contato via telefone, intermédio de colegas e através de sites de relacionamento, procedeu-se com a aplicação do questionário que, em seu conteúdo, trazia uma pergunta sobre a disponibilidade do egresso quanto à participação em uma entrevista em momento oportuno. A entrevista semi-estruturada foi proposta aos egressos com o intuito de compreender a repercussão da formação acadêmica na atividade profissional, identificando quais as contribuições e possíveis lacunas deixadas pelo curso.

Por sua vez, inicialmente, fez-se necessário realizar um pré-teste com o questionário, com o propósito de verificar possíveis vieses ou distorções que pudessem prejudicar o entendimento de cada pergunta, por parte dos participantes do estudo. O pré-teste foi aplicado

junto a cinco dos 472 egressos, extraídos do estudo com o intuito de evitar problemas na análise, haja vista que foi com base nos mesmos que se procedeu com os ajustes necessários para o encaminhamento do questionário definitivo aos demais egressos.

Dos questionários encaminhados aos 472 ex-alunos, foram excluídos os cinco do pré-teste e obteve-se o retorno de 172 deles, fato esse que culminou com a substituição do estudo do tipo censitário e a conseqüente adoção da técnica de amostragem por conveniência, de forma a permitir o delineamento do perfil dos participantes, sendo obtidas 36,44% das respostas em relação à população foco de estudo, e que se encontram distribuídos conforme expresso na Tabela 4.

Tabela 4 – Número de egressos x respondentes (2003-2007)

ANO	EGRESSOS	RESPONDENTES	%
2003	87	25	28,74
2004	95	29	30,53
2005	101	39	38,61
2006	105	45	42,86
2007	84	34	40,48
TOTAL	472	172	36,44

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Percebendo a impossibilidade de estabelecer contato com alguns dos egressos, devido a mudanças de telefone e correio eletrônico, bem como de estarem residindo em outras localidades, procedeu-se com o delineamento do perfil apenas dos egressos que retornaram o questionário, bem como com o respectivo encadeamento do processo formativo relativo ao PPP do curso e ao campo de atuação desses profissionais. Por sua vez, dentre os respondentes, observou-se que 114 se mostraram dispostos a participarem da segunda etapa da pesquisa, que culminou com a realização de uma entrevista semi-estruturada.

Dos 114 egressos, que representam 66,28% do total de respondentes, foram selecionados de acordo com a disponibilidade, por adesão, 33 deles, tendo o cuidado de se ter a participação de pelo menos dois egressos de cada semestre letivo de formação, ou seja, uma média de quatro egressos por ano, o que sinalizou um percentual de participação de 18,94% de indivíduos que se mostraram inicialmente dispostos a participarem da segunda etapa e responderem as perguntas relativas à formação recebida na academia e a prática profissional vivenciada no campo de atuação.

Além disso, buscou-se observar as diferenças entre o currículo antigo e o novo, por meio do exame da legislação pertinente a ambos, bem como do conteúdo dos PPP e do referencial existente sobre currículos, habilidades e competências, ensino superior e ensino da

contabilidade, evidenciadas por meio de artigos, livros e documentos.

Com base nas respostas obtidas, procedeu-se com o delineamento do perfil dos egressos do curso de graduação em Ciências Contábeis, frente ao que determina o PPP advindo das DCN Lei nº. 9.394/1996 e da Resolução do MEC/CNE nº. 10/2004, de forma a observar se a nova estrutura curricular do curso está atendendo, na prática, aos pressupostos formativos que delinea.

4.4 ACESSANDO O MATERIAL DE PESQUISA

Esse trabalho se vale de um estudo bibliográfico sobre o assunto, utilizando-se da coleta de dados advindos de documentos relacionados ao PPP do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN, das determinações das DCN Lei nº. 9.394/1996 e da Resolução do MEC/CNE nº. 10/2004, caracterizando-se como uma pesquisa de fontes primárias.

Além desses instrumentos, fez-se necessário proceder com a elaboração de um questionário de caracterização, que, de acordo com Lakatos e Marconi (2001, p. 107), é “constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador”, que buscam retratar uma observação direta de cunho extensivo e tem a finalidade de coletar as informações pertinentes ao perfil dos egressos, tais como dados pessoais, de formação, de situação funcional e de atuação profissional.

O referido questionário foi composto por questões fechadas, encaminhadas via correio eletrônico, no período de 10 de julho a 10 de setembro do ano de 2008. Além do fornecimento dos dados cadastrais dos participantes, o CORCON/UFRN também auxiliou no processo de coleta, intervindo através da transmissão do questionário e das respectivas respostas à pesquisadora, uma vez que o mesmo já possui um meio de comunicação com os estudantes e egressos do curso.

Com a transmissão dos questionários e obtenção das respostas, verificou-se que de um total de 472 questionários encaminhados via correio eletrônico, retornaram 172 deles, e sob os quais se realizou uma análise estatístico-descritiva, bem como incorreu com a observação de técnicas estatísticas de correlação e regressão múltipla, que será detalhada no tópico seguinte.

De posse de tais informações sobre o interesse dos egressos em participar da segunda etapa do estudo, o passo seguinte foi marcar, via telefone, a realização de uma entrevista semi-estruturada composta por três questões abertas, no sentido de oportunizar aos

participantes a possibilidade de serem ouvidos a respeito das atividades e anseios vivenciados por eles quando do seu ingresso no campo de atuação. Essa modalidade de entrevista, segundo Beuren (2004), permite uma maior interação entre o pesquisador e a realidade percebida pelo grupo quanto às práticas por ele vivenciadas.

Como foi anunciado, dos 114 egressos, 33 participaram da segunda etapa, caracterizada pela realização de uma entrevista semi-estruturada, realizada no período de 10 de dezembro de 2008 a 25 de janeiro de 2009, para que os egressos do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN pudessem responder a mesmas.

Para Rosa e Arnoldi (2006), as entrevistas de caráter semi-estruturadas representam requisitos para a realização de pesquisas qualitativas que, por sua vez, utiliza-se da metodologia de análise de conteúdo no processo de exame das informações coletadas, o que permite ao entrevistado verbalizar sobre suas opiniões e anseios sem interrupções ou constrangimentos.

A utilização da técnica de entrevista com os referidos egressos visa complementar as informações extraídas dos questionários, de forma a obter respostas sobre a formação recebida e a sua relação com o campo de atuação. A entrevista, de acordo com Rosa e Arnoldi (2006), só pode ter validade se houver uma relação de confiança entre o entrevistado e o entrevistador, haja vista que se esse elo não for percebido, o entrevistado pode fornecer informações errôneas e/ou de pouca credibilidade científica.

Para tanto, fez-se necessário gravar e em outros casos copiar as respostas obtidas, de forma a viabilizar o processo de coleta das informações fornecidas pelo entrevistado, procurando não interromper o seu raciocínio ou perder informações importantes. Na entrevista, valeu-se também da elaboração de um protocolo (Apêndice B), para que o entrevistado tivesse a ciência sobre o objetivo do estudo, de forma a assegurar o sigilo e lhe transmitir tranquilidade quanto aos procedimentos científicos adotados para as informações coletadas.

Com a realização de todas as entrevistas, o passo seguinte consistiu em transcrever e organizar as respostas, de modo a permitir a utilização da técnica de análise de conteúdo, sendo as entrevistas ordenadas primeiramente por período letivo e em seguida de acordo com a data de realização no WORD (Office versão 2007).

4.5 APROXIMANDO-SE DO MATERIAL ACESSADO

Após a aplicação do questionário e realização das entrevistas semi-estruturadas, os dados coletados com o primeiro instrumento foram trabalhados de forma a receber um tratamento analítico-estatístico, com a confecção de blocos de dados que possibilitassem uma maior compreensão do material acessado. Além disso, a segunda etapa da pesquisa, relativa às falas obtidas com as entrevistas, recebeu um tratamento especial com o intuito de possibilitar o processo da análise de conteúdo. Para isso, fez-se necessário confeccionar tabelas, quadros e gráficos de forma a facilitar a visualização material e, por conseguinte, proceder-se com a organização das informações a serem analisadas.

O tratamento analítico-estatístico consiste em reunir os dados coletados com a aplicação do questionário junto aos egressos do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN, no período de 2003 a 2007, separando os mesmos por ano de formação e gênero, de forma a permitir a análise conjunta dos dados, por meio da confecção de planilhas eletrônicas, com a posterior organização dos mesmos em tabelas e gráficos, sob o qual se valeu de técnicas estatísticas de correlação e regressão múltipla.

Para isso, fez-se necessário montar e trabalhar com planilhas eletrônicas do EXCEL, que possibilitam agrupar os dados coletados com o questionário, para a posterior realização de análises estatísticas (correlações e regressão). Segundo Freund e Simon (2000), com a análise de correlação simples, pode-se observar o grau de relação entre as variáveis em estudo, mesmo que as referidas variáveis aparentemente não possuam qualquer tipo de relação, e quando a correlação é adotada junto a elementos amostrais, a mesma configura-se como uma estimativa.

De acordo com Gujarati (2006), o cálculo da correlação simples permiti medir a força de associação entre as variáveis em estudo, observando-se sua estreita relação com a análise de regressão, haja vista que a mesma busca verificar o nível de dependência de uma variável em relação a uma ou mais variáveis, cujos objetivos consistem em medir o grau de associação linear das variáveis em estudo.

Para a realização da análise de correlação, fez-se necessário dispor os respondentes por linha e as suas respectivas respostas por colunas, com o intuito de constatar se há algum tipo de correlação entre a renda média mensal deles com o gênero, ano de formação, faixa etária, estado civil, busca por outro curso de graduação ou realização de pós-graduação, posição no mercado de trabalho, campo de atuação, tipo de instituição em que trabalha e a carga-horária semanal.

Além disso, observou-se também se há algum tipo de correlação entre a escolha da UFRN com a escolha do curso, está trabalhando no momento de realização da pesquisa, se chegou a trabalhar e estudar ao mesmo tempo, se está trabalhando na mesma empresa que trabalhava antes de se formar e as principais dificuldades encontradas no exercício profissional.

No que diz respeito à correlação, os dados foram interpretados utilizando-se do coeficiente de “*r* de Pearson” que, de acordo com Freund e Simon (2000), pode ser positivo ou negativo, variando entre -1 e +1, cuja utilização nem sempre indica uma relação de causa e efeito. Contudo, a obtenção de um resultado positivo sinaliza que as variáveis estão correlacionadas diretamente e à medida que uma aumenta, a outra tende a aumentar, já quando se observa um resultado negativo, as variáveis encontram-se inversamente correlacionadas e à medida que uma aumenta a outra tende a diminuir, e estando o resultado nulo não há qualquer tipo de correlação entre as variáveis.

O cálculo do coeficiente de correlação se deu mediante a utilização da ferramenta de Análise de Correlação do EXCEL, que de acordo com Gujarati (2006) se dá mediante a covariância entre as variáveis pelo desvio padrão de cada uma delas, ou seja, através da seguinte fórmula:

$$\rho = \frac{cov(X,Y)}{\sigma_x \sigma_y} \quad (1)$$

Contudo, para a ratificação dos resultados encontrados foi realizado um estudo estatístico obtido a partir de uma análise de regressão, cujos dados foram tabelados em planilhas eletrônicas do EXCEL, no qual foram realizados os devidos cálculos e processada a equação de regressão múltipla.

A regressão, segundo Freund e Simon (2000), observa quanto uma variável pode influenciar outra variável, cujo objetivo consiste em criar um modelo de relacionamento entre diversas variáveis preditoras (independente) e uma variável resposta (dependente). Na pesquisa em foco, o propósito consistiu em analisar a influência da renda dos egressos (variável dependente) em relação aos mesmos itens verificados com o coeficiente de correlação.

Para Gujarati (2006), a análise de regressão configura-se como uma tentativa de estabelecer uma equação matemática que descreva o relacionamento entre as variáveis em

estudo, sendo a mesma obtida mediante a seguinte fórmula:

$$Y_i = \beta_1 + \beta_2 X_i + v_i \quad (2)$$

Com a análise de regressão, os dados passam, então, por testes estatísticos e econométricos como pressupostos para a observação da relação existente entre a variável dependente e as independentes. Para compor a referida equação, fez-se necessário utilizar a ferramenta de Análise de Regressão do EXCEL e, como meio para processar a regressão, deve-se observar se os itens em estudo possuem significância menor que 0,05 ($\alpha = 5\%$) ou um t-calculado maior que o t-tabelado de 1,96, bem como o estabelecimento de siglas para as variáveis em estudo: R – renda média mensal, G – gênero, AF – ano de formação, FE – faixa etária, NC – busca por outro curso de graduação ou realização de pós-graduação, MT – posição no mercado de trabalho, IT – tipo de instituição em que trabalha e a CH – carga-horária semanal.

A realização da análise descritiva e estatística dos dados contou ainda com a observação da necessidade de estudar os discursos obtidos com as entrevistas, junto aos egressos, e que se deu por meio da utilização da análise de conteúdo, que de acordo com Franco (2007), parte da observação da mensagem transmitida pelo emissor ao receptor, bem como ao processo de codificação e decodificação. Na adoção da análise de conteúdo, o objetivo do pesquisador é realizar inferências sobre a mensagem em análise, com o intuito de analisar as características do texto transmitido, os motivos que ocasionaram a emissão da mensagem e os efeitos que a mesma pode ter sobre o estudo realizado.

A adoção da técnica de análise de conteúdo, segundo Rosa e Arnoldi (2006), processa-se com a utilização de entrevistas semi-estruturadas, que aproximam o pesquisador da realidade do entrevistado, e possibilitam aos mesmos a inferência quanto ao conhecimento das intenções e pensamentos do objeto que está sob estudo. Por sua vez, o plano de pesquisa a ser adotado na análise de conteúdo, segundo Franco (2007), deve observar elementos relacionados à finalidade da comunicação, o significado da transmissão, o tipo de resposta ou mensagem que pode ser prestada, bem como as questões que visam trazer respostas ao problema de estudo sob análise.

A utilização da análise de conteúdo requer a organização categórica das possíveis respostas a serem fornecidas e observa a utilização de elementos de pré-análise relacionados ao conhecimento das mensagens que serão avaliadas, bem como a escolha de materiais

significativos ao estudo, a formulação de hipóteses as possíveis respostas a serem dadas e a elaboração de indicadores que auxiliem o processo de análise.

Contudo, depois de finalizado o processo de coleta e transcrição das entrevistas, o passo seguinte consistiu em agrupar os respondentes por ano de formação, identificando cada um deles por meio da utilização de algarismos arábicos, sendo posteriormente classificados de acordo com cada um dos questionamentos realizados com a entrevista, de forma a possibilitar melhores condições para a realização da análise de conteúdo.

5 APRESENTANDO OS ACHADOS DA PESQUISA

Com o propósito de melhor compreender os dados obtidos com a aplicação do questionário via correio eletrônico e as falas advindas das entrevistas realizadas com os egressos do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN, fez-se necessário subdividi-los em seis blocos: dados pessoais, situação sócio-econômica, formação acadêmica, atuação profissional, análise estatística e análise de conteúdo.

5.1 DADOS PESSOAIS

Com base nos dados cadastrais fornecidos pelo CORCON/UFRN, que detém informações relacionadas ao ano de formação, nome dos egressos, telefones para contato e endereço eletrônico, verificou-se que predomina a população masculina no curso, o que corresponde a 57,42% dos egressos, conforme pode ser observado no Gráfico 1.

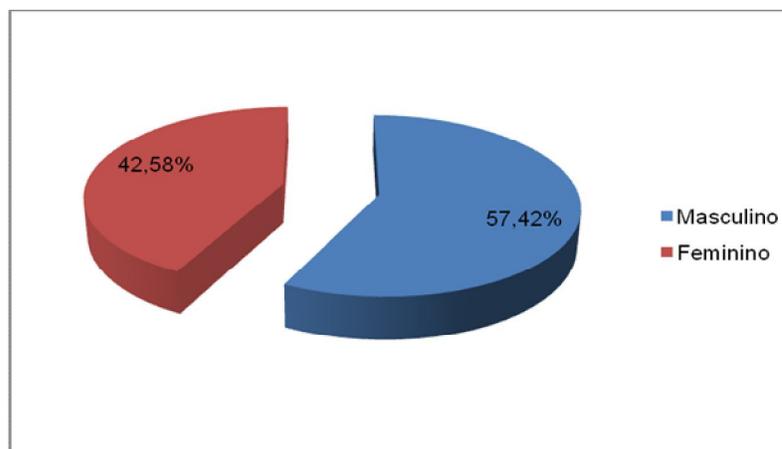


Gráfico 1 – Classificação dos egressos por gênero
Fonte: Cadastro do CORCON/UFRN.

Diante disso, percebe-se que o curso concedeu o título de bacharel em Ciências Contábeis a 271 indivíduos do gênero masculino e 201 do gênero feminino, fato esse que se encontra em consonância com a pesquisa realizada pelo CFC (1996), junto aos indivíduos que possuem registro no CRC, constatou-se que o número de contadores com essa titulação e que atuam na área é predominantemente constituído por profissionais do gênero masculino, o que corresponde a 72,98% do total.

Contraopondo essas referências, Faria et. al (2004) demonstra que tem havido uma mudança na conjuntura da classe contábil, no que diz respeito ao gênero predominante e que, de acordo com os dados coletados, 53,45% dos discentes do curso de graduação em Ciências Contábeis são do gênero feminino.

Quanto à distribuição dos egressos por gênero e ano de formação, observa-se, ainda, a predominância no número de egressos do gênero masculino⁵ ao longo dos anos, a exceção do ano de 2006, em que o número de egressos do gênero feminino mostra-se superior. Ao se analisar as respostas obtidas junto aos egressos do curso verificam-se ainda que 66,27% dos respondentes se mostraram sensíveis em responder ao questionário sobre o perfil dos egressos.

Considerando-se a distribuição dos respondentes por ano de formação, verificou-se ainda, que entre os anos de 2003 e 2006, os indivíduos do gênero feminino mostraram-se mais dispostos a responder ao questionário, e que no ano de 2004 houve uma maior participação da população masculina nas respostas, assim como os indivíduos que se formaram entre 2005 e 2006 estiveram mais dispostos em participar do estudo, conforme pode ser verificado no Gráfico 2

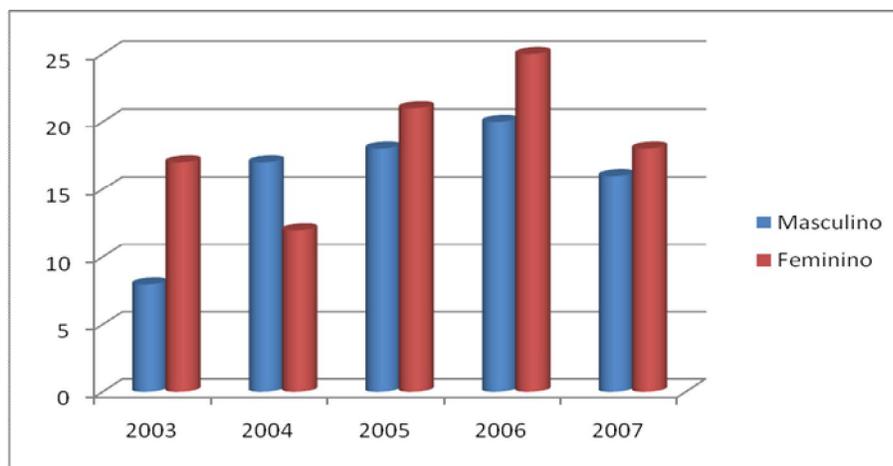


Gráfico 2 – Distribuição dos respondentes por gênero e ano de conclusão da formação
Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Dentre os 172 respondentes, observou-se ainda que 45,93% dos egressos que se formaram entre 2003 e 2007 possuem de 25 e 28 anos de idade e que 7,56% têm mais de 37 anos, ou seja, a universidade está começando a preparar indivíduos cada vez mais jovens para

⁵ O referido estudo não tem o propósito de apresentar discussões sobre o gênero dos egressos, mas esse elemento configura-se como uma constatação do estudo.

o ingresso no campo de atuação, conforme pode ser observado no Gráfico 3.

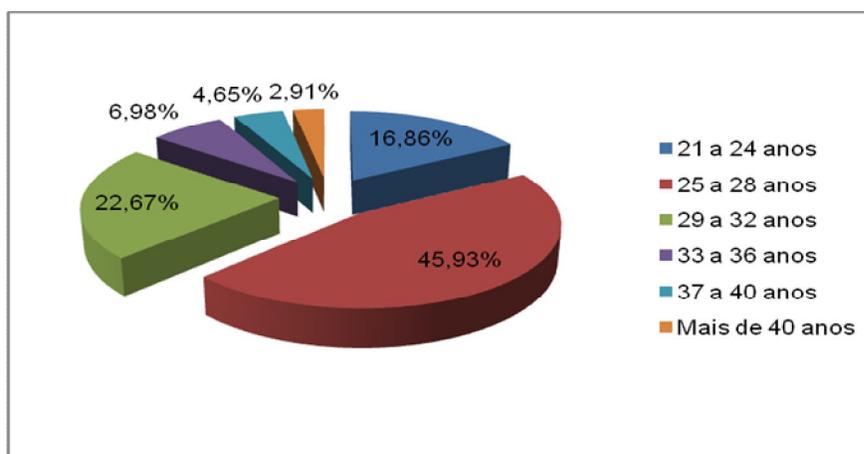


Gráfico 3 – Distribuição dos egressos por faixa etária
Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Face ao conteúdo do Gráfico 3, percebe-se que os indivíduos que poderiam prestar vestibular e que possuem interesse em ingressar em um curso de graduação estão buscando cada vez mais cedo se inserir no ensino de nível superior. Contudo, conforme estudo realizado por Faria et. al (2004), 89% dos alunos, que ingressam no curso de graduação em Ciências Contábeis de uma IES privada de São Paulo, encontram-se entre os 17 e 30 anos de idade, o que comprova a entrada de indivíduos cada vez mais jovens na universidade, fato esse que pode ser justificado pela mudança dos currículos de nível médio, aumento no número de cursos pré-vestibular, e a política de acesso ao ensino universitário proposto pelo Poder Público.

Ao se levar em consideração que a conclusão do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN agrega no mínimo cinco anos, bem como levantando a hipótese de que os egressos cumpriram seus créditos dentro desse período, verifica-se que a média de idade dos discentes que entram no curso fica entre os 17 e 23 anos de idade, o que por sua vez justifica o ingresso de indivíduos cada vez mais jovens no campo de atuação profissional.

No que diz respeito à distribuição dos egressos em relação ao gênero e a faixa etária, constatou-se que 54,06% dos respondentes são do gênero feminino e que 93,54% desse montante concentra-se na faixa que vai dos 21 aos 32 anos de idade, bem como que 45,93% dos respondentes configuram-se como indivíduos do gênero masculino, sendo que 24,05% deles possuem pelo menos 33 anos de idade e 6,33% dos respondentes possuem mais de 40 anos de idade, conforme pode ser visualizado na Tabela 5.

Tabela 5 – Número de respondentes por gênero e faixa etária (2003-2007)

FAIXA ETÁRIA	MASCULINO	%	FEMININO	%
21 a 24 anos	11	13,92	18	19,35
25 a 28 anos	36	45,57	43	46,24
29 a 32 anos	13	16,46	26	27,96
33 a 36 anos	7	8,86	5	5,38
37 a 40 anos	7	8,86	1	1,08
Mais de 40 anos	5	6,33	0	0,00
TOTAL	79	100	93	100

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Contudo, a observância no número de indivíduos jovens do gênero feminino, que se graduaram no período de 2003 a 2007, é reflexo da mudança conjuntural da sociedade, que culminou com a inserção da figura feminina no campo de atuação profissional, de forma a permitir uma atuação igualitária com os sujeitos do gênero masculino.

Outro fator interessante a ser observado é que embora o curso possua turmas de ingressantes, subdivididas em dois turnos (matutino e noturno), verifica-se que há uma maior concentração de vagas noturnas, que conta com 61,53% das 130 vagas disponibilizadas para a modalidade de ingresso via vestibular, que costuma ser realizado anualmente e de acordo com o PPP (2007) visa preencher vagas para dois períodos letivos (1º e 2º semestres).

Analisando-se o número de ingressantes anual pelo de egressos, entre os anos de 2003 e 2007, observa-se que há uma média de formação anual de 94 indivíduos, o que representa um percentual de 72,62% de saídas de alunos em relação ao número de entradas no mesmo período, que culminaram com o ingresso de 650 indivíduos via vestibular, como pode ser observado na Tabela 6.

Tabela 6 – Número de egressos x ingressos (2003-2007)

ANO	INGRESSOS	EGRESSOS	%
2003	130	87	66,92
2004	130	95	73,08
2005	130	101	77,69
2006	130	105	80,77
2007	130	84	64,62
TOTAL	650	472	100

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Por sua vez, acredita-se que o total de ingressantes pode não ser correspondente ao de egressos, em virtude da percepção da existência de alunos desnivelados e que no decorrer do curso podem ter tido algum tipo de dificuldade que acarretou no trancamento parcial e/ou

total do curso, bem como reprovação e/ou solicitações de afastamento, dados em virtudes de trabalho, problemas de saúde e/ou gravidez.

Fato curioso observado no PPP (2007) é que como há uma predominância de vagas disponibilizadas no turno noturno, sendo 80 vagas noturnas para 50 matutinas, o curso pode está recebendo discentes que já se encontram inseridos no campo de atuação profissional, fato esse que pode gerar indisponibilidade de tempo para que possam assistir aulas no turno diurno (matutino).

Em relação ao estado civil dos egressos, observa-se que um maior número de indivíduos se declara como solteiros, o que corresponde a 65,7% da população, por sua vez, desse montante, contata-se que 25,58% se enquadra no gênero masculino, conforme pode ser visualizado na Tabela 7.

Tabela 7 – Estado civil dos egressos por gênero (2003-2007)

ESTADO CIVIL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	%
Solteiro (a)	44	69	113	65,70
Casado (a)	33	23	56	32,56
Divorciado (a)	1	1	2	1,16
Separado (a)	1	0	1	0,58
TOTAL	79	93	172	100

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Analisando-se a situação da população feminina, observa-se que 74,19% dos indivíduos desse gênero declararam-se como solteiras e isso pode ter ocorrido em virtude de algumas mudanças nas relações conjugais, em que muitos mantêm vínculos com seus companheiros sem, contudo, terem estabelecido laços matrimoniais, conforme pode ser verificado no Gráfico 4.

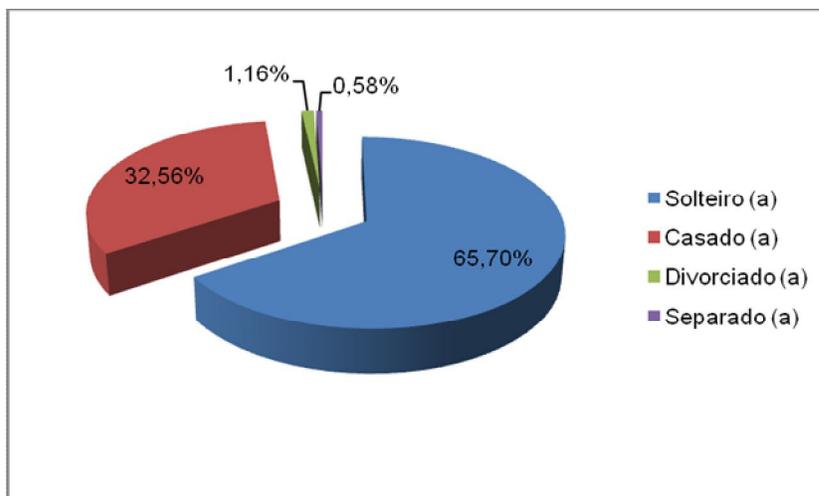


Gráfico 4 – Distribuição dos egressos por estado civil dos egressos
 Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Com a aplicação do questionário, observou-se ainda que 85,46% dos respondentes que se intitularam como solteiros encontram-se na faixa etária que compreende dos 21 aos 32 anos de idade e 68,6% deles concluíram seus cursos entre os anos de 2005 e 2007.

No estudo de Faria et. al (2004), observou-se que 81,4% dos egressos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis é predominantemente solteira, fato esse que pode ter ocorrido devido a disponibilidade dos mesmos em se preocuparem com sua formação acadêmica, e tendo em vista que para a constituição de uma família, a renda é um dos fatores que pesa, dificultando, assim, a perpetuação dos estudos e os fazendo colocar a formação como um item de investimento que nem sempre pode ficar em primeiro plano.

Verificou-se ainda que 76,16% dos respondentes não possui qualquer tipo de dependente e apenas 2,33% tem entre 3 e 4 filhos, conforme pode ser observado no Gráfico 5. Por sua vez, isso se dá em virtude da predominância de uma população jovem que possui entre 21 e 32 anos de idade, além da tendência da população brasileira em diminuir o número de filhos por família, conforme dados extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2001), em que o número médio de pessoas que compõe a família é de 3,3 e a quantidade de filhos é de 1,6.

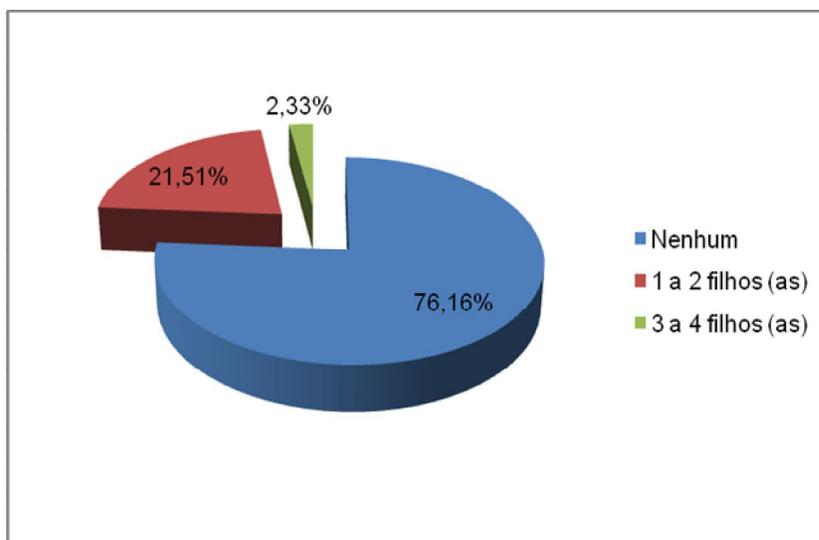


Gráfico 5 – Distribuição dos egressos por número de filhos
 Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

No estudo do CFC (1996) constatou-se que apenas 21,51% dos indivíduos pesquisados não possuíam filhos, evento esse que pode ter sido influenciado pelos dados quantitativos referentes ao número de profissionais predominantemente casados e que já se encontravam inseridos no campo de atuação.

5.2 FORMAÇÃO ACADÊMICA

No que diz respeito à formação acadêmica recebida, dentre os principais motivos que estimularam os egressos a escolherem o curso de graduação em Ciências Contábeis, constatou-se que 50% dos egressos consideraram a questão da perspectiva de empregabilidade como o principal motivo pelo qual escolheram o curso, o que corresponde a 26,14% das respostas obtidas junto aos egressos, conforme pode ser observado na Tabela 8, haja vista que esse campo de atuação abarca diversas oportunidades para os profissionais que desejam atuar na área contábil, tais como: consultor, *controller*, gerente de custos, auditor (interno e externo), perito, contador, tributarista, dentre outros.

Tabela 8 – Motivos enumerados pelos egressos quanto à escolha do curso

MOTIVOS	Nº DE EGRESSOS	%
Perspectiva de empregabilidade	86	26,14
Concurso público	65	19,76
Vocação	39	11,85
Influência de terceiros	34	10,33
Boas perspectivas salariais	18	5,47
Horário do curso	17	5,17
Formação adicional	17	5,17
Ascensão funcional	16	4,86
Obter um diploma de nível superior	14	4,26
Não dependência exclusiva de emprego fixo	13	3,95
Fácil para entrar	5	1,52
Outro	5	1,52
TOTAL	329	100

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Cabe frisar, ainda, que a escolha dos motivos enumerados pelos egressos, quanto à opção de ingresso no curso, poderia ocorrer através da seleção de mais de uma resposta. No que diz respeito à escolha do curso com o propósito de preparação para o ingresso em atividades que requerem a prestação de concurso público, observou-se que 37,79% dos respondentes optaram pelo ingresso na área contábil com essa intenção, uma vez que o mesmo garante estabilidade e boas oportunidades para ascensão profissional.

Por sua vez, de acordo com Faria et. al (2004), dentre os motivos que tem levado os alunos a ingressarem em cursos de graduação em Ciências Contábeis está a oportunidade que o curso tem em oferecer, quanto à formação profissional e o campo de atuação, estando à família com pouca ou quase nenhuma influência sobre a escolha do curso.

Com a realização do presente estudo, constatou-se ainda que 72% dos respondentes formados em 2003 escolheram o curso devido às perspectivas de empregabilidade que esses profissionais possuem um vasto campo de atuação, fato esse que se modificou com o passar dos anos e que em 2004 caiu para 31,03%, chegando a 50% das intenções dos egressos no ano de 2007.

Dentre os motivos elencados pelos egressos para escolha da UFRN, como entidade responsável por sua formação profissional, constatou-se que 104 (60,47%) deles, escolheram devido à questão da gratuidade, uma vez que essa instituição caracteriza-se como a maior e mais antiga IES de caráter público do Estado do RN, que busca oferecer cursos de nível superior sem custo para a comunidade acadêmica, conforme pode ser observado na Tabela 9.

Tabela 9 – Motivos enumerados pelos egressos quanto à escolha da UFRN

MOTIVOS	Nº DE EGRESSOS	%
Gratuidade	104	26,94
Melhor aceitação pelo mercado	92	23,83
Ensino de qualidade	84	21,76
Conjunto de valores	62	16,06
Melhor corpo docente	41	10,62
Outro	3	0,78
TOTAL	386	100

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Pode-se inferir, ainda, que dentre os motivos enumerados pelos egressos quanto à escolha da UFRN, como entidade responsável pela formação acadêmica recebida para a obtenção do título, foi à possibilidade de melhor aceitação dos diplomas advindos dessa IES, que correspondeu ao posicionamento de 53,49% dos respondentes, fato esse que ocorre em virtude da sociedade entender que profissionais que passaram por processos seletivos concorridos para entrarem na universidade são mais bem preparados para a atuação profissional.

Outro ponto que merece destaque se dá em relação às condições da entidade em oferecer um ensino de qualidade, sob o ponto de vista de 84 (48,84%) dos respondentes, já que essa IES configura-se como uma entidade que busca o aperfeiçoamento de seus docentes, incentivando e concedendo bolsas de estudo, que os permite ingressar em cursos de pós-graduação, voltados ao mestrado e doutorado acadêmicos.

Observando-se, ainda, que a consecução de um ensino de qualidade está atrelada a formação de bons profissionais para atuação docente. Nesse sentido, faz-se necessário realizar uma reflexão no sentido de que, com a inserção de novos cursos de pós-graduação do tipo *scripto sensu*, conforme dados da CAPES (2008), o curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN tem se destacado na região devido à qualificação de seu corpo docente, que conta com mestres e doutores, de forma a oferecer condições apropriadas para o ensino, fato esse que pode está relacionado ao bom desempenho dos discentes nas atividades avaliativas realizadas pelo MEC.

No que diz respeito à opinião dos respondentes sobre a formação acadêmica recebida, observou-se que 82,56% deles consideram a mesma como ótima ou boa, fato esse que entra em acordo com as perspectivas formativas da IES públicas, conforme pode ser observado no Gráfico 6, pois esse tipo de entidade visa oferecer ensino gratuito e de qualidade para os ingressos que desejam obter um diploma de graduação respeitado e reconhecido pelo seu campo de atuação.

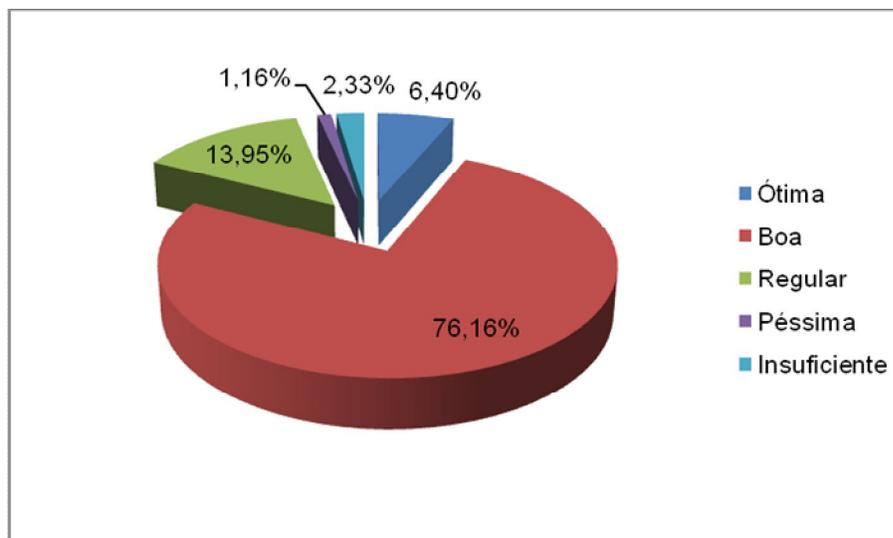


Gráfico 6 – Distribuição dos egressos quanto à formação acadêmica recebida
 Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Tendo em vista que somente 3,49% dos respondentes consideram que a formação acadêmica recebida foi péssima ou insuficiente, pode-se compreender que esse posicionamento se deu devido às dificuldades dos discentes quanto ao acompanhamento do curso, bem como à necessidade de afastamento de alguns docentes para qualificação (mestrado e doutorado) ou para assumirem atividades administrativas.

Corroborando com esse entendimento, Faria et. al (2004) afirma que mais de 60% dos estudantes podem ficar satisfeitos com a formação recebida, desde que haja uma adequada composição curricular e que se admita uma distribuição ordenada das cargas horárias das disciplinas, de forma a permitir a construção dos conhecimentos baseados na interdisciplinaridade, no qual se aproveita os assuntos abordados em uma disciplina para dar início a outra.

Dentre as principais dificuldades observadas pelos egressos, quando de sua inserção no campo de atuação e ao exercício da profissão, o ponto que mais chamou a atenção foi à questão da baixa remuneração percebida por eles quando da efetiva atuação na área contábil, bem como a questão da falta de valorização profissional, como pode ser observado na Tabela 10.

Tabela 10 – Dificuldades encontradas pelos egressos no exercício da profissão

MOTIVOS	Nº DE EGRESSOS	%
Baixa remuneração	100	25,77
Falta de valorização profissional	98	25,26
Falta de prática	48	12,37
Não atua na área	34	8,76
Carga-horária elevada	33	8,51
Mudanças constantes na legislação	28	7,22
Necessidade de melhor qualificação	26	6,70
Mercado competitivo	21	5,41
TOTAL	388	100

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Outro ponto a ser observado se dá quanto à falta de prática vivenciada pelos respondentes durante a realização do curso, tendo em vista que o currículo formativo sob o qual os egressos obtiveram seu título de bacharel foi criado sob a perspectiva da LDB nº. 9.394/1996, que prevê a inclusão de uma única disciplina que possibilita aos estudantes da área contábil a exercerem a prática profissional na academia, denominada de Estágio Supervisionado de Contabilidade. A referida disciplina possui uma carga-horária de 180 horas-aula, conforme consta no PPP e cuja orientação é que seja ministrada no último período do curso, depois dos alunos já terem concluído todos os créditos dos componentes curriculares obrigatórios, e possibilitando com isso, conhecimento sobre as práticas exercidas na área industrial, comercial e/ou de serviços.

Por sua vez, conforme consta no PPP do curso, com a concentração de uma única disciplina prática ministrada no último período do curso, os alunos acabam tendo que concentrar esforços de forma a revisarem os conteúdos das disciplinas cursadas, bem como realizarem todas as etapas necessárias para cumprir a disciplina, o que acaba por prejudicar o desenvolvimento teórico-prático (habilidades e competências) do aluno e aumenta a carga de trabalho.

Analisando ainda a Tabela 10, observa-se que 58,14% os egressos consideram sob sua percepção, que a baixa remuneração é um fator que dificulta o exercício da profissão, seguido da falta de valorização profissional, com 56,98%, e esses fatos se dão em virtude dos próprios profissionais da área que muitas vezes não valorizam o seu trabalho e acabam vendendo seus serviços a um preço abaixo do que é sugerido pelos órgãos de classe.

Além disso, observou-se a falta de prática para atuação profissional, que conforme pode ser observado no PPP (2007) encontra-se refletido nos conteúdos dos componentes curriculares, com 27,91%, bem como a carga-horária elevada, com 19,18% que se dá em

virtude da necessidade dos profissionais da área maximizar seu tempo de forma a abarcarem um maior número de empresas e obterem uma remuneração que satisfaça seus anseios.

No que diz respeito às perspectivas de educação continuada proposta pelo CFC, observa-se que, entre os respondentes, um percentual de 53,8% não se encontra cursando, qualquer tipo de curso de pós-graduação (*latu sensu* e/ou *scripto sensu*), como pode ser verificado na Tabela 11.

Tabela 11 – Nível de aderência dos egressos quanto aos cursos de graduação e/ou pós-graduação

MOTIVOS	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	%
Não possui	42	57	99	53,80
Capacitação	3	0	3	1,63
Graduação	2	1	3	1,63
Graduação (cursando)	5	2	7	3,80
Especialização	14	15	29	15,76
Especialização (cursando)	16	13	29	15,76
Mestrado	4	4	8	4,35
Mestrado (cursando)	3	2	5	2,72
Doutorado (cursando)	0	1	1	0,54
TOTAL	89	95	184	100

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Verifica-se, ainda, na Tabela 11 que 61,29% dos indivíduos do gênero feminino não possuem qualquer curso de capacitação ou pós-graduação, enquanto que 59,49% dos homens estão buscando realizar cursos dessa natureza, com o propósito de angariar conhecimentos e obter boas oportunidades de trabalho em seu campo de atuação. Por sua vez, dentre os cursos de graduação enumerados pelos egressos como forma de obtenção de uma formação adicional, a maioria deles tem se concentrado em realizar cursos em áreas correlatas, tais como a das Ciências Jurídicas (Direito) e Administrativas, que interagem com o exercício profissional do contador.

Todavia, alguns dos respondentes declararam que já possuíam um curso de graduação antes de ingressarem no curso de Ciências Contábeis da UFRN e obtiveram diplomas de nível superior em cursos variados, mas que não possuíam qualquer tipo de relação com a área das Ciências Contábeis, tais como: Geologia, Mineração e Ciências Náuticas.

Em se tratando dos cursos de pós-graduação do tipo *latu sensu*, que abrangem cursos de especialização, verificou-se que os egressos se concentraram em áreas tais como: Metodologia do Ensino Superior, Contabilidade, Auditoria e Perícia, Gestão Estratégica de Pessoas, Auditoria e Análise Financeira, Direito Tributário, Tributação, Auditoria, Finanças e

Controladoria, Gestão Pública, Gestão Avançada de Escritório, Auditoria e Controle Interno, Gestão Empresarial, Marketing, Administração Pública e Controladoria.

Já no que diz respeito à sensibilidade dos egressos quanto à realização de cursos de pós-graduação do tipo *scripto sensu*, que abrange cursos de mestrado e doutorado acadêmicos, verificou-se que quem tem optado por esse tipo de pós-graduação procura obter o título de mestre na área das Ciências Contábeis, estando apenas um deles com o título de mestre na área de Engenharia Elétrica e outro cursando o mestrado na área das Ciências Administrativas.

Vale ressaltar, ainda, que apenas 0,54% dos 172 egressos, que responderam ao questionário, encontram-se realizando um curso de pós-graduação do tipo *scripto sensu* em nível de doutorado, fato esse que se encontra em consonância com a questão da dificuldade em ingressar em cursos dessa natureza no Brasil, haja vista a escassez na área contábil. Tudo isso se deve ao fato de que até o ano de 2007 só havia no Brasil um único curso de doutorado na área contábil oferecido pela USP e que só a partir no ano de 2008, com a aprovação e homologação pela CAPES é que se constituíram mais dois novos cursos nesse nível, um na FURB e outro na UnB, por meio do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis (UnB/UFPB/UFRN), que atualmente encontra-se com a sua segunda turma de ingresso em andamento.

No estudo realizado por Carvalho, Silva e Holanda (2006), constatou-se que 73% dos egressos dos cursos de graduação em contabilidade possuem o interesse em ingressar em cursos de pós-graduação, valorizando assim o aperfeiçoamento contínuo, conforme preceitua o CFC. Observa-se, ainda, no estudo realizado por Faria et. al (2004), que 85,2% dos estudantes possuem perspectivas quanto a educação continuada, com vias a formação complementar e participação de cursos de especialização, mestrado acadêmico e profissional, bem como doutorado, com vias a possibilitar a ampliação do conhecimento e aumentar as oportunidades de atuação.

5.3 ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Analisando as informações pertinentes à atuação profissional dos egressos, verificou-se que 91,86% deles encontravam-se trabalhando no momento de realização da pesquisa e que 38,95% estavam atuando exclusivamente na área contábil, como pode ser observado no Gráfico 7.

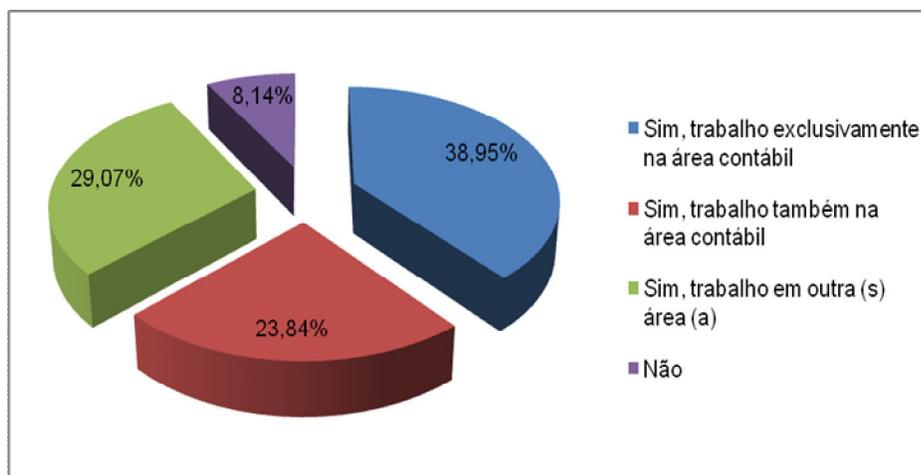


Gráfico 7 – Distribuição dos egressos quanto ao exercício profissional
Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Constatou-se ainda que 29,07% dos respondentes trabalham em outras áreas, fato esse que leva a entender que os conhecimentos adquiridos no curso estão sendo pouco utilizados no exercício da profissão. No entanto, 23,84% deles encontram-se distribuídos entre o exercício de atividades na área contábil e de outras áreas, devido ao fato dos respondentes estarem exercendo outras atividades e utilizando o tempo disponível para realizarem pequenos trabalhos de assessoria contábil.

Dentre as áreas de trabalho enumeradas pelos egressos, constatou-se que as principais centram-se em atividades públicas e privadas, que são realizadas junto a bancos, cooperativas de crédito, serviço de segurança pública, administração de empresas, controladoria, logística, finanças, prestação de serviços diversos, comércio, telecomunicações, planejamento, dentre outras.

Observou-se, ainda, que a formação contábil acaba por refletir no fator empregabilidade, já que dos 172 egressos que responderam ao questionário, menos de 9% ainda não se encontravam inclusos no campo de trabalho e que 61,29% da população feminina e 64,56% da masculina encontram-se inseridos na área contábil ou em campos correlatos, conforme pode ser observado na Tabela 12.

Tabela 12 – Nível de aderência dos egressos quanto a estarem trabalhando

MOTIVOS	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	%
Sim, trabalho exclusivamente na área contábil	29	38	67	38,95
Sim, trabalho também na área contábil	22	19	41	23,84
Sim, trabalho em outra (s) área (a)	23	27	50	29,07
Não	5	9	14	8,14
TOTAL	79	93	172	100

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

No estudo realizado por Faria et. al. (2004), 53,4% dos alunos costumam atuar profissionalmente, através de estágios remunerados, que lhes proporcionam condições de complemento da aprendizagem adquirida em sala de aula, fato esse que acaba por justificar a constante inserção dos egressos da área contábil junto ao campo de atuação.

Contudo, como já mencionado em relação à proposta da Resolução do MEC/CNE nº. 10/2004, o curso de graduação em contabilidade da UFRN acabou por inserir a disciplina de prática contábil a partir do terceiro semestre, em que os estudantes passariam a atuar no campo de estudo com uma base prática mais sólida. Com a mudança curricular proposta, os discentes teriam a oportunidade de aprender sobre a dinamicidade da profissão, realizando atividades práticas e assim, consolidando mais adequadamente os conteúdos ministrados em sala de aula.

Em se tratando da posição dos respondentes quanto ao campo de atuação, constatou-se que 87,21% estão atuando como empregados (funcionários) e 7 deles, ou seja, 4,07%, estão operando nas duas frentes, como empregados e autônomos, fato esse que pode estar acontecendo em virtude da percepção de uma remuneração insatisfatória e a possibilidade de angariar conhecimentos e boas oportunidades financeiras, conforme pode ser observado no Gráfico 8.

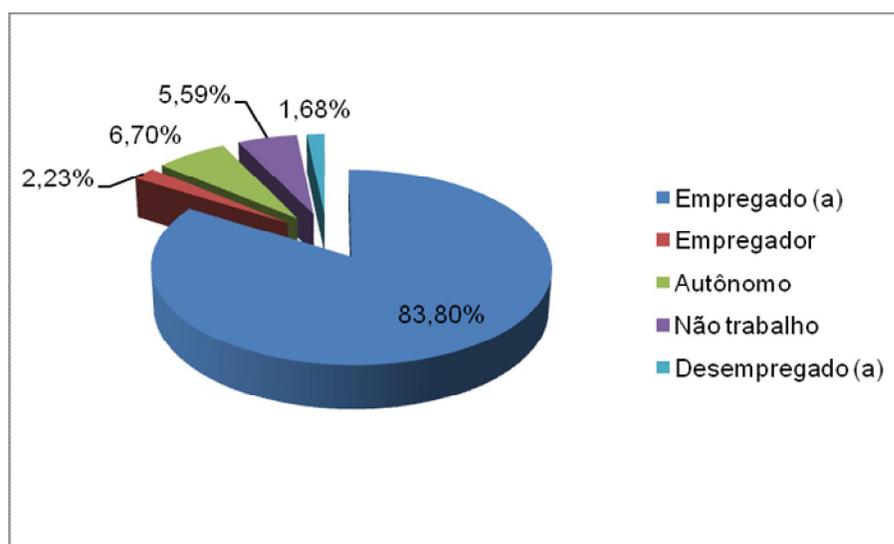


Gráfico 8 – Distribuição dos egressos quanto ao posicionamento no mercado de trabalho
Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Verifica-se ainda que 5,59% dos egressos ainda não se encontram trabalhando, apesar de muitos dos discentes, ao ingressarem no curso, já possuírem o objetivo de realizar concurso público que lhes garanta estabilidade e uma remuneração condizente com suas

perspectivas, além de estarem mais interessados em se dedicar ao estudo e aprimoramento de seus conhecimentos, do que atuar profissionalmente.

Por sua vez, conforme relatado no estudo realizado por Nunes, Pfitscher e Alberton (2006), 25% dos egressos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis trabalha durante a realização do curso em atividades relacionadas à contabilidade, seja em grandes ou pequenos escritórios, e muitas vezes isso ocorre em virtude da necessidade de se manterem, bem como de já adquirirem algum tipo de experiência profissional de modo a os tornarem preparados para o campo de atuação.

Face ao exposto e diante da possibilidade dos egressos atuarem junto ao seu respectivo campo de atuação, enquanto estudam, verificou-se que 71,51% dos egressos chegaram a trabalhar e estudar durante o período de realização do curso, fato esse que pode ter se dado em virtude da realização de atividades remuneradas realizadas em escritórios de contabilidade, ou até mesmo via contratação, como pode ser verificado no Gráfico 9.

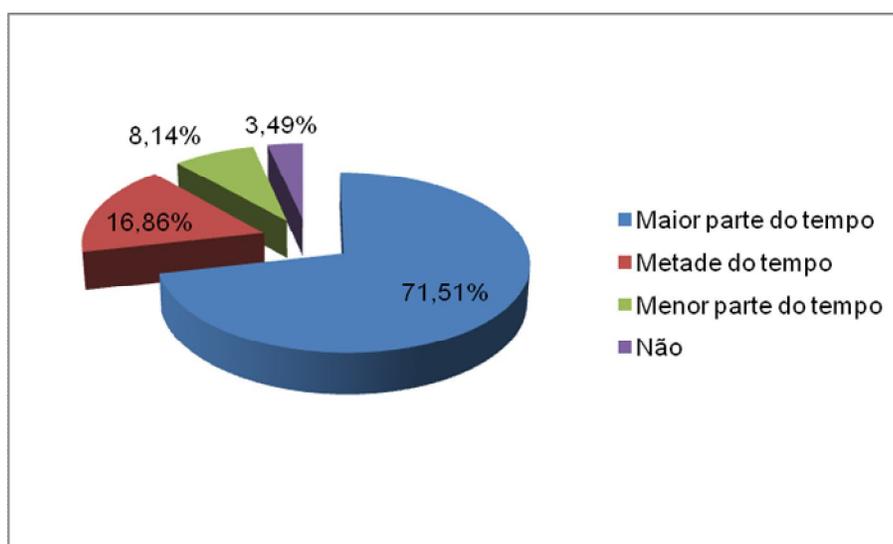


Gráfico 9 – Distribuição dos egressos quanto a trabalhar e estudar durante a realização do curso
Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Outro fator que deve ser considerado é que assim como a maior parte dos egressos chegaram a trabalhar e estudar ao mesmo tempo durante o período de realização do curso, isso acabou por refletir no posicionamento dos mesmos no campo de atuação, depois de concluído o curso. Dos respondentes, 88,37% chegaram a trabalhar e estudar pelo menos a metade do tempo de realização do curso e 92,73% deles já possuem um posicionamento no campo de atuação profissional. Observa-se, ainda, que 50,54% da população feminina e

51,90% dos indivíduos masculinos, já estavam trabalhando na empresa na qual atuam antes mesmo de concluírem os estudos, o que demonstra a possibilidade de inserção dos egressos no campo de atuação, mediante a realização de estágios.

No que diz respeito à distribuição dos egressos quanto a trabalhar e estudar ao mesmo tempo e à questão da principal fonte de sustento dos egressos nessa mesma época verificou-se que, embora 71,51% deles tenham afirmado que chegaram a trabalhar e estudar ao mesmo tempo durante o curso, 66,86% dos respondentes se valiam, além dos recursos financeiros provenientes da atividade que exerciam, de recursos dos seus pais e/ou de outros membros da família (tios (as) e/ou esposo (a)) para prover seu sustento, fato esse que se respalda no fato de que a maioria das atividades exercidas pelos egressos durante o período formativo ser oriunda de estágios remunerados, que em alguns casos não permitiam aos mesmos se manterem por conta própria, conforme pode ser verificado no Gráfico 10.

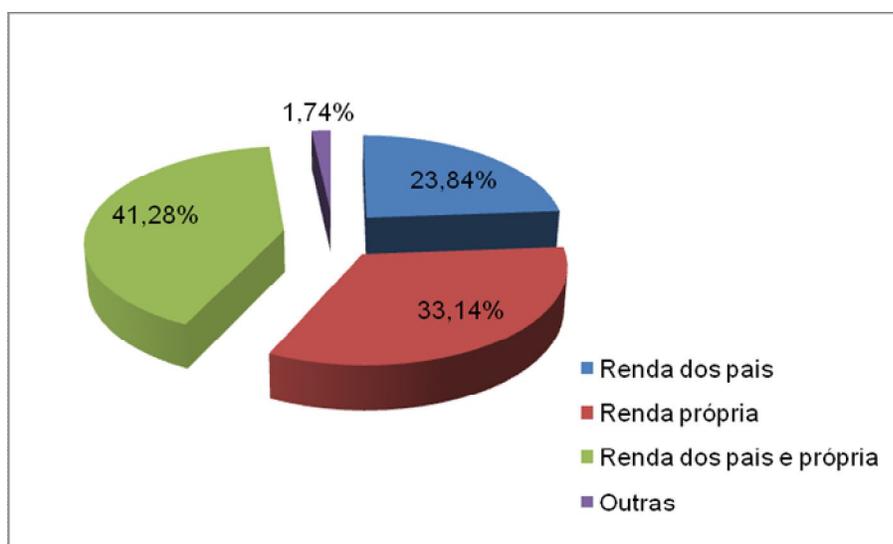


Gráfico 10 – Distribuição dos egressos quanto à principal fonte de sustento durante o curso
Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Em se tratando da fonte de sustento dos egressos durante o período de realização do curso observa-se que, devido à percepção de uma faixa etária de ingresso entre os 17 e 23 anos e, só a partir do terceiro período do curso, as empresas demonstrarem o interesse em fornecer estágios e que rendem aos mesmos até 2 salários mínimos, a uma carga-horária de 20 a 40 horas semanais, acaba por justificar o fato da família acabar por dividir parte da responsabilidade financeira em proporcionar condições que vislumbrem o seu sustento durante o curso.

Os respondentes do gênero feminino possuíam como principal fonte de sustento os recursos dos pais e demais familiares (tios (as), esposos (as), avôs e avós), o que corresponde a 79,57%, já 82,28% dos respondentes do gênero masculino recebiam não apenas o auxílio financeiro de seus pais, mas de atividades exercidas por meio de estágios remunerados, conforme pode ser observado na Tabela 13.

Tabela 13 – Principal fonte de sustento dos egressos (2003 – 2007)

MOTIVOS	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	%
Renda dos pais	13	28	41	23,84
Renda própria	38	19	57	33,14
Renda dos pais e própria	27	44	71	41,28
Outras	1	2	3	1,74
TOTAL	79	93	172	100

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Em relação ao campo de atuação profissional, constatou-se que 22,67% dos respondentes não trabalham na área contábil ou que pelo menos não atuam em nenhuma das enumeradas no questionário. Contudo, 19,90% dos egressos estão trabalhando assessorando e/ou prestando serviços de consultorias de ordem contábil aos seus respectivos clientes, e um percentual de 12,24% deles atuam junto à contabilidade pública, prestando serviços a entidades do Poder Público (Municipal, Estadual e Federal), conforme pode ser verificado na Tabela 14.

Tabela 14 – Principais campos de atuação profissional dos egressos

CAMPO DE ATUAÇÃO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	%
Assessoria e consultoria contábil	18	21	39	19,90
Contabilidade pública	14	10	24	12,24
Outro	9	14	23	11,73
Societária (fiscal e legal)	13	6	19	9,69
Professor (a)	10	8	18	9,18
Não trabalho na área	6	10	16	8,16
Gerencial	10	6	16	8,16
Não trabalho	6	10	16	8,16
Planejamento tributário	7	6	13	6,63
Auditoria interna	2	4	6	3,06
Auditoria externa	2	2	4	2,04
Perícia contábil	2	0	2	1,02
TOTAL	99	97	196	100

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Face ao exposto, percebe-se que mais de 20% dos egressos atuam junto à atividade

de assessoria e consultoria, fato esse que justifica a predominância de atuação feminina em escritórios de contabilidade, enquanto que os homens concentram-se mais em atividades que requerem a realização de concurso público. Constatou-se, ainda, que 16,28% dos respondentes estão trabalhando, mas não se encontram necessariamente realizando atividades contábeis e a população feminina é quem mais chama atenção, pois 37,63% delas atuam em outras áreas, enquanto que menos de 30% dos respondentes masculinos encontra-se atuando em campos diversos.

Todavia, percebe-se que dentre os egressos que desejam atuar na área pública, e sob o qual se observou que 37,79% manifestaram estarem dispostos a participar de processos seletivos voltados a cargos de natureza pública e que dos 65 indivíduos que revelaram tal interesse, mas apenas 36,92% efetivamente prestaram concurso e conseguiram ingressar na carreira pública.

Outro ponto a ser observado é que dentre os 172 egressos que responderam ao questionário, 5,10% atuam como auditores internos ou externos, o que acaba por revelar que poucos profissionais buscam se enquadrar nesse campo de atuação, que vem crescendo em virtude da expansão dos negócios e da necessidade de manutenção da credibilidade das instituições.

No estudo realizado por Carvalho, Silva e Holanda (2006), observou-se que 52% dos egressos tinham o interesse de atuar junto à área gerencial e 28% deles desejavam ingressar em atividades relacionadas à auditoria. Contudo, quando os egressos foram indagados com relação ao tipo de instituição em que se encontravam inseridos, observou-se que 20,22% da população trabalham em entidades públicas, conforme pode ser observado na Tabela 15.

Tabela 15 – Tipos de instituições na qual os egressos atuam

TIPO DE INSTITUIÇÃO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	%
Pública (concurso)	23	14	37	20,22
Escritório de contabilidade	13	20	33	18,03
Outro	11	20	31	16,94
Prestação de serviço	12	16	28	15,30
Economia mista	9	6	15	8,20
Não trabalho	4	9	13	7,10
Profissional autônomo	8	3	11	6,01
Empresa comercial	3	7	10	5,46
Indústria	2	3	5	2,73
TOTAL	85	98	183	100%

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Na pesquisa realizada por Nunes, Pfitscher e Alberton (2006), a atuação dos egressos

em instituições públicas e comerciais representam 20,69% cada uma, estando em segundo lugar no tipo de entidade na qual os egressos costumam exercer suas atividades profissionais. Observa-se ainda que 60,21% da população feminina atua predominantemente junto a escritórios de contabilidade, prestadoras de serviços e outros tipos de entidades, tais como: cooperativas de crédito, fundações de apoio, petrolíferas e instituições financeiras, dentre outras.

Nunes, Pfitscher e Alberton (2006) constataram, ainda, que os egressos atuam predominantemente junto a escritórios de contabilidade e outros tipos de entidades, o que representa 48,28% da população estudada, sendo o termo outros, considerado em relação à atuação junto à previdência complementar, cooperativas de crédito, bancos privados e sindicatos.

5.4 SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

Em se tratando da situação sócio-econômica dos respondentes, constatou-se que 92,73% deles já conseguiram um posicionamento no mercado de trabalho e 62,79% encontram-se trabalhando no campo de atuação profissional, como: assessores, consultores, tributaristas, auditores, peritos, dentre outros.

Observa-se ainda que 87,21% dos egressos possuem carga-horária semanal elevada, que varia entre 21 e 60 horas, fato esse que entra em consonância com um problema característico da área, e que se configura como uma das três maiores dificuldades vivenciadas pelos respondentes quanto do exercício da profissão, conforme pode ser visualizado no Gráfico 11.

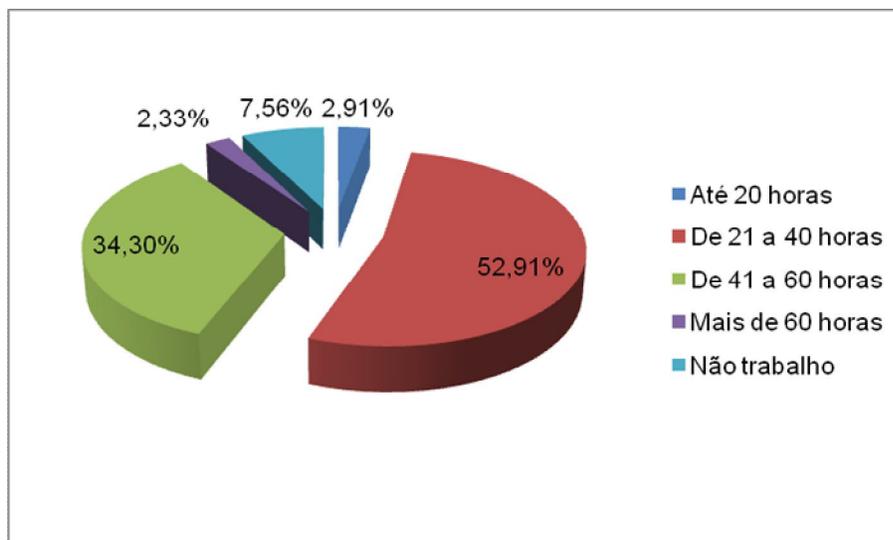


Gráfico 11 – Distribuição dos egressos quanto à carga-horária semanal
 Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Como 57,56% dos respondentes não chegaram a realizar qualquer tipo de curso de capacitação, graduação ou pós-graduação (*latu e/ou scricito sensu*), isso pode ser reflexo da carga-horária, já que com uma carga de trabalho elevada, os mesmos acabam tendo pouca ou quase nenhuma disponibilidade de tempo para ingressarem em projetos que vislumbre a sua potencial atualização profissional.

Relacionando essa questão da necessidade de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos nos cursos de graduação e as perspectivas de educação continuada, o estudo do CFC (1996) constatou que 75,76% dos profissionais da área consideram ser necessários aprofundar seus conhecimentos por meio da participação em eventos que propiciem isso, e que o fator da carga-horária pode acabar por impedir e/ou até mesmo impossibilitar que os mesmos alcancem esse tipo de objetivo.

Analisando a questão da renda mensal dos egressos, verificou-se que 62,79% deles possuem uma renda mensal que varia entre 3 e 6 salários mínimos, ou seja, de R\$ 1.245,00 a R\$ 2.490,00, uma faixa salarial considerada boa, levando-se em consideração a faixa salarial média do trabalhador brasileiro é de dois salários mínimos, ou seja, de R\$ 863,00 (IBGE, 2007), conforme pode ser verificado na Gráfico 12.

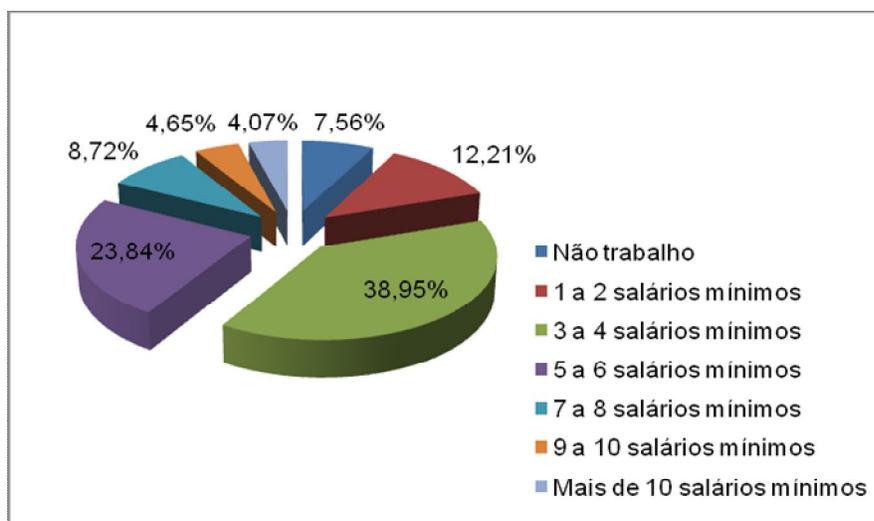


Gráfico 12 – Distribuição dos egressos quanto à renda mensal
 Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Percebe-se, ainda, que 17,44% dos respondentes possuem uma renda média mensal que se encontra acima dos 7 salários mínimos, o que corresponde a mais de R\$ 2.905,00, enquanto que 12,21% deles recebem entre 1 e 2 salários mínimos, e 7,56% nem sequer possuem renda.

No que diz respeito à renda média salarial mensal da população do gênero feminino, observa-se que 77,42% desses indivíduos recebem no máximo até quatro salários mínimos, o que corresponde a R\$ 1.660,00, enquanto que 63,29% dos indivíduos do gênero masculino recebem mais que as mulheres, ou seja, pelo menos cinco salários mínimos, o que representa R\$ 2.075,00, conforme pode ser visualizado na Tabela 16.

Tabela 16 – Renda mensal dos egressos por gênero

TIPO DE INSTITUIÇÃO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	%
Não trabalho	4	9	13	7,56
1 a 2 salários mínimos	3	18	21	12,21
3 a 4 salários mínimos	22	45	67	38,95
5 a 6 salários mínimos	28	13	41	23,84
7 a 8 salários mínimos	8	7	15	8,72
9 a 10 salários mínimos	7	1	8	4,65
Mais de 10 salários mínimos	7	0	7	4,07
TOTAL	79	93	172	100

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Contudo, o fato da população masculina ter obtido uma renda mais elevada que a feminina pode ser devido a sua predominância na classe contábil durante muitos anos que, de acordo com o CFC (1996), era predominantemente masculina e segundo os cadastros do CORCON/UFRN (2008) tem se modificado, verificando-se que com o passar dos anos há

uma correspondência entre gêneros masculino (57,42%) e feminino (42,58%).

Observa-se, ainda, que o piso dos profissionais da área contábil no Estado do RN é de R\$ 1.305,00, de acordo com as informações extraídas do Sindicato dos Contabilistas do Estado do RN (2008) e 13,20% dos respondentes possuem remuneração inferior ao estabelecido pela referida instituição, bem como que 44,65% deles possuem uma renda mensal que chega a ser 59% maior que a dos demais, excluindo os que não trabalham nem possuem qualquer tipo de remuneração.

Além dos fatores já enumerados, cabe frisar a questão da proficiência em idiomas, tais como o inglês e o espanhol, sob o qual se observou que os respondentes apresentam dificuldades de lidar com a leitura, fala, compreensão e escrita desses idiomas. Constatou-se ainda que a maioria dos respondentes possui pouco ou quase nenhum conhecimento sobre essas línguas, e analisando, em especial a proficiência de idiomas em inglês, verificou-se que 44,19% deles não sabe ou não lêem em inglês, conforme pode ser visualizado no Gráfico 13.

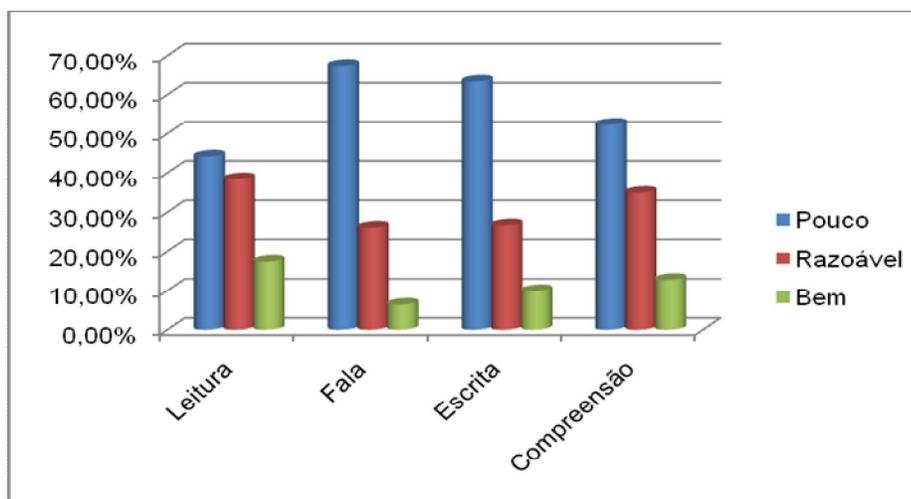


Gráfico 13 – Distribuição dos egressos quanto à proficiência em idiomas (inglês)

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Ao analisar a questão da leitura, percebe-se que os egressos se sobressaem nesse item se comparado com a fala, escrita e compreensão do inglês, fato esse que pode ter ocorrido em virtude da necessidade de acompanhar as mudanças em relação às normas, que vem exigindo dos profissionais da área, conhecimento de idiomas estrangeiros, para que os mesmos possam proceder à leitura das normas do *International Accounting Standards Board* (IASB) e vislumbrar a possibilidade de harmonização das normas contábeis brasileiras as normas internacionais, conforme trata Niyama (2005).

Em se tratando do espanhol, que representa a segunda língua mais falada no mundo,

principalmente nas Américas, observou-se que os respondentes pouco falam, lêem, escrevem ou compreendem essa língua, conforme pode ser analisado no Gráfico 14.

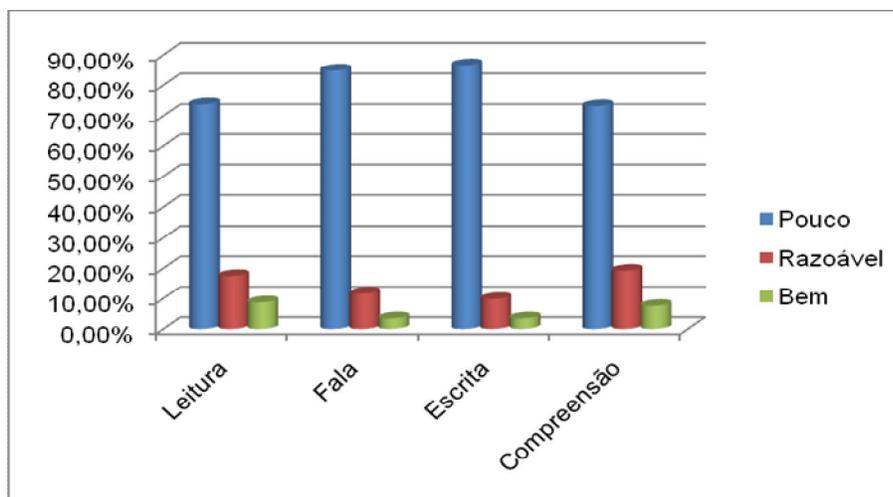


Gráfico 14 – Distribuição dos egressos quanto à proficiência em idiomas (espanhol)
Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Observa-se ainda que embora o espanhol configure-se como um idioma que possui alguns cognatos em relação ao português, e que permitam uma melhor compreensão, leitura, fala e escrita do que o inglês, a situação dos respondentes em relação a esse idioma também mostra-se desanimadora, visto que, menos de 4% deles, sabem falar ou escrever em espanhol, bem como 9% lêem ou compreendem o idioma de forma satisfatória.

Esses fatores atrelados a falta de uma disciplina que estimule o contato com as normas do IASB, bem como de outros órgãos internacionais, acabam por deixar os respondentes alheios a proficiências em idiomas. Todavia, com a inserção do MEC da Resolução nº. 10/2004, os estudantes estão tendo a oportunidade de conhecer como a contabilidade se comporta em outros continentes, despertando neles a curiosidade e o interesse em pesquisar sobre o assunto e se aperfeiçoarem na área internacional.

5.5 ANÁLISE DE ESTATÍSTICA

Ao analisar as informações pertinentes aos dados pessoais, formação acadêmica, atuação profissional e situação sócio-econômica dos respondentes do questionário, buscou-se analisar o nível de correlação entre algumas das variáveis abordadas, com o propósito de observar qual a relação existente entre as respostas obtidas, sob o qual fez-se necessário

utilizar algumas ferramentas do EXCEL.

Na primeira análise de correlação, buscou-se verificar se há correlação entre a variável renda média mensal e os dados pessoais, como: gênero, ano de formação, faixa etária, estado civil e número de dependentes. A análise demonstrou que há correlação entre as variáveis, conforme demonstrado na Tabela 17.

Tabela 17 – Correlação entre a Renda média mensal e os dados pessoais

VARIÁVEIS RELACIONADAS	CORRELAÇÃO
Renda média mensal x Gênero	- 0,3671
Renda média mensal x Ano de formação	- 0,3267
Renda média mensal x Faixa etária	0,3313
Renda média mensal x Estado civil	0,2026
Renda média mensal x Número de dependentes	0,2702

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Diante das observações constantes na Tabela 17, percebe-se que há uma correlação positiva da renda com a variável faixa etária, estado civil e número de dependentes, embora as mesmas não sejam muito fortes, mas sinalizam que a medida em que a renda vai aumentando os egressos são mais velhos, ou possuem um maior tempo de experiência, bem como que estão mudando seu estado civil, saindo da categoria de solteiro para a de casado e aumentando o número de dependentes (filhos).

Já no que diz respeito à percepção sobre relações existentes entre a renda média mensal com o gênero e ano de formação, observa-se que não há correlação entre a renda, o gênero dos egressos (masculino e feminino) e o ano de formação (2003 a 2007), embora o mesmo não se configure como um fator decisivo.

Analisando-se ainda o fator renda, observa-se que o mesmo possui correlação com outros itens tais como formação adicional e carga-horária mensal, ou seja, à medida que a renda média dos respondentes aumenta percebe-se que está aumentando a quantidade de outros cursos realizados, sejam eles no nível de capacitação, graduação ou pós-graduação (*latu sensu* ou *scripto sensu*) indicando que o nível de formação e sua continuidade contribuem para o aumento da renda. Quanto à questão da carga-horária, percebe-se que há uma correlação média e que ao passo em que se aumenta a renda, a carga-horária também aumenta o que reflete nas principais dificuldades que os egressos levantaram ao se inserirem no campo de atuação profissional, conforme consta na Tabela 18.

Tabela 18 – Correlação entre a renda média mensal e outros itens

VARIÁVEIS RELACIONADAS	CORRELAÇÃO
Renda média mensal x Formação adicional	0,3923
Renda média mensal x Mercado de trabalho	- 0,5293
Renda média mensal x Campo de atuação	- 0,1467
Renda média mensal x Carga-horária semanal	0,5151

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Observa-se, ainda, com a Tabela 18, que a renda média não está correlacionada com a posição dos egressos no mercado de trabalho e no seu respectivo campo de atuação profissional, sinalizando que o fato dos egressos configurarem-se como empregado, empregador ou autônomo não se encontra relacionado com a renda. Além disso, observa-se ainda que o campo de atuação profissional seja na área pública ou privada não se encontra correlacionado com a renda dos egressos, o que demonstra que seja qual for à atividade exercida, a renda não será influenciada de forma direta, mas sim com uma formação adicional e a disponibilidade de tempo dedicada à atividade.

Analisando-se a correlação existente entre o exercício profissional e outros itens, percebe-se que sua relação com o mercado de trabalho, campo de atuação, está trabalhando na mesma empresa desde a época de estagiário, bem como as dificuldades encontradas no exercício da profissão estão correlacionadas positivamente, conforme pode ser verificado na Tabela 19.

Tabela 19 – Correlação entre o exercício profissional e outros itens

VARIÁVEIS RELACIONADAS	CORRELAÇÃO
Exercício profissional x Mercado de trabalho	0,4227
Exercício profissional x Campo de atuação	0,7049
Exercício profissional x Trabalhar na mesma empresa que estava antes de se formar	0,3023
Exercício profissional x Dificuldades do exercício profissional	0,3614

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Ainda, de acordo com a Tabela 19, percebe-se que há um maior destaque para a correlação existente entre o exercício profissional e o campo de atuação, já que para 62,79% dos egressos atuam realizando atividades de natureza contábil, o que acaba por justificar a forte relação entre tais itens. Por sua vez, outra correlação que merece ênfase diz respeito ao exercício profissional e as dificuldades encontradas, a maior parte dos egressos encontra-se inserida no campo de atuação, sendo assim, os mesmos estão mais suscetíveis a vivenciarem as dificuldades pertinentes ao campo de atuação profissional.

Ao se verificar a correlação entre o posicionamento dos egressos no mercado de

trabalho com o campo de atuação profissional, tipo de instituição em que trabalha, está atuando na mesma empresa em que estava durante o curso e a carga horária, observa-se que há uma correlação positiva, a exceção da carga-horária que não possui correlação, como pode ser constatado na Tabela 20.

Tabela 20 – Correlação entre o posicionamento no mercado de trabalho e outros itens

VARIÁVEIS RELACIONADAS	CORRELAÇÃO
Mercado de trabalho x Campo de atuação	0,2137
Mercado de trabalho x Tipo de instituição em que trabalha	0,3340
Mercado de trabalho x Trabalhar na mesma empresa que estava antes de se formar	0,6071
Mercado de trabalho x Carga-horária	- 0,6784

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Observa-se, ainda, na Tabela 20, que o posicionamento no mercado com o fato de já está trabalhando na empresa durante a realização do curso é fortemente correlacionado, e que muitas das empresas que estabelecem contratos com os estagiários acabam por os efetivarem quando do término do curso, devido ao fato de esse indivíduo já possuir experiência profissional.

Contudo, o posicionamento dos egressos no mercado de trabalho e respectivo campo de atuação configuram-se ainda como uma correlação positiva, tendo em vista que esteja o mesmo como empregado, empregador ou autônomo, o profissional contábil devidamente habilitado, acaba por ter condições de atuar como assessor contábil, auditor, perito, professor, dentre outros.

Com o propósito de ratificar as informações coletadas, bem como estabelecer uma equação matemática que seja capaz de descrever o relacionamento existente entre as variáveis, construiu-se a seguinte modelo:

$$Y_i = 3,27 - 0,58G - 0,12AF + 0,15FE + 0,18NC - 0,21MT - 0,07IT + 0,43CH \quad (3)$$

Com a construção da equação matemática, observa-se que o R-quadrado (R^2) possui um valor de 0,6150, denotando que 61,50% da determinação da renda média mensal dos respondentes podem ser explicadas através das variáveis inseridas na composição do modelo, ou seja, que para cada R\$ 100,00 de aumento na renda a equação consegue justificar R\$ 61,50.

Com o teste F-estatístico (37,43) que demonstra se as variáveis estimadas são ou não

estatisticamente significativas, constatou-se que o F-calculado é maior que o F-tabelado (2,79) para um grau 7 de liberdade no numerador e 171 no denominador, o que induz a compreensão de que os coeficientes são estatisticamente significantes, fato esse também comprovado pela pequena probabilidade do teste F de significação (5,90E-31).

5.6 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Com a análise das respostas obtidas no questionário, procedeu-se com a realização da segunda etapa do estudo, que consistiu na análise de conteúdo, baseada na verificação das expressões-chaves ditas pelos egressos nas entrevistas. Esse procedimento foi possível com a utilização do Microsoft WORD (versão Office 2007), no qual se procurou identificar os elementos relacionados aos problemas evidenciados pelos egressos com o campo de atuação, os pontos positivos dados pela formação na UFRN e as lacunas formativas deixadas pelo PPP.

Além disso, fez-se necessário organizar um dicionário de significados para cada um dos questionamentos realizados, com o intuito de propiciar as contagens e análises de cada um dos discursos obtidos dos respondentes com as entrevistas, conforme pode ser observado no Quadro 1.

SIGNIFICADOS	PROBLEMAS EXPLICITADOS
Muita teoria	Disciplinas com muito embasamento teórico. Pouca ou quase nenhuma discussão prática.
Frustração	Dificuldade de relacionar a teoria aprendida com a prática profissional.
Necessidade de estágio	Escolher um campo de atuação. Experiência para atuação profissional. Aprendizado sobre as atividades burocráticas da profissão.
Busca por novos conhecimentos	Valorizar as disciplinas de outras áreas. Aprender sobre a aplicação de <i>software</i> contábeis. Ler material técnico.
Mudanças no PPP	Inserção de disciplinas práticas. Explorar mais os conteúdos. Inserir variáveis de mercado. Realização de estudos de casos.
Outras	Disciplinas desnecessárias. Preparação para concurso.

Quadro 1 – Relação entre a formação recebida na universidade e a prática (Pergunta 1 – Apêndice B)

Fonte: Elaboração própria.

O dicionário de significados desenvolvido e apresentado no Quadro 1 foi elaborado com base nas respostas obtidas com a entrevista semi-estruturada, cujo objetivo consistiu em verificar qual a opinião deles sobre a formação recebida na universidade e a sua relação com a prática vivenciada no campo de atuação profissional.

O referido questionamento entra em acordo com a opinião de Oliveira (2002), quanto à necessidade de formação de profissionais com conhecimentos que sejam capazes de auxiliá-

los no desenvolvimento de suas atividades, de modo a permitir utilizar todo o conhecimento adquirido em sala de aula na resolução de situações-problemas. Procedeu-se ainda com a elaboração de mais um dicionário de significados, constituído com base no segundo questionamento realizado na entrevista, como pode ser visualizado no Quadro 2.

SIGNIFICADOS	PROBLEMAS EXPLICITADOS
Credibilidade da IES	Boa avaliação pelo MEC. Melhor IES do Estado. Boa grade curricular. Oferecer ensino de qualidade.
Corpo docente	Professores responsáveis. Professores bem qualificados (mestres). Incentivo ao estudo. Incentivo a pesquisa. Conteúdos bem ministrados.
Aceitação pelo mercado	Valorização do currículo. Diploma como referência. Reconhecimento do esforço de seus alunos. Diferencial em processo seletivo. Oportunidades de contratação.
Corpo discente	Alunos pensantes. Busca por conhecimento. Independência do aluno em aprender.
Outras	Novas amizades. Crescimento pessoal. Ensino gratuito. Possibilidade de ingresso em cursos de pós-graduação.

Quadro 2 – Relação entre as características positivas que a sua formação na UFRN trouxe para o seu desenvolvimento acadêmico e sua conseqüente atuação profissional (Pergunta 2 – Apêndice B)

Fonte: Elaboração própria.

O dicionário apresentado no Quadro 2 foi elaborado com o propósito de constatar a opinião do egresso sobre as características positivas que a sua formação na UFRN pode trazer para o desenvolvimento acadêmico e a atuação profissional. Por sua vez, conforme trata Moreira (2003), as IES têm o propósito de oferecer um ensino de qualidade, que permita aos discentes angariar conhecimentos que os auxiliem no processo de ensino-aprendizagem.

Ainda fez-se necessário constituir mais um dicionário de significados para a análise do terceiro questionamento realizado na entrevista, como pode ser observado no Quadro 3.

SIGNIFICADOS	PROBLEMAS EXPLICITADOS
Preparação prática	Não correspondência entre teoria e prática. Contato prévio com as variáveis do dia-a-dia. Necessidade de auxílio de profissionais mais experientes. Falta de preparação para atividades acadêmicas.
Atividades burocráticas	Declarações que devem ser emitidas para a Receita Federal, para o Estado e o Município. Certidões negativas. Abertura e encerramento de empresas. Setor fiscal. Setor pessoal. Apuração de impostos.
Software atualizados	Conhecimento sobre o software mais adotados no mercado. Contato com software contábeis. Falta de atividades realizadas em laboratório.
Conhecimento sobre áreas diversas	Contabilidade pública. Métodos quantitativos. Contabilidade internacional. Gestão de projetos. Impostos. Cálculos trabalhistas. Dotação orçamentária.
Outras	Não se aprende nada. Pouco incentivo ao exercício da profissão. Não prepara para o exercício da profissão. Falta de ênfase no contador de antigamente.

Quadro 3 – Lacunas formativas deixadas pela estrutura curricular do curso, percebidas quando inseridos no campo de atuação (Pergunta 3 – Apêndice B)

Fonte: Elaboração própria.

O terceiro e último dicionário de significados constante no Quadro 3 foi organizado com o intuito de verificar quais as respostas dadas pelos egressos quanto as lacunas

formativas deixadas pela estrutura curricular do curso, que foram percebidas quando inseridos no campo de atuação.

O referido questionamento se justifica, conforme trata Veiga (2004) quanto à necessidade de construção e reconstrução de PPP que possam atender de forma satisfatória as demandas profissionais a serem exigidas pela sociedade no futuro, englobando questões que permitam uma maior integração entre as demandas advindas do campo de atuação e as atividades desenvolvidas em sala.

Por sua vez, a construção dos referidos dicionários observou a intenção de cada uma das indagações realizadas com a entrevista e a conseqüente resposta obtida, tendo em vista levantar os pontos pertinentes à formação acadêmica recebida da UFRN, o campo de atuação profissional, bem como dos problemas advindos da estrutura curricular e do PPP do curso de graduação em Ciências Contábeis. Contudo, cabe frisar que os percentuais serão calculados levando em consideração o total de motivos explicitados pelos egressos em cada um dos questionamentos e não a partir do número de participantes da entrevista.

Com a realização da análise de conteúdo, constatou-se que 28,89% dos motivos que chamam a atenção em relação à formação centram-se na percepção quanto à inserção de mais atividades de natureza teórica do que prática, com a exposição de conteúdos teóricos e poucas atividades que propiciem vivenciar as necessidades do campo de atuação, conforme pode ser observado na Tabela 21.

Tabela 21 – Motivos relacionados pelos egressos quanto às dificuldades da formação inicial e o enfrentamento da prática profissional

MOTIVOS	Nº.	%
Muita teoria	26	28,89
Necessidade de estágio	19	21,11
Mudanças no PPP	16	17,78
Frustração	15	16,67
Busca por novos conhecimentos	10	11,11
Outras	4	4,44
TOTAL	90	100

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Dentre a lista de motivos explicitados pelos respondentes quanto à formação inicial e a prática profissional, os egressos afirmaram que o curso é teórico, e isso se deve a busca dos profissionais da área docente por elementos que possam propiciar um diferencial em relação à atividade do técnico em contabilidade.

Fato esse que corrobora com as determinações da LDB nº. 9.394/1996, que previa a

inclusão de apenas uma disciplina de Estágio Supervisionado, que prima pela atividade prática, sendo a mesma configurada no último semestre do curso e que de acordo com o PPP centrava-se na constituição e movimentação de uma empresa comercial, industrial e/ou de serviços.

Por sua vez, além da busca pelo diferencial, outro ponto que merece destaque é a questão dos afastamentos concedidos para alguns dos docentes para se atualizarem e participarem de cursos de pós-graduação que possibilitem a obtenção do título de mestre e/ou doutor, cursos esses autorizados pela CAPES (2008), bem como para executarem atividades administrativas dentro e fora da IES.

Com o afastamento de alguns dos docentes e com o retorno de outros, percebeu-se que houve uma mudança quanto às perspectivas de formação dos egressos, no qual se passaram a valorizar as atividades de pesquisa e a capacidade crítico-analítico em solucionar problemas, que de acordo com Moraes (2005) deve permitir adequar os conhecimentos teóricos aprendidos em sala de aula com os problemas práticos da profissão.

A constatação dos egressos, quanto à predominância de atividades teóricas, pode ter ocorrido em virtude da forma como foi construído o PPP do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN, uma vez que o mesmo só previa o desenvolvimento da disciplina de Estágio Supervisionado no último período do curso, o que acabava estimulando os estudantes a buscar por meio de estágios, condições que pudessem propiciar sua aprendizagem prática.

Todavia, com a substituição do antigo PPP pelo atual, que contempla um maior número de disciplinas na área governamental, assim como do âmbito financeiro e internacional, constituído sob as perspectivas da Resolução nº. 10/2004 emitida pelo MEC, os estudantes passariam a ter contato com atividades práticas mais cedo, através da inserção de disciplinas que previssem a realização de atividades executadas na prática profissional, de modo a desenvolver mais adequadamente os conteúdos ministrados em sala de aula, bem como permitir uma maior integração entre a teoria e a vivência do campo de atuação.

Cabe destacar, ainda, a fala do entrevistado número 18, que observa o problema do excessivo embasamento teórico dado pelo curso, ao afirmar que:

[...] eu acho que a faculdade é muito teórica, [...], você tem que ir para um escritório de contabilidade [...], lá você aprende as coisas, aprende a fazer declaração, aprende a fazer lançamento, aprende o fiscal, porque na faculdade você não vê o fiscal e nem o pessoal, só aprende a fazer o débito, crédito e histórico, pronto, só isso.

Tudo isso mostra que embora, o PPP sob o qual os egressos receberam a sua

formação não possua atividades que propiciem a prática, acaba por induzir os discentes a ingressarem no campo de atuação com o intuito de conhecer algumas das atividades práticas (burocráticas). Cabe frisar, ainda, a necessidade de formulação ou até de re-formulação dos currículos e PPP, de modo a permitir uma maior interação entre a universidade e as necessidades do campo de atuação profissional, não bastando apenas à mudança de nomes das disciplinas ou ementas, mas construindo um currículo que permita a interdisciplinaridade dos conteúdos, bem como um *link* com as atividades práticas.

Essa necessidade de formulação e/ou reformulação dos currículos e PPP dos cursos de graduação mostra-se como uma necessidade constante para que possa haver uma melhoria na qualidade do ensino a ser oferecido aos estudantes, de modo a aproximar as discussões teóricas às atividades executadas no campo de atuação, conforme preceitua as determinações do MEC e as perspectivas curriculares apresentadas por Veiga (2004).

Outro ponto levantado pelos egressos quanto à formação inicial e a prática profissional relaciona-se com a inserção no campo de atuação desde cedo, logo nos primeiros períodos do curso, através da realização de estágios em escritórios de contabilidade e/ou entidades públicas, motivo esse mencionado em 21,11% dos casos. Além disso, os próprios egressos sugerem aos discentes do curso, que já comecem a analisar qual a área que lhe desperta maior interesse, para com isso escolher adequadamente o campo de atuação profissional que deseja se inserir, uma vez que a organização dos componentes curriculares acaba por não permitir aos mesmos conhecerem as peculiaridades de cada área.

Contudo, esse fato se deve as necessidades percebidas pelos egressos em relação a uma formação prática, durante a realização do curso, o que acaba por justificar o posicionamento de 27,91% dos egressos que responderam ao questionário e que enumeraram esse item como uma das principais dificuldades encontradas por eles quando do exercício profissional. Como pode ser observado no discurso do entrevistado número 17, ao tratar da necessidade de se buscar um estágio e escolher logo uma área de atuação, de forma a adquirir experiência profissional:

[...] é importante que todo estudante faça um estágio na área de contabilidade, vá para escritório, vá escolhendo um ramo da contabilidade para você fazer um estágio, porque quando você termina, sem você fazer nada de estágio, é muito difícil de você não vai conseguir um trabalho sem experiência.

A inserção no campo de atuação desde o começo do curso acaba por proporcionar o conhecimento das atividades práticas e burocráticas existentes no campo de atuação

profissional do contador, de forma a complementar os conhecimentos teóricos apresentados e discutidos em sala de aula, bem como a desejada experiência com a prática profissional, exigida pelo mercado para contratação.

Contudo, conforme trata Carvalho, Silva e Holanda (2006) a ausência de conteúdos que visem proporcionar a inserção de atividades práticas em sala de aula tem aumentado o número de profissionais sem preparo, o que acaba por culminar no processo de desvalorização da classe diante da sociedade, conforme ponto levantado pelos egressos quando da aplicação do questionário, no qual 56,97% entendem que essa é uma das maiores dificuldades encontradas quando do exercício profissional.

Constatou-se, ainda, dentre as respostas obtidas que 16,67% dos motivos explicitados quanto à formação inicial e a prática profissional recaem no desenvolvimento de um sentimento de frustração em relação ao curso. Como os mesmos não tiveram disciplinas que proporcionassem uma maior aproximação em relação ao campo de atuação, eles acabaram por encontrar dificuldades em relacionar o conteúdo aprendido em sala de aula, à vivência profissional. Conforme pode ser verificado no discurso do entrevistado número 11, ao afirmar que você só aprende contabilidade quando vai para o exercício da profissional:

[...] que se puder arranjar um estágio em um escritório contábil comercial no início do curso que assim faça, pois o curso de ciências contábeis é só 30% do que se aprende o restante é na prática, e essa dica também serve para quem pensa em atuar na contabilidade pública.

Isso mostra que embora os estudantes se esforcem para aprender os conteúdos ministrados em sala de aula, os mesmos devem se mostrar cada vez mais ativos, buscando em livros, materiais correlatos ou até mesmo em estágios, a complementação necessária para o exercício da profissão.

Diante disso, e das constatações advindas com a aplicação do questionário, percebeu-se que 96,51% dos egressos buscaram se inserir no campo de atuação profissional mediante a realização de estágios durante a realização do curso, com o propósito de conhecer quais as atividades que são exercidas no campo de atuação, bem como procurar suprir suas carências em relação às atividades práticas.

Em se tratando da formação inicial e a prática profissional, observou-se que dentre os motivos enumerados, 17,78% estão relacionados às necessidades de mudanças no PPP, o que demonstra que os egressos continuam interessados em voltar à universidade e conhecer os conteúdos sugeridos pelo MEC. Fato esse que pode ocorrer em virtude da possibilidade de re-

ingresso do aluno ao curso, de forma a lhe permitir atualizar-se e obter melhores condições de atuação profissional.

Conforme trata Dutra (2003), as mudanças nos PPP são necessárias para que se possa flexibilizar os conteúdos desenvolvidos em sala de aula as mudanças conjunturais sofridas pela sociedade, de modo a permitir o adequado desenvolvimento das habilidades e competências necessárias à formação sócio-profissional dos discentes.

No que diz respeito às mudanças ocorridas no PPP, com o intuito de melhorar o ensino oferecido, constatou-se com a entrevista número 17 que:

[...] no começo você vai vendo algumas disciplinas que não tem muito a vê com o que você vai fazer no futuro, só que houve essa mudança curricular agora que vai ajudar bastante, para você já começar mais ou menos em uma teoria mais concreta do que você realmente vai vê na profissão quando você terminar o curso [...]

O posicionamento do entrevistado acaba confirmando a necessidade de atualização do PPP, de forma a possibilitar que os discentes do curso estejam em sintonia com o perfil profissional exigido pelo campo de atuação, de modo a melhorar a formação acadêmica e valorizar os conteúdos que devem ser ministrados em sala de aula pelos docentes.

Outra preocupação dos respondentes diz respeito à busca por novos conhecimentos, no qual se observa que 11,11% dos motivos enumerados, quanto à opinião que seria dada aos estudantes do curso em relação à formação, constatou-se que todas as disciplinas e conteúdos ministrados em sala devem ser trabalhados de modo a transmitir os conhecimentos necessários para a atuação e se sintam estimulados a buscarem meios que lhes possibilitem angariar novos conhecimentos, como mencionado pelo respondente número 5, que:

[...] em todas as disciplinas eles se interessassem, porque aqueles que você acha que não vai usar nunca na vida, mas que na verdade no final você necessita de cada uma delas, se interesse por todas, principalmente por estatística, porque a gente acha que estatística nunca vai vê na vida, mas cai no concurso da receita, então estude, estude, estude.

Face ao exposto, percebe-se que há disciplinas e conteúdos que aparentemente podem não trazer contribuições para a formação acadêmica do egresso, mas que na verdade buscam auxiliar o processo formativo, como acontece com as disciplinas ministradas por profissionais de outras áreas de conhecimento, como Sociologia, Economia, Cálculo, Estatística.

Conforme preceitua a Resolução do MEC/CNE nº. 10/2004, as disciplinas

ministradas por outras áreas do conhecimento visam auxiliar os estudantes na sua formação cidadã, permitindo a inserção das variáveis de mercado e fazendo com que os mesmos possam saber se relacionar com o contexto no qual se encontram, bem como a sua potencial utilização na prestação de processos seletivos voltados a carreira pública, que se configuram como um dos campos de atuação no qual os egressos costumam se dedicar quando concluem o curso de graduação.

Quando os entrevistados foram indagados sobre as características positivas percebidas por eles em relação à UFRN, observou-se que 36,23% das respostas dadas, encontravam-se relacionadas à formação do corpo docente da IES, como pode ser observado na Tabela 22.

Tabela 22 – Motivos relacionados às características positivas da UFRN

MOTIVOS	Nº.	%
Corpo docente	25	36,23
Aceitação pelo mercado	20	28,99
Credibilidade da IES	15	21,74
Outras	5	7,25
Corpo discente	4	5,80
TOTAL	69	100

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Os egressos devem ter dado destaque à formação do corpo docente devido à política da instituição em conceder bolsas e oportunidades aos seus docentes para buscarem por cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado acadêmicos), bem como devido à inserção do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB/UFPB/UFRN, que de acordo com a CAPES (2008), começou a funcionar na Região Nordeste no ano de 2001, possibilitando assim à qualificação profissional requerida a formação do corpo docente de uma IES, que no caso da UFRN atendeu a 43,33% dos 30 docentes do curso. Como pode ser observado no discurso do entrevistado número 24:

[...] os professores que também, assim, seriam mestrandos, uma boa parte, ou então estão buscando uma melhoria na sua qualificação profissional ou algum projeto nesse sentido [...]

Com a qualificação do corpo docente percebeu-se ainda uma mudança em sua sensibilidade, em relação aos conteúdos programáticos do curso, no qual se passou a inserir atividades de cunho científico, estimulando os seus alunos a adquirirem senso crítico. Cabe destacar ainda que os docentes adotam meios que possibilitam a propagação das atividades de

pesquisa entre os alunos, como ocorreu com a inserção da Base de Pesquisa em Controladoria e Gestão da Tecnologia da Informação, no ano de 2003, criada com o propósito de permitir aos estudantes do curso desenvolverem atividades científicas. Como pode ser observado na fala do entrevistado número 30:

A UFRN é sem dúvida nenhuma um referencial, são diversas as vantagens de uma formação na Universidade Federal, eu diria que já é um diferencial para o mercado de trabalho, o aprofundamento na área científica nos proporciona mais segurança e a certeza de que somos capazes de criar, desenvolver, qualquer projeto ou ação profissional.

Tudo isso demonstra o compromisso dos docentes com a academia, influenciando os alunos a estudar cada vez mais e a buscarem não só nas salas de aula o conhecimento necessário para a aprendizagem, o que acaba por permitir que os conteúdos programáticos sejam ministrados de forma a atender ao papel da universidade, que, de acordo com Almeida (2000a), deve englobar atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Diante disso, Jalbert (2008) afirma que as universidades devem propiciar condições que permitam equilibrar a relação entre ensino e pesquisa, de modo a qualificar a instituição, bem como satisfazer aos anseios dos estudantes por experiências que os auxiliem no desenvolvimento de suas habilidades e competências, bem como na escolha de seu campo de atuação profissional.

Além disso, cabe destacar a confirmação dada por esse questionamento quanto aos motivos enumerados pelos egressos em relação à escolha da UFRN como instituição que pudesse promover sua formação acadêmica, constatou-se que 23,84% deles entenderam que a preferência por ingressarem nessa IES se deu em decorrência da sua percepção sobre a composição do corpo docente.

Outra característica enumerada pelos respondentes volta-se a questão de aceitação do diploma pelo mercado, motivo esse enumerado em 28,99% dos casos, o que acaba por incorrer na possibilidade de valorização dos currículos dos alunos formados pela UFRN, que visam oferecer um ensino gratuito e de qualidade, o que confirma o posicionamento dos mesmos em relação ao questionário, no qual se constatou que 53,49% dos respondentes compreendem que a obtenção de um diploma em uma IES como a UFRN, pode os auxiliar no processo de inserção no campo de atuação.

Contudo, o fato dos alunos que ingressam na instituição já terem passado por um processo seletivo para entrarem na universidade, acaba por valorizar o diploma dos alunos que obtiveram a sua formação, devido à possibilidade de reconhecimento do esforço

empreendido pelos discentes para a obtenção do título de bacharel. Conforme se constata no discurso do entrevistado número 13:

Uma característica super positiva já é o fato de concluir um curso de graduação na Universidade Federal, com isso vem o reconhecimento do seu esforço e uma valorização do seu currículo.

Além disso, a formação na UFRN possibilita aos egressos um diferencial em processos seletivos de empresas, que ao perceberem que o candidato teve a oportunidade de formar-se em uma instituição como essa, acaba por enxergá-lo como um profissional com aspectos qualitativos que os auxiliem a desenvolver habilidades e competências do campo de atuação.

Dentre as características positivas da formação na UFRN, 21,74% dos motivos estão relacionados à credibilidade da IES, haja vista que a mesma possui uma boa avaliação perante o MEC, com conceito 5 no último ENADE, realizado no ano de 2006 junto aos alunos dos primeiros e últimos períodos do curso, o que mostra o empenho e compromisso dos discentes e docentes com o ensino. Como pode ser constatado no discurso do respondente número 16:

[...] a universidade possui um bom conceito diante da sociedade; o curso de Ciências Contábeis da UFRN apresentou, durante os últimos anos, uma ótima avaliação do MEC.

Conforme preceitua o PPP (2007), a credibilidade da UFRN também está condicionada a formação dada aos seus egressos, que procuram manterem-se atentas as alterações propostas pelo MEC, de modo a gerenciar os conteúdos a serem ministrados em sala de aula, bem como organizar adequadamente a grade curricular e o PPP do curso.

Contudo, outra característica positiva observada com a entrevista aos discentes é que, dentre os motivos enumerado pelos respondentes, 5,8% demonstram ter uma postura mais atuante quanto à busca por conhecimento, procurando angariar todas as informações necessárias a sua formação, mesmo que as condições que o circundam lhes sugira agir de uma forma diferenciada. Conforme sinaliza o entrevistado número 7:

[...], a gente percebe que os estudantes de uma instituição pública embora não tenham a estrutura física necessária para o desenvolvimento do seu trabalho, mas ele é muito independente, no sentido de que ele vai atrás de livros, ele corre atrás, ele mesmo vai buscar seu conhecimento mesmo que os professores não exerçam o seu trabalho com tanta veemência como ele deveria [...], ele vai atrás, ele sempre procura aprender o melhor, para que depois que estiver no mercado, desenvolver o melhor.

Todavia, cabe abrir um parêntese quanto a isso, uma vez que muitos dos discentes, devido as suas condições e necessidade de inserção no campo de atuação para se manterem ou prover sua família, acabam por esperarem mais dos professores do que buscarem pesquisar e procurar entender todos os aspectos que circundam os conteúdos ministrados em sala de aula, fato esse que entra em desacordo com os preceitos do MEC e o posicionamento de Trajano (1998).

Por sua vez, ainda dentre os motivos enumerados, constatou-se que 7,25% deles encontram-se voltados a aspectos pessoais, como ter a possibilidade de manter contato com indivíduos de outras áreas, bem como de constituírem laços de amizade e terem melhores oportunidades para ingressarem em cursos de pós-graduação.

No terceiro questionamento realizado na entrevista, que diz respeito às lacunas formativas deixadas pelo curso, constatou-se que 29,8% das respostas encontravam-se relacionadas à falta de conhecimentos sobre as atividades burocráticas, como pode ser observado na Tabela 23.

Tabela 23 – Motivos relacionados às lacunas formativas

MOTIVOS	Nº.	%
Atividades burocráticas	17	29,8
Conhecimento sobre áreas diversas	16	28,1
Preparação prática	11	19,3
Outras	8	14,0
Software atualizados	5	8,8
TOTAL	57	100

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

A falta de habilidades em lidar com atividades burocráticas pode evidenciar a ausência de disciplinas que pudessem estimular os estudantes a ter acesso a atividades práticas, e que propiciassem o conhecimento dos tipos de declarações mensais e anuais, necessárias para os órgãos da União, Estado e Município. Como constatado na entrevista número 8:

As brechas, ou seja, onde fiquei no começo perdida foi principalmente na questão de impostos, tipo como faz uma DIRF, DCTF, DARF (quando fazer, porque fazer...) ou mesmo os "programas" obrigatórios para declarações legais da prefeitura e receita federal. E também quanto à questão de folha de pagamento, pois na maioria das vezes é o contador quem calcula rescisão, horas-extras e etc.

Com a qualificação do corpo docente e a necessidade dos mesmos em tentar

transmitir o máximo de conhecimento aos seus alunos, atrelados a existência da necessidade de distinção entre a função do técnico em contabilidade e do bacharel, muitos dos conteúdos práticos do PPP, acabou por ser substituído por tópicos voltados a atividade gerencial, o que pode ter afastado o contador graduado das atividades burocráticas, e assumindo com isso uma postura mais científica e que, por sua vez, não deve anular a necessidade dos estudantes de nível superior em saber como preencher as guias de recolhimento, calcular impostos, abrir e fechar empresas, emitir certidões.

Isso demonstra que a inclusão de disciplinas de Contabilidade Intermediária I e II, bem como de Estágio Supervisionado em Contabilidade acabaram por não suprirem adequadamente os conhecimentos necessários para o desenvolvimento de suas atividades práticas. Contudo, esse fato possui perspectivas de solução com a inserção do novo PPP (2007), constituído sob as perspectivas do MEC, por meio da Resolução nº. 10/2004, que propõe a inclusão de disciplinas práticas de modo a permitir que os estudantes tenham uma noção de como se dá a vivência do campo de atuação.

A questão da inclusão de disciplinas práticas entra em acordo com um dos motivos enumerados pelos entrevistados quanto às lacunas formativas, tendo em vista que os mesmos mencionaram tal problema em 19,3% das situações, e esse fato culminou também com certo sentimento de frustração em relação ao campo de atuação. Conforme observado no discurso do entrevistado número 23:

[...] A falta de orientação para preparar o aluno para: Abrir e encerrar empresas; preencher as declarações dos diversos tipos de imposto nas esferas federal, estadual e municipal; e na área trabalhista, não vemos como preencher as CTPS, o livro de registro de empregados, preparo de rescisões, cálculos trabalhistas etc. Informações como RAIS, CAGED E GFIF eu só conheci na prática, pois na UFRN nunca ouvi falar.

Nesse contexto, Pires e Ott (2008) afirmam que os egressos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis devem no processo de ensino-aprendizagem compreender não apenas questões de ordem científica, mas de ordem técnica, social, econômica e financeira, permitindo que os profissionais da área possam exercer suas atividades relativas ao campo de atuação.

Outro fator se deu quanto ao conhecimento sobre áreas diversas, que abarcou 28,1% dos motivos enumerados pelos egressos quanto às lacunas formativas deixadas pelo curso, tais como a inclusão de um maior número de disciplinas que pudessem vivenciar conhecimentos na área pública, além de algumas outras relacionadas à Contabilidade

Internacional, Métodos Quantitativos, Gestão de Projetos, Impostos, Cálculos Trabalhistas, dentre outras. Como foi verificado com a entrevista número 29:

Bem, acredito que faltou uma disciplina de Gestão de Projetos. É perceptível que o mercado trabalha muito sob a ótica de projetos, cobrando do profissional de qualquer área a capacidade de liderar pessoas, traçar metas e apresentar resultados. Outra lacuna, na minha opinião, foi na área de contabilidade internacional, US GAAP, IFRS, harmonização, etc. Assunto muito comentado no mercado que deixou a desejar na formação da UFRN.

Contudo, com as modificações propostas pelo MEC para a organização da estrutura curricular dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, muitos dos conteúdos e disciplinas sugeridos pelos egressos já se encontram com perspectivas de se desenvolverem, haja vista sua inclusão no PPP (2007) do curso, que tem o propósito de incorporar disciplinas como: Introdução à Ciência Atuarial, Finanças Corporativas, Controladoria Empresarial, Controladoria Governamental e Auditoria Governamental. Tudo isso de modo a aproximar as perspectivas do campo de atuação e proporcionar aos estudantes um maior aprofundamento na área pública, que até então se resumia a existência de apenas duas disciplinas, Contabilidade Pública I e II, e que com o novo PPP contempla disciplinas de Controladoria e Auditoria Governamental. Fato esse comentado pelo entrevistado número 3:

[...] a parte de contabilidade pública também senti, achei que ficou a desejar a grade, é muito amplo e na minha época, só tive contabilidade pública I e II, achei um pouco insuficiente [...]

Conforme trata Mulatinho (2007), as alterações sugeridas pelo MEC para a composição dos currículos e PPP dos cursos de graduação em Ciências Contábeis encontram-se em acordo com o posicionamento da ONU, que garante aos estudantes uma formação que possa atender as perspectivas globais.

Um fator preocupante é que dentre as causas enumeradas como outras, 14% das situações levantadas pelos egressos em relação às lacunas formativas, observou a questão do pouco incentivo percebido por parte de alguns discentes quanto à inserção do campo de atuação, fato esse que entra em acordo com 61,05% dos egressos que responderam ao questionário que trabalham em outras áreas além da contábil.

Essa constatação torna-se curiosa, quanto à qualificação dos docentes relacionadas a uma estrutura que promova o ensino-aprendizagem de forma satisfatória deve estimular os discentes para a atuação profissional. Contudo, essa lacuna pode ter sido apontada devido à

percepção de alguns deles quanto à ausência de professores que foram afastados para realizarem seus respectivos cursos de pós-graduação, conforme preceitua as perspectivas formativas da UFRN. Conforme tratado pelo entrevistado número 20:

Percebi que a UFRN deixou a desejar quando não tive um maior incentivo a exercer a prática contábil, pois não existia disciplinas que preparasse o futuro contador a sair com a prática suficiente para abrir o seu próprio escritório de contabilidade.

Ainda, dentre os motivos enumerados pelos entrevistados, constatou-se que 8,8% deles encontram-se voltados ao problema com a utilização de programas contábeis, embora haja uma disciplina na grade curricular voltada a aplicação de *Softwares* Contábeis, que é em laboratórios de informática e por docentes que não o utilizam no exercício de sua atividade profissional, o que acaba por atrasar e até mesmo prejudicar o andamento da disciplina, bem como o processo de ensino-aprendizagem dos discentes com o manuseio dos programas. Como evidenciado no discurso do entrevistado número 6:

Sistemas corporativos que vi muita defasagem, não estavam autorizados legalmente, hoje não, isso há cinco anos, mas hoje em dia já existem muitas empresas voltadas para, questão de leis atualizadas, os programas já estão voltados, mas na época que fiz o utilizado para o nosso estágio foi um pouco frustrante e eu aprendi mesmo na prática [...]

Além disso, observa-se a necessidade de que haja consonância entre os programas utilizados em laboratório e o adotado pelo campo de atuação, o qual poderia se valer de projetos de extensão que propiciassem aos representantes dos programas para os introduzirem no curso, bem como treinar os discentes para a sua utilização, uma vez que os estudantes que desejem atuar já iriam conhecer como funciona o programa e com seu egresso da universidade, teria a possibilidade de adotar em sua atividade profissional o programa visto em laboratório.

Nesse contexto, Leite e Santoro (2003) afirmam que, com as inovações tecnológicas, os profissionais devem adquirir conhecimentos básicos relacionados à informática, o que demonstra a necessidade dos discentes e profissionais da área contábil em assumir uma postura pró-ativa e estarem buscando se adequar as mudanças advindas com a denominada “Era do Conhecimento” e que podem auxiliar diretamente no fornecimento de informações sistematizadas que possibilitem melhores condições para o processo de tomada de decisão.

Diante dos fatores enumerados, percebe-se que a UFRN configura-se como uma entidade, que atende ao propósito de servir a sociedade, com profissionais que possuem todas as habilidades e competências requeridas a sua atuação, bem como, embora haja dificuldades, que seus discentes sabem procurar suprir suas carências, seja por meio de estágios ou através da realização de atividades voltadas a iniciação científica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o propósito de realizar o presente trabalho, destacou-se dentre os 22.101 cursos de graduação credenciados pelo MEC, o curso de Ciências Contábeis oferecido pela UFRN, sendo essa IES escolhida por configurar como a mais antiga instituição do Estado do RN, tendo em vista que os egressos do referido curso configuram-se como objeto de pesquisa. Face ao exposto, o presente estudo foi trabalhado com o objetivo de caracterizar o perfil dos egressos do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN, em relação ao que determina o PPP e o campo de atuação.

Para isso, fez-se necessário examinar as diretrizes curriculares do MEC, bem como analisar o PPP elaborado pela UFRN ao se adequarem as determinações, observando as habilidades e competências requeridas ao processo formativo e o perfil desejado aos egressos. A coleta dos dados se deu mediante a aplicação de um questionário (via correio eletrônico) junto aos egressos, sob o qual se obteve o retorno de 36,44% e se utilizou da estatística descritiva, do cálculo do coeficiente de correlação e da regressão múltipla. Além disso, fez-se necessário proceder com uma entrevista semi-estruturada com 33 dos egressos que responderam ao questionário, de modo a fornecer um espaço maior para que os mesmos pudessem manifestar seus anseios quanto à formação acadêmica recebida da instituição e a prática profissional, cuja apreciação consistiu na adoção da análise de conteúdo.

Nesse contexto, observou-se que o MEC busca desenvolver diretrizes curriculares para os mais diversos estágios do processo educativo, visando melhorar o processo de formação dos discentes, proporcionando aos mesmos, a oportunidade de se prepararem para atuar em qualquer situação. Diante disso, a formação de nível superior, que soma um total de 2.270 IES, deve observar a construção de um PPP que seja condizente com a realidade da região que oferece o curso e as necessidades da sociedade, observando aspectos que possibilitem a construção do conhecimento e a formação crítica do indivíduo, tornando-o capaz de solucionar situações-problemas e vivenciar experiências do campo de atuação.

Com base nas perspectivas formativas propostas pelas diretrizes do ensino superior em Ciências Contábeis, constatou-se que a mesma volta-se ao desenvolvimento do conhecimento por meio da construção de habilidades e competências, que vão além da transmissão de conteúdos e passando a proporcionar estímulos à formação de indivíduos pensantes, com possibilidades reais em atuar no campo profissional do contador.

Analisando-se o conteúdo do PPP do curso de graduação em Ciências Contábeis da

UFRN, elaborado mediante as deliberações da LDB nº. 9.394/1996 e da Resolução nº. 10/2004, percebeu-se que se fez necessário adequar os currículos do curso, de modo a oferecer a esse profissional, conhecimentos que os permitam atuar internacionalmente, bem como junto ao meio-ambiente, a área pública, dentre outras. Por sua vez, com a inserção da referida resolução, os estudantes passaram a ter maiores oportunidades de vivenciar, em sala de aula, atividades práticas, que possibilitassem aproximar os alunos ao campo de atuação.

Além desses fatores, a Resolução nº. 10/2004 trouxe a perspectiva de formação cidadã, baseada no desenvolvimento de habilidades e competências, de modo a proporcionar ao discente, uma visão crítico-analítico, bem como atuar de forma motivadora no exercício de sua responsabilidade ética e proficiência com a legislação em vigor.

Por sua vez, constatou-se mediante exame dos cadastros, que há uma predominância de indivíduos do gênero masculino no curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN, que representa 57,42% do total de egressos existentes entre os anos de 2003 e 2007, mas que, dentre os respondentes, 54,07% configuram-se como indivíduos do gênero feminino. Outro ponto que merece destaque é quanto à faixa etária dos respondentes, na qual se observou que o curso tem colocado indivíduos jovens no campo de atuação profissional, uma vez que 62,78% dos respondentes possuem de 21 a 28 anos de idade.

No que diz respeito ao estado civil dos respondentes, verificou-se que 65,70% deles declararam-se como solteiros, e que 76,16% não possuem filhos, fato esse que pode ter ocorrido devido ao fato dos egressos se configurarem como indivíduos jovens e que estão preocupados em obter uma boa colocação em seu campo de atuação antes de estabelecer laços matrimoniais e formar família.

Cabe frisar ainda, quanto à formação acadêmica recebida, que 50% dos egressos consideram a questão da perspectiva de empregabilidade oferecida pela área de atuação como um ponto forte para a escolha do curso de Ciências Contábeis, que permite aos mesmos atuarem junto a instituições públicas ou privadas, bem como autônomos, exercendo atividades de perícia, auditoria, tributarista, dentre outros. Outro ponto interessante é que 37,79% dos respondentes escolheram o curso, tendo em vista as possibilidades de ingresso no campo de atuação via a realização de concurso público, que garante estabilidade.

Já quanto à escolha da UFRN como instituição provedora de sua formação acadêmica, 60,46% dos egressos declarou ter escolhido a referida IES devido à questão da gratuidade e 48,84% a escolheu devido ao ensino de qualidade oferecido, fato esse que culmina com o papel da entidade diante de suas perspectivas formativas, que garante a formação profissional de seus discentes de forma gratuita e com qualidade. Além disso,

82,56% dos respondentes considerarem a formação acadêmica recebida como ótima ou boa, e isso se dá devido ao compromisso da instituição e do seu corpo docente em fornecer oportunidades de aprendizado que sejam condizentes com as perspectivas formativas do MEC e do campo de atuação profissional.

Contudo, quando do exercício profissional, os respondentes alegaram ter algumas dificuldades, principalmente, no que diz respeito à baixa remuneração e a falta de valorização profissional, fato esse levantado por 58,14% deles e que pode ter ocorrido devido à questão da existência de técnicos na área, que devido a sua pouca qualificação e a necessidade de se manterem no mercado acabam por realizarem serviços a um baixo custo e com pouca contribuição para a sociedade, atuando como apuradores de impostos.

Observou-se ainda que após a conclusão do curso de graduação, o egresso pode buscar aprofundar seus conhecimentos, através das perspectivas previstas no processo de Educação Continuada, conforme é proposto pelo CFC, que realiza e apóia eventos e cursos de pós-graduação (*latu sensu* e/ou *scripto sensu*), fato esse que se revela como um problema, tendo em vista que 57,56% dos respondentes afirmaram não estarem participando de nenhum projeto dessa natureza e nem procuraram realizar cursos de capacitação.

Em se tratando da atuação profissional, observou-se que 8,14% dos respondentes ainda não encontraram o posicionamento no mercado, e isso pode ser reflexo da necessidade de que muitos dos discentes possuem em buscar uma colocação na carreira pública através da prestação de concurso, bem como que 61,79% dos respondentes já estão realizando atividades de natureza contábil. Percebe-se ainda que 83,80% dos egressos estão posicionados no mercado de trabalho como empregados, o que acaba por revelar, que não há um espírito empreendedor entre os respondentes, que poderiam ter aberto seu próprio escritório e estarem atuando como autônomos.

Verificou-se ainda que 96,51% dos respondentes chegaram a trabalhar e estudar ao mesmo tempo enquanto estavam realizando o curso de contabilidade, e isso pode ser reflexo da necessidade dos mesmos em adquirirem uma vivência profissional que lhes possibilitasse retorno financeiro e aprendizado prático. Outro ponto interessante é que durante a realização do curso, 66,86% dos respondentes receberam o auxílio financeiro dos pais e demais familiares para concluírem seus estudos, haja vista que a realização de estágios lhes rendem de $\frac{1}{2}$ a até 2 salários mínimos.

Sob a ótica do campo de atuação profissional dos respondentes, percebe-se que 22,67% atuam na assessoria contábil, bem como que apenas 6,97% deles exercem atividades de auditoria e perícia contábil, fato esse que se deve a necessidade de estar se mantendo

atualizados e participando de projetos que vislumbrem educação continuada. Contudo, dentre os tipos de instituições que os mesmos atuam, observa-se que 21,51% deles atuam na área pública, conforme o desejo que tinham quando do ingresso no curso, bem como que 41,29% dos respondentes encontram-se atuando junto a escritórios de contabilidade, empresas comerciais e de prestação de serviços.

Em relação à situação sócio-econômica dos respondentes, observou-se que 87,21% dos respondentes possuem uma carga-horária entre 21 e 60 horas, fato esse que vai de encontro ao problema da elevada carga de atividade exercida pelos profissionais da área contábil. Além disso, constatou-se que 71,51% dos respondentes possuem uma renda média mensal que varia de 3 a 8 salários mínimos, ou seja, de R\$ 1.245,00 a R\$ 3.320,00, bem como 13,20% deles possuem em remuneração inferior ao estabelecido pelo Sindicato dos Contabilistas do Estado do RN, que é de R\$ 1.305,00. Contudo, ao se observar se os egressos possuem algum tipo de habilidade com idiomas, observa-se que eles pouco lêem, falam, escrevem ou compreendem idiomas como inglês e espanhol, fato esse que preocupa, haja vista a necessidade de harmonização internacional das normas contábeis.

Fazendo um gancho entre essas constatações entre a caracterização do perfil desejado dos egressos e o campo de atuação, observa-se que o currículo constituído de acordo com as determinações da LDB nº. 9.394/1996 necessitava de adequações, de modo a permitir aos discentes adquirirem os conhecimentos necessários à formação profissional. Por sua vez, dentre as habilidades e competências sugeridas pelo MEC quanto ao perfil profissional dos egressos, constatou-se que os indivíduos que terminaram o curso possuem dificuldades quanto a manterem-se atualizados em relação às constantes mudanças da legislação, apesar de reconhecerem a necessidade de busca por qualificação, fato esse que entra em desacordo com a perspectiva formativa do MEC, que prevê o domínio de algumas funções contábeis (atuária, estatística) e a utilização da legislação pertinente a área.

Com o propósito de verificar o nível de correlação entre algumas das perguntas realizadas com a aplicação do questionário, observou-se que a renda média mensal é positivamente correlacionada com a faixa etária (0,3313), estado civil (0,2026), número de dependentes (0,2702), formação adicional (0,39,23) e carga-horária semanal (0,5151), fatores esses que sinalizam que a medida em que a renda dos indivíduos aumenta, os egressos possuem mais experiência, mudam de estado civil, aumenta o número de dependentes, procuram por novos cursos e possuem uma carga maior de trabalho.

Constatou-se, ainda, que exista uma forte correlação positiva entre o exercício profissional e o campo de atuação (0,7049), fato que ocorre em virtude de que os

respondentes procuram atuar junto as atividades de natureza contábil, bem como que o exercício da profissão acaba por aflorar as dificuldades profissionais pertinentes a área (0,3614). Outra questão importante diz respeito à construção de uma análise de regressão múltipla, na qual se observou que 61,50% do modelo acaba por justificar o aumento e/ou diminuição da renda média mensal dos egressos, levando-se em consideração, o gênero, ano de formação, faixa etária, realização de novos cursos, inserção no mercado de trabalho, tipo de instituição em que trabalha e a carga-horária.

Por sua vez, ao oportunizar um espaço para que os egressos pudessem manifestar seus anseios quanto à formação acadêmica e a prática profissional, observou-se que os mesmos entendem que o curso é extremamente teórico, o que acaba por impossibilitar a inserção da vivência prática em sala de aula e estimular os egressos a buscarem nos estágios oportunidades de adquirirem experiência prática, fato esse corrigido com a inclusão de disciplinas práticas a partir do terceiro semestre do curso, com o PPP (2007).

Além disso, percebeu-se que os respondentes entendem que a composição do corpo docente configura-se como um ponto de destaque, dentre as características positivas da UFRN, haja vista o posicionamento da referida instituição com a promoção da qualificação de seus docentes, por meio da realização de cursos de pós-graduação.

Por fim, constatou-se que, dentre as lacunas formativas percebidas pelos egressos, a ausência de conteúdos programáticos que possibilitassem o conhecimento de atividades burocráticas, tais como abertura e encerramento de empresas, apuração de impostos, cálculos trabalhistas, dentre outros. Outro ponto, também levantado deu-se em relação à falta de disciplinas que pudessem estar mais relacionadas às discussões da área, como: Métodos Quantitativos e Contabilidade Internacional.

Por sua vez, sugere-se que sejam realizados estudos com os egressos que advenham do PPP constituído com base na Resolução nº. 10/2004 do MEC, com o propósito de verificar se as lacunas formativas percebidas pelos egressos do projeto no qual os egressos sob estudo receberam sua formação, já foram sanadas e se o curso ainda apresenta problemas conjunturais sob alguma delas. Além da manutenção de um banco de dados atualizado sobre os egressos do curso de graduação em Ciências Contábeis, que se encontram inseridos no campo de atuação, e a permitir a UFRN o conhecimento sobre as dificuldades vivenciadas na profissão e assim possibilitar a elaboração de um PPP, que permita o egresso de indivíduos capacitação para a resolução de situações-problemas.

Face ao exposto, recomenda-se ainda o aprofundamento da pesquisa observando questões relacionadas:

- Ao perfil dos egressos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis em outras IES (públicas e privadas);
- À adequação dos currículos e PPP dos cursos de graduação em contabilidade as deliberações do MEC;
- A como as habilidades e competências estão sendo desenvolvidas nos estudantes de graduação em contabilidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Doninha (org). **Projeto político-pedagógico**. Natal: Editora da UFRN, 2000^a. (Coleção pedagógica, n. 1).

ALMEIDA, Maria Doninha (org). **Currículo como artefato social**. Natal: Editora da UFRN, 2000^b. (Coleção pedagógica, n. 2).

ARAÚJO, Marcelo Daiha Castro; SANTANA, Cláudio Moreira. Análise das percepções e expectativas dos alunos de ciências contábeis da Universidade de Brasília quanto ao perfil do professor e inserção no mercado de trabalho. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8, 24-25 jul, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

AVELINO JR. Francisco Marcelo. **Cultura da educação continuada**: uma análise dos contadores do Município de Fortaleza/CE. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB, UFPE e UFRN, Natal, 2005, 140 p.

AZEVEDO, Renato Ferreira Leitão; CORNACHIONE JR, Edgar Bruno; NOVA, Silvia Pereira de Castro Casa. A percepção dos estudantes sobre o curso e o perfil dos estudantes de contabilidade: uma análise comparativa das percepções e estereotipagem. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8, 24-25 jul, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

BEUREN, Ilse Maria (org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 10/2004, de 16 de dezembro de 2004**. Disponível em:<<http://www.mec.gov.br/cne>>. Acesso em: 05 jun. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em:<<http://www.mec.gov.br/cne>>. Acesso em: 05 jun. 2007.

CARVALHO, José Ribamar Marques de; SILVA, Maristhela; HOLANDA, Fernanda Marques de Almeida. Perspectivas dos formandos do curso de Ciências Contábeis em relação ao mercado de trabalho de um IES pública no Estado do Rio Grande do Norte. In: ENCONTRO DA ANPAD, 30, Salvador, 23-27 set. 2006. **Anais...** Salvador, 2006.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em: <<https://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Perfil do contabilista brasileiro**. Brasília: CFC, 1996.

CHEIBUB, Theocrito Pereira. **Currículos plenos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis**: uma análise de grades curriculares recentes. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB, UFPE e UFRN, Brasília, 2003, 206 p.

DIEHL, Carlos Alberto; SOUZA, Marcos Antônio de. Avaliação da capacitação do profissional contábil sob a óptica do mercado: um estudo exploratório. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7, 26-27 jul. 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2007.

DUTRA, Onei Tadeu. **Proposta de uma matriz curricular para o Curso de Ciências Contábeis na Grande Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – São Paulo: FEA/USP, 2003. 153 p.

FARIA, Ana Cristina; COME, Eduardo de; POLI, Janete; FELIPE, Yone Xavier. O grau de satisfação dos alunos do Curso de Ciências Contábeis: busca e sustentação da vantagem competitiva de uma IES privada. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4, 7-8 out. 2004, São Paulo. **Anais...** São Pulo: USP, 2004.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Líber Livro Editora, 2007 (Série pesquisa – v. 6).

FREUND, John E.; SIMON, Gary A. **Estatística aplicada**: economia, administração e contabilidade. Trad. Alfredo Alves de Farias. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GOMES, Maria Zélia Braz. **História da contabilidade do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora da UFRN, 1996.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria básica**. Trad. Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, M. F. Trad. Antônio Zoratto Sanvicente. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<https://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 25 jan. 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 jan. 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

JALBERT, Terrance. Experiences in publishing peer-reviewed research with undergraduate accounting and finance students. **Journal of Accounting Education**.. v.26, p.104-117, 2008.

LAFFIN, Marcos. **De contador a professor**: a trajetória da docência no ensino superior em contabilidade. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005.

LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira; SANTIAGO, Hugo Leonardo Ferraz; GOMES, Rafael Barbosa et al. Uma investigação sobre as expectativas profissionais e o seu grau de satisfação em relação ao curso de Ciências Contábeis. In ENCONTRO DA ANPAD, 31, 22-26 set. 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEITE, Carlos Eduardo Barros; SANTORO, Fernando de Oliveira. O perfil do profissional contábil no contexto das novas tecnologias. **Revista Pensar Contábil – CRC-RJ**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 21, p. 7-13, ago./out. 2003.

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro; RODRIGUEZ, Franco Coelho. Atitudes e opiniões dos alunos do Curso de Graduação em Ciências Contábeis quanto a cursar pós-graduação: um estudo numa universidade pública. **Revista UnB Contábil**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 115-149, jan.-jun. 2006.

LOUSADA, Ana Cristina Zenha; MARTINS, Gilberto de Andrade. Egressos como fonte de informação à gestão dos cursos de Ciências Contábeis. **Revista de Contabilidade & Finanças – USP**, São Paulo, n. 37, p. 73-84, jan./abr. 2005.

MAGALHÃES, Francyslene Abreu Costa; ANDRADE, Jesusmar Ximenes. A educação contábil no Estado do Piauí diante da proposta de convergência internacional do currículo de contabilidade concebida pela ONU/UNCTAD/ISAR. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6, 27-28 jul. 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2006.

MARION, José Carlos. **O ensino da contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MORAES, Edson Franco de. **O impacto das grades curriculares do curso de bacharelado em Ciências Contábeis no desempenho das Instituições de Ensino Superior do Estado da Paraíba no exame de suficiências no período de 2000 a 2004**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB, UFPE e UFRN, João Pessoa, 2005, 75 p.

MOREIRA, Daniel A. Técnicas: segunda parte. In: **Didática do ensino superior: técnicas e tendências**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. p. 63-126.

MULATINHO, Caio Eduardo Silva. **Educação contábil: um estudo comparativo das grades curriculares e da percepção dos docentes dos cursos de graduação das Universidades Federais da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, referentes ao Programa Mundial de estudos em Contabilidade proposto pelo ISAR/UNCTAD/ONU**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB, UFPE e UFRN, Recife, 2007. 254 p.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

NOSSA, Valcemiro. Formação do corpo docente dos cursos de graduação em contabilidade no Brasil: uma análise crítica. **Caderno de Estudos da FIECAFI – USP**, São Paulo, n. 21, p. 1-20, maio/ago. 1999.

NUNES, Ricardo Alexandre de Oliveira; PFITSCHER, Elisete Dahmer; ALBERTON, Luiz. Benchmarking educacional: o perfil profissional dos egressos dos cursos de Ciências Contábeis, Administração e Economia. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 3, 27-28 jul. 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2006.

NUNES, Antônio Carlos. A contabilidade, os avanços tecnológicos e a educação profissional continuada. In: **Revista Pensar Contábil – CRC-RJ**, Rio de Janeiro, v.8, n. 31, p. 12-19, fev./mar. 2006.

OLIVEIRA, Vilma Q. Sampaio F. de (org). **O sentido das competências no projeto político-pedagógico**. Natal: Editora da UFRN, 2002. (Coleção pedagógica, n. 3).

PELEIAS, Ivan Ricardo; SEGRETI, João Bosco; SILVA, Glauco Peres da; CHIROTTO, Amanda Russo. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Contabilidade & Finanças – USP**, São Paulo, Edição 30 anos de Doutorado, p. 19-32, jun. 2007.

PELEIAS, Ivan Ricardo (org.). **Didática do ensino da contabilidade**: aplicável a outros cursos superiores. São Paulo: Saraiva, 2006.

PEREIRA, Dimmitre Morant Vieira Gonçalves; LOPES, Jorge Expedito de Gusmão; PEDERNEIRAS, Marleide Maria Macêdo; MULATINHO, Caio Eduardo Silva. A formação e a qualificação do contador face ao programa mundial de estudos em contabilidade proposto pelo ISAR: uma abordagem no processo ensino-aprendizagem. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 2, 10-11 out. 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005.

PERRENOUD, Philippe. Trad. Bruno Charles Magne. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PIRES, Charline Barbosa; OTT, Ernani. Estrutura curricular do curso de ciências contábeis no Brasil versus estruturas curriculares propostas por organismos internacionais. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8, 24-25 jul. 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

PPP – Projeto Político-pedagógico do Curso de Ciências Contábeis da UFRN. Disponível em: <<http://sol.ccsa.ufrn.br/ccsa/areas/cont/contabeis/>>. Acesso em: 30 jan. 2008.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzáles Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: mecanismo para validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SGUISSARDI, Valdemar (org.). **Educação superior: velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2000.

TOSTES, Fernando P. Formação do contador uma visão comparativa: Brasil, França e Estados Unidos. **Revista Pensar Contábil – CRC-RJ**, Rio de Janeiro, ano 7. n. 28, p. 13-20, maio/jul. 2005.

TRAJANO, Patrícia Dantas. Ciências Contábeis: novos rumos, novas diretrizes curriculares. **Revista UnB Contábil – UnB**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 31-37, 2º sem. 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação superior: projeto político-pedagógico**. Campinas: Papirus, 2004 (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).

WATSON, Saphanie F.; APOSTOLOU, Barbara; HASSELL, John M.; WEBBER, Sally A. Accounting education literature review (2003-2005). **Journal of Accounting Education**. v. 25, Issues 1-2, p 1-58, 2007.



**PESQUISA SOBRE O PERFIL DOS EGRESSOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
CONTÁBEIS DA UFRN**

Nome do pesquisador:	Thaiseany de Freitas Rego
Matrícula:	0791377
Telefone:	(84) 3661-5962/8832-2448
E-mail:	thaiseany@yahoo.com.br

APÊNDICE A – Questionário

1 Gênero:

Masculino

Feminino

2 Ano de formação:

2003

2006

2004

2007

2005

3 Faixa etária:

17 a 20 anos

33 a 36 anos

21 a 24 anos

37 a 40 anos

25 a 28 anos

Mais de 40 anos

29 a 32 anos

4 Estado civil:

Solteiro (a)

Divorciado (a)

Casado (a)

Separado (a)

5 Número de dependentes:

Nenhum

3 a 4 filhos (as)

1 a 2 filhos (as)

Mais de 4 filhos

6 Qual o motivo da escolha do curso (pode marcar mais de uma alternativa)?

Vocação.

Ascensão funcional.

Perspectiva de empregabilidade.

Concurso público.

Não dependência exclusiva de emprego fixo.

Influência de terceiros.

Boas perspectivas salariais.

Fácil para entrar.

Horário do curso.

Obter um diploma de nível superior.

Formação adicional.

Outro. _____

7 Por que escolheu a UFRN (pode marcar mais de uma alternativa)?

Gratuidade

Ensino de qualidade

Melhor aceitação pelo mercado

Conjunto de valores

Melhor corpo docente

Outro. _____

8 O que você acha da formação acadêmica recebida?

- | | |
|----------------------------------|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Ótima | <input type="checkbox"/> Péssima |
| <input type="checkbox"/> Boa | <input type="checkbox"/> Insuficiente |
| <input type="checkbox"/> Regular | |

9 Possui algum outro curso de Graduação ou Pós-Graduação (especificar a área)?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Não possuo outro tipo de graduação ou Pós-Graduação | <input type="checkbox"/> Especialização _____ |
| <input type="checkbox"/> Capacitação _____ | <input type="checkbox"/> Mestrado (cursando) _____ |
| <input type="checkbox"/> Graduação (cursando) _____ | <input type="checkbox"/> Mestrado _____ |
| <input type="checkbox"/> Graduação _____ | <input type="checkbox"/> Doutorado (cursando) _____ |
| <input type="checkbox"/> Especialização (cursando) _____ | <input type="checkbox"/> Doutorado _____ |

10 Atualmente você está trabalhando (especificar a área)?

- Sim, trabalho exclusivamente na área contábil.
- Sim, trabalho também na área contábil. _____
- Sim, trabalho em outra (s) área (s). _____
- Não

11 Posição no mercado de trabalho:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Estagiário (a) | <input type="checkbox"/> Autônomo |
| <input type="checkbox"/> Empregado (a) | <input type="checkbox"/> Não trabalha |
| <input type="checkbox"/> Empregador | <input type="checkbox"/> Desempregado (a) |

12 Chegou a trabalhar e estudar ao mesmo tempo, ao longo do curso?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Maior parte do tempo | <input type="checkbox"/> Menor parte do tempo |
| <input type="checkbox"/> Metade do tempo | <input type="checkbox"/> Não |

13 Caso trabalhe na área contábil, qual o campo de atuação?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Não trabalho na área contábil | <input type="checkbox"/> Perícia contábil |
| <input type="checkbox"/> Assessoria e consultoria contábil | <input type="checkbox"/> Professor (a) |
| <input type="checkbox"/> Planejamento tributário | <input type="checkbox"/> Gerencial |
| <input type="checkbox"/> Contabilidade pública | <input type="checkbox"/> Societária (fiscal e legal) |
| <input type="checkbox"/> Auditoria interna | <input type="checkbox"/> Outra _____ |
| <input type="checkbox"/> Auditoria externa | |

14 Em que tipo de instituição você trabalha (especificar o tipo de instituição)?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Pública (concurso) | <input type="checkbox"/> Indústria |
| <input type="checkbox"/> Profissional Autônomo | <input type="checkbox"/> Prestação de serviço |
| <input type="checkbox"/> Economia mista | <input type="checkbox"/> Escritório de contabilidade |
| <input type="checkbox"/> Empresa comercial | <input type="checkbox"/> Outro _____ |

15 Já trabalhava na empresa antes de se formar?

- | | |
|------------------------------|------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
|------------------------------|------------------------------|

16 Carga-horária semanal:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Até 20 horas | <input type="checkbox"/> De 41 a 60 horas |
| <input type="checkbox"/> De 21 a 40 horas | <input type="checkbox"/> Mais de 60 horas |

17 Qual a sua renda média mensal?

- Não trabalho
 1 a 2 Salários Mínimos
 3 a 4 Salários Mínimos
 5 a 6 Salários Mínimos
 7 a 8 Salários Mínimos
 9 a 10 Salários Mínimos
 Acima de 10 Salários Mínimos

18 Principal fonte de sustento na época em que estudava (especificar a fonte de sustento)?

- Renda dos pais
 Renda própria
 Renda dos pais e própria
 Outras _____

19 Principais dificuldades encontradas no exercício da profissão (pode marcar mais de uma alternativa)?

- Falta de valorização profissional.
 Baixa remuneração.
 Carga-horária elevada.
 Mercado competitivo.
 Mudanças constantes na legislação.
 Necessidade de melhor qualificação.
 Falta de prática.
 Não atua na área.

20 Proficiência em idiomas?

IDIOMA	LÊ*	FALA*	ESCREVE*	COMPREENDE*
Inglês	<input type="checkbox"/> P - <input type="checkbox"/> R - <input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> P - <input type="checkbox"/> R - <input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> P - <input type="checkbox"/> R - <input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> P - <input type="checkbox"/> R - <input type="checkbox"/> B
Espanhol	<input type="checkbox"/> P - <input type="checkbox"/> R - <input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> P - <input type="checkbox"/> R - <input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> P - <input type="checkbox"/> R - <input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> P - <input type="checkbox"/> R - <input type="checkbox"/> B
Outros	<input type="checkbox"/> P - <input type="checkbox"/> R - <input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> P - <input type="checkbox"/> R - <input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> P - <input type="checkbox"/> R - <input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> P - <input type="checkbox"/> R - <input type="checkbox"/> B

* P – Pouco; R – Razoavelmente; B – Bem.

21 Caso seja necessário, o senhor (a) tem o interesse e/ou manifesta o desejo em participar de uma entrevista posteriormente?

- Sim
 Não



PESQUISA SOBRE O PERFIL DOS EGRESSOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFRN

APÊNDICE B – PROTOCOLO DA ENTREVISTA

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADOR

Nome do pesquisador:	Thaiseany de Freitas Rego
Matrícula:	0791377
Telefone:	(84) 3661-5962/8832-2448
E-mail:	thaiseany@yahoo.com.br

PROTOCOLO DA ENTREVISTA

Entrevistado:	
Matrícula:	
Telefone:	
E-mail:	

A presente entrevista está inserida dentro de um trabalho de investigação sobre o perfil dos egressos do Curso de Ciências Contábeis da UFRN, no âmbito do Curso de Mestrado em Ciências Contábeis, do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – UNB/UFPA/UFRN.

O objetivo do presente estudo é evidenciar o perfil dos egressos do Curso de Ciências Contábeis da UFRN, em relação ao que determina o PPP do curso e ao campo de atuação desses profissionais, no período de 2003 a 2007.

Para tanto, as informações aqui coletadas serão utilizadas unicamente para fins científicos e sobre as quais serão preservadas a integridade do entrevistado e suas respostas quanto ao perfil, formação profissional percebida, atuação, dentre outros.

PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA

1 O que você diria para um estudante de contabilidade sobre a relação entre a formação inicial e a prática profissional?

2 Quais as características positivas de sua formação na UFRN?

3 Quais as lacunas formativas que você encontrou quando foi para a prática profissional?
